

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA
E PATRIMÔNIO

MESTRADO PROFISSIONAL

JAQUELINE MORAES FERNANDES

BIBLIOTECAS E PATRIMÔNIO: VALORIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS
CULTURAIS POR MEIO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA
BIBLIOTECA SECCIONAL CAMPUS GOIÁS – CAJUÍ/UGF

GOIÁS – GO

2022

JAQUELINE MORAES FERNANDES

**BIBLIOTECAS E PATRIMÔNIO: VALORIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS
CULTURAIS POR MEIO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA
BIBLIOTECA SECCIONAL CAMPUS GOIÁS – CAJUÍ/UEG**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.
Orientador(a): Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva.

GOIÁS – GO

2022



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Jaqueline Moraes Fernandes

E-mail: jaquelinemoraes@msn.com

Dados do trabalho

Título: Bibliotecas e patrimônio: valorização de referências culturais por meio de ações de educação patrimonial na Biblioteca Seccional Campus Goiás – Cajui/UFG

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 25 de abril de 2022.

Assinatura autora

Assinatura do orientador(a)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE
Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

F363b Fernandes, Jaqueline Moraes.
Bibliotecas e patrimônio : valorização de referências culturais por meio de ações de educação patrimonial na Biblioteca Seccional Campus Goiás – Cajui/UFG [manuscrito] / Jaqueline Moraes Fernandes. – Goiás, GO, 2022.
125f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva.
Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Bibliotecas. 2. Patrimônio cultural. 2.1. Educação patrimonial. 2.2. Cultura afro-brasileira. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 027.7+719(817.3)

JAQUELINE MORAES FERNANDES

**BIBLIOTECAS E PATRIMÔNIO: VALORIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS
CULTURAIS POR MEIO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA
BIBLIOTECA SECCIONAL CAMPUS GOIÁS – CAJUÍ/UEG**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em 18 de abril de 2022, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva – (PROMEP/UEG)
Orientador

Prof.^a Dr.^a Maria Dailza da Conceição Fagundes (PROMEP/UEG)
Examinadora (Membro interno)

Prof. Dr. Erinaldo Dias Valério (FIC/UEG)
Examinador (Membro externo)

Prof. Dr. Marcos Antônio Cunha Torres
Suplente interno

Prof. Dr. Wagner Jacinto de Oliveira
Suplente externo

Goiás, 18 de abril de 2022.

“A biblioteca, real ou virtual, enquanto concentração de esforços de ordenamento da produção intelectual do homem, permanece como fator essencial do desenvolvimento. E nunca acabará. Muda a sua configuração física, transformam-se as operações de acesso à informação e até tem o nome trocado, mas, na essência, permanece a ação concreta do homem, o grande desafio e jogo humano para não perder o que ele próprio criou”.

Luís Milanesi

AGRADECIMENTOS

Para este trabalho, quero agradecer primeiramente a Deus pela vida, saúde e por ter permitido que eu vivenciasse esta experiência acadêmica de forma positiva em um momento que o mundo passa por um verdadeiro caos.

Minha família, por ser meu porto seguro e me dar ânimo quando eu estava sem. Principalmente meus filhos, que passaram comigo pelas angústias e correrias entre tentar conciliar o mestrado e a vida de mãe. Em muitos momentos estava presente apenas de corpo, mas ausente de alguma forma. Contudo, a cooperação dos dois foi essencial em todo o processo... Vocês suportaram comigo mais um desafio! Amo vocês meus pituininhos!

Ao meu orientador, Prof. Neemias Oliveira que me acolheu de uma forma encantadora, sendo afetuoso e sempre cordial... e aos professores do programa que contribuíram muito para a descoberta e aprofundamento em um tema tão fascinante e, ao mesmo tempo, complexo. Principalmente aos membros da banca, Prof.^a Maria Dailza Fagundes e o Prof. Erinaldo Dias que aceitaram o convite e contribuíram de forma espetacular na composição de todo trabalho, me fazendo enxergar o potencial da pesquisa para a comunidade e para o ambiente acadêmico.

Aos colegas de mestrado, que vivenciaram esta fase em um período tão angustiante. Em especial a Maysa Antunes... inúmeros áudios, conversas, figurinhas, memes e até ausências/silêncios por não estar em um momento animoso. Obrigada por sempre compartilhar comigo as incertezas, aflições, as correrias do dia a dia e agora, o prazer de concluir mais esta etapa.

A bibliotecária Maria de Souza Lima Santos, que na época da pesquisa era diretora do Sistema de Bibliotecas da UFG. Me ajudou no momento da busca de documentos e informações para fundamentar o histórico da Biblioteca Cajuí/UFG, com paciência e presteza, evidenciando a importância do profissional nestes estágios da pesquisa acadêmica.

E não posso deixar de agradecer ao artista visual Samuel de Sá que prontamente aceitou se tornar parceiro desta pesquisa. Que a Biblioteca de memórias e resistência seja um instrumento para tornar seu trabalho de modelagem de máscaras e objetos de cerâmica afro-brasileiras e sertanejas (re)conhecidos e fundamentais no repasse de valores e resgate do patrimônio e heranças afrodiaspóricas na cidade e no país.

Meu muito obrigada :)

RESUMO

Busca-se por meio deste relatório técnico evidenciar o papel da Biblioteca Seccional Câmpus Goiás – Cajuí/UFG dentro da temática patrimonial, saindo do seu acervo físico e destacar a participação deste local no processo de construção, preservação e disseminação de referências culturais existentes na cidade de Goiás – GO. Tem como objetivo mostrar o grande valor das bibliotecas em relação ao patrimônio, seja enquanto patrimônio cultural, lugar de memória ou como espaço de ações de educação patrimonial, e como o bibliotecário pode desempenhar a função de mediador da educação patrimonial, tendo a biblioteca como *locus* de toda a ação. Os procedimentos da pesquisa basearam-se em dois fluxos metodológicos. O primeiro constituiu-se em uma revisão bibliográfica e documental para obter subsídios para construção do referencial teórico. Após, foi ofertada uma ação de educação patrimonial, em forma de oficina gratuita à comunidade, no ambiente da Biblioteca Cajuí, em parceria com o ceramista e artista visual Samuel de Sá (Ssá Arte). Por meio desta, pretendeu-se esclarecer a importância da educação patrimonial e a participação da biblioteca neste processo, concluindo-a com a criação do produto da pesquisa, um *website* com título “Biblioteca de Memórias e Resistências”, uma ferramenta que reúne em um único local, de forma organizada e de fácil acesso, o conjunto da produção técnica e artística (materiais audiovisuais) colhidos por meio da oficina de educação patrimonial realizada no ambiente da Biblioteca Cajuí. Estas possibilitarão a vivência, o reconhecimento e valorização de detentores de saberes tradicionais da cidade de Goiás, que trabalham a diversidade cultural, em um ambiente não-formal de ensino. Conclui-se que disponibilizar o espaço da biblioteca para que os detentores de saberes tradicionais da comunidade possam ser ouvidos e compreendidos pela comunidade, abre espaço para que estas memórias, até então marginalizadas e silenciadas, sejam compartilhadas com diversos públicos. Assim, haverá a tentativa de definir e reforçar o pertencimento e ampliar as fronteiras sociais, até então restritas, com referências de um passado até então desconhecido. A experiência otimiza o olhar de que a ação de educação patrimonial, por meio do compartilhamento de memórias e saberes tradicionais de forma coletiva, possibilita uma infinidade de possibilidades em que o patrimônio cultural pode ser trabalhado no ambiente da biblioteca.

Palavras-chave: bibliotecas; patrimônio cultural; educação patrimonial; cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

This technical report seeks to highlight the role of the Biblioteca Seccional Câmpus Goiás - Cajuí/UFG within the heritage theme, going beyond its physical collection and highlighting the participation of this place in the process of construction, preservation and dissemination of existing cultural references in the city of Goiás - GO. It aims to show the great value of libraries in relation to heritage, whether as cultural heritage, place of memory or as a space for heritage education actions, and how the librarian can play the role of mediator of heritage education, having the library as the locus of all action. The research procedures were based on two methodological flows. The first one consisted in a literature and document review to obtain subsidies for building the theoretical framework. Then, a heritage education action was offered, in the form of a free workshop to the community, at the Cajuí Library, in partnership with the ceramist and visual artist Samuel de Sá (Ssá Arte). The aim was to clarify the importance of heritage education and the participation of the library in this process, concluding it with the creation of the research product, a website entitled "Biblioteca de Memórias e Resistências" (Library of Memories and Resistances), a tool that brings together in a single place, in an organized and easily accessible way, all the technical and artistic production (audiovisual materials) collected through the heritage education workshop held in the environment of the Cajuí Library. These will enable the experience, recognition, and appreciation of holders of traditional knowledge from the city of Goiás, who work on cultural diversity, in a non-formal education environment. We conclude that making the library space available so that the community's traditional knowledge holders can be heard and understood by the community opens space for these memories, which have been marginalized and silenced until now, to be shared with various audiences. Thus, there will be an attempt to define and reinforce belonging, and to widen the social boundaries, hitherto restricted, with references to a hitherto unknown past. The experience optimizes the view that the heritage education action, through the sharing of memories and traditional knowledge in a collective way, enables an infinity of possibilities in which the cultural heritage can be worked in the library environment.

Keywords: libraries; cultural heritage; heritage education; afro-brazilian culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Casa de Cora Coralina	29
Figura 2 - Antigo espaço da biblioteca do curso de Direito - Câmpus Goiás	31
Figura 3 - Localização dos prédios do Campus Goiás - UFG.....	33
Figura 4 - Fachada da nova biblioteca - UFG Campus Goiás.....	33
Figura 5 - Entrada do prédio da Biblioteca Cajuí	35
Figura 6 - Pavimento superior da biblioteca.....	36
Figura 7 - Pavimento inferior da biblioteca.....	37
Figura 8 – Projeto da fachada - Biblioteca Cajuí.....	48
Figura 9 - Folder Projeto - Biblioteca Habitada	61
Figura 10 - Biblioteca Habitada – visita de alunos educação infantil, fundamental e médio	62
Figura 11 - Registros de utilização da Biblioteca Cajuí pela comunidade externa	63
Figura 12 - Registros do I Encontro de Ostromizados da Cidade de Goiás	64
Figura 13 – Folder e registros da Semana do Livro e da Biblioteca - 2018.....	65
Figura 14 - Folder e registros da Semana do Livro e da Biblioteca - 2019.....	66
Figura 15 - Oficinas realizadas na Semana do Livro e da Biblioteca 2019.....	67
Figura 16 - Troca-troca literário	68
Figura 17 - Comparativo das mudanças físicas da biblioteca	69
Figura 18 - Festividades na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.....	74
Figura 19 – Atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário	74
Figura 20 - Comparação entre escarificações e fragmentos cerâmicos encontrados em contexto arqueológico.....	76
Figura 21 - Espaço Cultural Vila Esperança – Cidade de Goiás.....	78
Figura 22 - Afoxé Pilão de Prata.....	80
Figura 23 - Grupo de capoeira em roda reproduzida na cidade de Goiás	81
Figura 24 - Congo na cidade de Goiás	82
Figura 25 - Primeiras peças artesanais criadas por Samuel de Sá.....	84
Figura 26 - Oficinas ministradas por Samuel de Sá.....	85
Figura 27 - Peça em cerâmica/argila representando o ‘Tião’	86
Figura 28 – Queima das peças para concepção da cerâmica.....	87
Figura 29 - Máscaras de estilo africana produzidas por Samuel de Sá	87
Figura 30 - Máscaras de estilo africana com animais	89
Figura 31 - Cartaz de divulgação da oficina presencial	93
Figura 32 - Coleta de concessão dos participantes da pesquisa	94
Figura 33 - Organização do espaço para a oficina.....	95
Figura 34 - Momentos de mediação da pesquisadora na oficina	96
Figura 35 - Momento de aprendizagem na oficina	97
Figura 36 - Modelagem das máscaras pelos participantes	98
Figura 37 - Logomarca da Biblioteca de memórias e resistência	103
Figura 38 - Página inicial do website Biblioteca de memórias e resistência.....	108
Figura 39 - Seção 'Biblioteca de memórias e resistência'	109
Figura 40 - Página ‘Biblioteca de memórias e resistência’	110
Figura 41 - Seção Bibliotecas e patrimônio.....	111
Figura 42 - Página ‘Bibliotecas e patrimônio’	111
Figura 43 - Seção Educação patrimonial.....	112
Figura 44 - Página ‘Educação patrimonial’	113
Figura 45 - Página 'Ações de educação patrimonial na biblioteca'	114
Figura 46 - Página 'Galeria da ação de educação patrimonial'	115
Figura 47 - Seção de informações complementares do website.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BC	Biblioteca Central
BSCAN	Biblioteca Seccional Campus Colemar Natal e Silva
BSCAP	Biblioteca Seccional Câmpus Aparecida de Goiânia
BSCEPAE	Biblioteca Seccional Centro de Ensino e Pesquisa Aplicados à Educação
BSHU	Biblioteca Seccional das Humanidades
BSCGO	Biblioteca Seccional Campus Goiás - Cajuí
BSLL	Biblioteca Seccional Letras e Linguística
BSMA	Biblioteca Seccional Museu Antropológico
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CG	Câmpus Cidade de Goiás
CONSUNI	Conselho Universitário
DPI	Departamento do Patrimônio Imaterial
IFG	Instituto Federal de Goiás
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAI	Laboratório de Acessibilidade Informacional
NPJ	Núcleo de Prática Jurídica
PCD	Pessoa com deficiência
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial do Brasil
Pre-men	Programa de Expansão e Melhoria da Educação Nacional
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
RMG	Região Metropolitana de Goiânia
Sibi	Sistema de Bibliotecas
SNIC	Sistema Nacional de Informações Culturais
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAECH	Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas
UAECSA	Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 BIBLIOTECA CAJUÍ E PATRIMÔNIO CULTURAL: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	18
1.1 Histórico das bibliotecas	18
1.2 Biblioteca Seccional Campus Goiás - Cajuí (BSCGO).....	27
1.3 Biblioteca enquanto patrimônio cultural e lugares de memória.....	38
1.4 Biblioteca enquanto espaço de ações de Educação Patrimonial.....	50
1.5 Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	56
2 BIBLIOTECA CAJUÍ E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: SABERES E FAZERES NA CIDADE DE GOIÁS	60
2.1 A Biblioteca Cajuí: a relação com a comunidade e ações de educação patrimonial	60
2.2 Cultura negra na cidade de Goiás: lugares e saberes.....	71
2.3 Ssá Arte e a ancestralidade no barro vilaboense: uma estética decolonialista	83
2.4 Detalhamento da ação de educação patrimonial: oficina de máscara de estilo africano no barro	90
2.4.1 Execução da oficina e apresentação dos resultados.....	91
3 O <i>WEBSITE</i> “BIBLIOTECA DE MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS” COMO INICIATIVA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA BIBLIOTECA CAJUÍ.....	100
3.1 O formato definido	102
3.2 Público-alvo.....	105
3.3 O impacto esperado	106
4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO <i>WEBSITE</i> “BIBLIOTECA DE MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS”	107
4.1 Manual de uso do <i>website</i>	107
4.2 Proposta de aplicação e devolutiva na comunidade participante	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

Este relatório técnico tem como finalidade apresentar a relevância das bibliotecas em relação ao patrimônio, seja enquanto patrimônio cultural, lugar de memória e, em especial, como espaço de ações de educação patrimonial. Em si, as bibliotecas são repletas de significados e frequentemente conhecidas enquanto memória da humanidade, despertando o fascínio e o encantamento. Quer por meio de sua arquitetura ou, ainda, por reforçarem a metáfora de que, ao abrigar documentos em diferentes suportes, está acumulando saberes e memória.

Nestas diferentes vertentes, busca-se por meio desta pesquisa evidenciar o papel da Biblioteca Seccional Câmpus Goiás – Cajuí dentro da temática patrimonial, saindo do seu acervo físico e corroborando a participação deste local no processo de construção, preservação e disseminação de referências culturais existentes na cidade de Goiás – GO desde a inauguração do seu prédio físico, em 2017 até os dias atuais.

A Biblioteca Cajuí integra o Campus Cidade de Goiás (CG) e o Sistema de Bibliotecas (Sibi) da Universidade Federal de Goiás (UFG), possui caráter universitário e comunitário e tem o objetivo de ser um centro de pesquisas e estudos para estudantes e moradores da cidade. Para isso, busca servir de subsídio e desenvolver atividades dinâmicas com o intuito de integrar a comunidade da UFG e toda a comunidade externa no ambiente da biblioteca, cumprindo importante papel no âmbito social, como disseminador da informação e também espaço de convivência (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017).

Está localizada na cidade de Goiás – GO, antiga Vila Boa e muito conhecida como Goiás Velho, a primeira capital do Estado. A cidade foi reconhecida, em dezembro de 2001 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como conjunto urbano tombado (cidade histórica) e patrimônio cultural mundial, pela importância de seu conjunto arquitetônico formado por casas, igrejas e monumentos históricos (IPHAN, 2014).

Além deste patrimônio material, a cidade é conhecida pela grandiosidade das manifestações artísticas e culturais populares, reconhecidas enquanto patrimônio imaterial, ressaltando a diversidade cultural presente na cidade e a importância em dar ênfase a discussão sobre lugares e saberes da região.

A trajetória acadêmica permite conhecer várias vertentes existentes ao longo do curso profissional; contudo, apenas a prática nos faz vivenciá-las de fato. Não foi diferente com a autora deste relatório: o ofício de bibliotecária permitiu que a *práxis* biblioteconômica fosse explorada em diversos campos de atuação em mais de dez anos de profissão, que teve início em

uma biblioteca universitária, onde apenas as técnicas do serviço de referência e normalização eram serviços de maior relevância.

Porém, ao se encontrar em um novo desafio profissional, desta vez em uma biblioteca escolar, adveio a necessidade de conhecer o leitor e mediar o encontro deste com o livro. Ou seja, as técnicas foram deixadas para trás e abriram espaço para a socialização e inclusão de práticas envolvendo o livro, o leitor e a leitura. Esta experiência resultou em uma mudança de postura, uma vez que a biblioteca em questão situa-se em um colégio que se caracteriza como um centro de ensino, pesquisa e extensão de uma universidade e, paralelo ao pedagógico, trabalha temáticas diversificadas, sempre com foco na importância do espaço da biblioteca no apoio a pesquisa e ampliação de repertórios.

Esta experiência foi interrompida para dar espaço a uma nova mudança no contexto profissional, que permitiu deparar-se com uma nova realidade: uma biblioteca que contempla aspectos da universitária e comunitária, que está em uma cidade que “respira cultura” e é patrimônio cultural da humanidade. Esta biblioteca – a Biblioteca Cajuí – tornou imprescindível que as temáticas culturais e patrimoniais fossem comuns no lugar, permitindo que projetos como o Biblioteca Habitada, as oficinas de educação patrimonial e outros eventos culturais fossem realizados em seu ambiente físico, focando sempre na importância da aproximação da comunidade com os livros e também com a cultura.

Não obstante, com o ingresso em um programa de mestrado profissional, optou por mostrar a importância da Biblioteca Cajuí nas temáticas relativas ao patrimônio cultural, dando enfoque na biblioteca enquanto patrimônio, lugar de memória e de ações de educação patrimonial. Para formalizar esta ideia e complementar o relatório técnico ora desenvolvido, criou-se a “Biblioteca de memórias e resistências”, um *website* que colabora com o reconhecimento e valorização das diversas referências culturais da cidade de Goiás – GO, dando a possibilidade de que estes saberes sejam visualizados e compartilhados pela comunidade. Este foi elaborado partindo de uma ação de educação patrimonial promovida no ambiente da biblioteca, por meio de um trabalho conjunto e dialógico com detentores que tenham saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano da comunidade e participação social por meio desta referência cultural que apresentam.

A Educação Patrimonial é um processo dialógico e democrático, dentro da perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos. Contudo, para se chegar a este conceito, houve muitas críticas, contornos e ressignificações desde seu surgimento, em meados de 1980. É importante destacar que, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural é uma construção social e, por isso, deve ser apropriado socialmente, e a educação patrimonial só é concebida a partir da noção de referências culturais, que pode ser entendida como a diversidade de sentidos e valores atribuídos pelos diversos sujeitos a bens, práticas culturais e produção material (TOLENTINO, 2016).

A temática do patrimônio, por ser ampla, possibilita que o conhecimento sobre determinado bem ou referência cultural gere reconhecimento, promovendo a formação de identidades e valorização de saberes e fazeres locais. Ao ajudar na promoção de referências culturais, a biblioteca será um meio essencial de disseminação e democratização do conhecimento e gestão de saberes, além do acervo físico contido no espaço. Ao levar a temática para o ambiente da biblioteca, deve-se percebê-la enquanto espaço não-formal de educação, ou seja, além dos muros da escola ou da universidade, e essencial na transmissão de saberes, atuando como mediadora das ações de promoção do patrimônio cultural.

Para discussão dos detalhamentos e pressupostos apresentados, refletimos na seguinte questão: qual a importância da biblioteca no processo de preservação e promoção de saberes tradicionais da comunidade? Esta indagação levantada se dá ao fato de que o bibliotecário, além de ser um profissional agente de inclusão social, democratização da informação e da mediação da informação e conhecimento, deve também ser um agente da educação patrimonial, promovendo as referências culturais locais, possibilitando a inclusão dos detentores dos saberes tradicionais e a participação da comunidade na produção destes bens, dentro do ambiente da biblioteca.

O objetivo geral deste estudo é mostrar o grande valor das bibliotecas em relação ao patrimônio, seja enquanto patrimônio cultural, lugar de memória ou como espaço de ações de educação patrimonial, e como o bibliotecário pode desempenhar a função de mediador da educação patrimonial, tendo a biblioteca como lócus de toda a ação. Este, por meio de um trabalho conjunto, pode incluir os grupos sociais detentores de saberes tradicionais no ambiente da biblioteca, promovendo seu reconhecimento e valorização por intermédio de oficinas de educação patrimonial abertas à comunidade.

Quanto aos objetivos específicos da pesquisa, compreende apresentar, em um primeiro momento, uma leitura histórica das bibliotecas para, em seguida, analisar a sua relação com o patrimônio e a memória. Em seguida, discorrer sobre as possibilidades de participação das bibliotecas, evidenciando sua analogia enquanto lugar de memória, no processo de preservação e promoção de saberes tradicionais, dando enfoque à educação patrimonial. Por fim, ofertar uma ação de educação patrimonial, de forma gratuita à comunidade, no ambiente da Biblioteca Cajuí, em parceria com um detentor de saberes tradicionais convidado para a pesquisa, em

forma de oficina. Por meio desta oficina, evidenciar a importância da educação patrimonial e a participação da biblioteca neste processo, concluindo com a criação do *website* “Biblioteca de Memórias e Resistências” como produto da pesquisa e iniciativa de promoção e compartilhamento dos registros efetuados para, posteriormente, realizar uma devolutiva para os participantes da ação.

Os procedimentos da pesquisa basearam-se em dois fluxos metodológicos. O primeiro constituiu-se em uma revisão bibliográfica e documental para obter subsídios para construção do referencial teórico. Este pautou-se no levantamento bibliográfico de materiais textuais, como livros, artigos e pesquisas sobre bibliotecas, memória, patrimônio cultural, educação patrimonial e das manifestações culturais existentes na cidade de Goiás. Além destes, também foram analisados documentos institucionais do Sibi/UFG para a construção do histórico da Biblioteca Cajuí, uma vez que não foram encontrados registros documentais oficiais de sua história, bem como documentos oficiais e normativos da UFG para a compor o breve relato histórico do Câmpus Cidade de Goiás.

Após este levantamento, foi utilizado o método exploratório através de uma ação cultural. O primeiro momento consistiu em um levantamento de pessoas ou grupos sociais que possuam práticas, saberes e tradições que se enquadram enquanto referências culturais na cidade de Goiás. Logo após, marcou-se um encontro com o detentor do saber escolhido, buscando ouvir e conhecer seu trabalho, colhendo subsídios primários através de relatos de história oral, tendo como finalidade estender um convite para que este realizasse uma oficina de educação patrimonial no ambiente da Biblioteca Cajuí.

Tendo o aceite, partiu-se para o segundo momento, mais precisamente no momento da oficina proposta, onde foram realizados os registros da ação. A priori, focando na explanação de conceitos norteadores (bibliotecas, memória, patrimônio, referências culturais, educação patrimonial) e, por fim, na interação do detentor com a comunidade com a transmissão do saber que este repassou de forma prática. Ao final, realizou-se a transcrição e categorização destes dados colhidos, para composição de um *website* como produto resultante da pesquisa.

Percebemos através da história a modificação das formas de registro do pensamento humano, elevando a produção e tornando necessária sua preservação. O ato de reunir documentos para torná-los testemunhos da história, permitiu a construção de arquivos e bibliotecas, tornando o documento um monumento e não apenas um material. O documento é uma expressão do poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro, ampliando sua área de abrangência, visto que atualmente, os documentos abrangem palavras, gestos e são até arquivados computadores e na internet (LE GOFF, 1990).

A memória é um fenômeno sempre atual e um elo vivido no eterno presente, ou seja, ela remete a aquilo que foi vivido, e precisa ser registrada. Para os gregos antigos, a memória era pré-condição do pensamento humano, personificada em *Mnemosine*, a deusa da memória, sabedoria e progenitora de todas as artes e ciências, entre elas a história, e também em mnemônica, a ciência da recordação e a base do processo de aprendizagem (SAMUEL, 1997).

Já para Le Goff (1990), a memória atravessa a história e a alimenta, tendo ainda o interesse do passado esclarecer o presente. Assim, a biblioteca, assim como os museus, dicionários, comemorações, festas, monumentos, são instrumentos de base do trabalho histórico e objetos simbólicos da nossa memória, definido por Pierre Nora (1993) como “lugares de memória”. Antes de tudo, são restos, pois são marcos testemunhas de uma outra era, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

A pluralidade cultural existente no Brasil se reflete nas formas de expressão que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira. O Decreto nº 3.551/2000 instituiu instrumentos de preservação do patrimônio imaterial integrando, além do patrimônio de pedra e cal, esta diversidade cultural. Assim, o patrimônio imaterial ou intangível, que abrangem os ofícios e modos de fazer tradicionais, formas de expressão (musicais, coreografias, cênicas, literaturas e lúdicas) e os lugares onde se concentram ou se reproduzem práticas culturais e celebrações coletivas, podem ser inventariados, registrados e receber ações ou projetos de salvaguarda.

Conforme este decreto, os diversos bens culturais reconhecidos enquanto Patrimônio Cultural do Brasil são classificados em cinco categorias, adotados pelo IPHAN em seus trabalhos de identificação e reconhecimento, sendo eles: Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes. Dentro destas, detalharemos neste estudo a categoria Saberes, que engloba os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Estes saberes são repassados por detentores, compreendidos como pessoas, grupos, segmentos e coletividades que possuem conhecimento específicos sobre determinados bens culturais, sendo responsáveis por sua transmissão para as gerações futuras, dando continuidade à prática ao longo do tempo (IPHAN, 2018).

Embora a Educação Patrimonial seja uma ferramenta essencial para a preservação do patrimônio cultural, ainda há poucas ações para fortalecer os vínculos entre a comunidade e este patrimônio, e quando são feitos, buscam apenas conscientizar a população para a sua preservação. É importante criar canais de interlocução com a sociedade, acolhendo e integrando

as singularidades, identidades e diversidades locais. Para isso, deve-se considerar as referências culturais locais enquanto tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, essencial ao processo educativo para fortalecer o uso destes ambientes públicos e não-formais, como a biblioteca, como espaços formativos, que incentivam ações de Educação Patrimonial (FLORÊNCIO, 2015).

Frente a estas impressões levantadas que se optou, após a transcrição e categorização dos dados colhidos da ação cultural, pela criação de um *website* enquanto produto deste estudo. Almeja-se que este seja essencial para manutenção da memória e também das ações propostas pelos detentores do saber no ambiente da biblioteca, referendando a importância do espaço enquanto lugar de memória, patrimônio e local de ações de educação patrimonial, permitindo o compartilhamento das ações pela comunidade da cidade de Goiás e também aos que se interessam pela temática.

As discussões que norteiam a composição deste relatório técnico perpassam pelos estudos de autores, como Milanesi (1995;2002), Jacob (2008) e Araújo (2014) para definir conceitos históricos das bibliotecas; Le Goff (1990), Pollak (1989;1992), Nora (1993) para fundamentar memória e identidade; Funari e Pelegrini (2006), Pelegrini (2009), a Constituição Federal do Brasil (1988), publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2000; 2012; 2017; 2016), Sant'Anna (2009) e Londres (2000; 2012) fornecem bases teóricas sobre o patrimônio cultural; Tamaso (2008), Tedesco (2012) e Macedo (2021) apresentam estudos da cidade de Goiás e afro-brasileira local, permitindo uma análise decolonial do tema; sobre a educação patrimonial, baseamos nos estudos de Florêncio (2012; 2014; 2015), Scifoni (2012; 2015) e Tolentino (2016; 2018; 2019); por fim, os estudos de Monti (1996), Barros (2011) que colaboraram no entendimento históricos das máscaras, e demais autores que contribuíram com o referencial teórico de diversos temas pertinentes ao estudo.

Quanto a sua estrutura, este relatório técnico possui quatro tópicos. O primeiro intitulado “Biblioteca Cajuí e patrimônio cultural: aspectos teóricos e metodológicos”, consiste em uma leitura histórica das bibliotecas, realizada por meio do seu percurso histórico, registros do conhecimento e suas subdivisões, que percorrem desde os primórdios dos suportes da escrita e do conhecimento até o atual momento, em que as tecnologias de informação e comunicação estão presentes no cotidiano informacional. Apresenta um breve histórico da Biblioteca Seccional Campus Goiás - Cajuí, bem como o contexto histórico da criação do Câmpus Goiás da UFG. Aborda a biblioteca enquanto patrimônio cultural e amplia a discussão articulando a compreensão do patrimônio imaterial e as possibilidades de aplicação de ações de Educação Patrimonial no ambiente da biblioteca, evidenciando o espaço enquanto lugar de memória.

Além disso, apresenta os procedimentos metodológicos que foram realizados em todo o percurso da pesquisa ora proposta.

O segundo tópico “Biblioteca Cajuí e Educação Patrimonial: saberes e fazeres na cidade de Goiás” apresenta a relação da Biblioteca Cajuí com a comunidade e as ações propostas no espaço, pertinentes com a temática patrimonial. Aborda ainda a cultura negra na cidade de Goiás, evidenciando os lugares e os saberes que são fundamentais no processo de difusão da cultura afro-brasileira e suas expressões, seja no campo cultural, educacional, artístico ou social. Por fim, apresenta o trabalho da Ssá Arte, na pessoa de Samuel de Sá, artista visual, ceramista, detentor de saber e grande disseminador da estética decolonialista no barro vilaboense por meio da modelagem de esculturas em argila, em especial as máscaras que ora destacam o sertanejo goiano, apresentado pelo artista como “o Tião”, e ainda as com estilo africano, evidenciando o saber oleiro para além das panelas de barro, corriqueiras na região.

O terceiro tópico é a apresentação do produto, com título “O *website* Biblioteca de memórias e resistências como iniciativa de educação patrimonial da Biblioteca Cajuí. Exibe o formato, composição e os caminhos percorridos para chegar a esta ideia, seu público-alvo e o impacto esperado. Mostra ainda que o *website* tem como objetivo servir como instrumento de memória e preservação de saberes, manutenção da cultura e dos detentores da cidade de Goiás, participantes das ações de educação patrimonial realizadas no ambiente da Biblioteca Cajuí, por meio da guarda e compartilhamento dos registros audiovisuais da ação proposta.

O quarto e último tópico “Proposta de aplicação do *website* Biblioteca de memórias e resistências” apresenta um manual de uso do *website* e contém os elementos necessários para mostrar como o usuário irá utilizar o produto, com o passo a passo para navegação na página *web*. Além disso, exhibe a proposta de devolutiva para a comunidade, que ao final poderá ser utilizada por qualquer pessoa que se interesse pela temática.

1 BIBLIOTECA CAJUÍ E PATRIMÔNIO CULTURAL: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste tópico, será apresentado uma leitura histórica das bibliotecas e sua relação com o patrimônio, principalmente em sua analogia como lugar de memória. Expõe ainda um breve histórico da Biblioteca Seccional Campus Goiás - Cajuí, bem como o contexto histórico da criação do Câmpus Goiás da UFG. Aborda ainda a biblioteca enquanto patrimônio cultural e amplia a discussão articulando a compreensão do patrimônio imaterial e as possibilidades de aplicação de ações de Educação Patrimonial no ambiente da biblioteca. Discute os procedimentos metodológicos da pesquisa, as fontes utilizadas e as fases desde a inserção da proposta ao Comitê de Ética em Pesquisa até a proposta de elaboração do produto final.

1.1 Histórico das bibliotecas

Ao abordar as relações da biblioteca com a temática do patrimônio, convém primeiramente contextualizar sua concepção histórica. A palavra biblioteca vem do grego *bibliothéke* e do latim *bibliotheca*; *biblion* significa livro, de raiz latina *liber* que remete as entrecascas de alguns vegetais em que se fabricava o papel na Antiguidade. *Théke* é qualquer estrutura que protege: um cofre, um edifício, uma caixa, uma estante. Portanto, em seu sentido etimológico, a biblioteca é um local onde se guarda livros (FONSECA, 2007).

Araújo e Oliveira (2005) conceituam biblioteca como uma coleção de documentos bibliográficos (livros, periódicos etc.) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, CDs, etc.) organizada e administrada para formação, consulta e recreação do público ou de determinadas categorias de usuários. Desta forma, podemos afirmar que além de livros, a biblioteca deve possuir em seu acervo diversos suportes que atendam seu público.

Também contribui Jacob (2008) que a biblioteca é um espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico. Para ele, a biblioteca é um teatro de uma alquimia complexa, onde a leitura, escrita e a interação entre estas liberam forças e movimentos do pensamento, permitindo diálogos com o passado, criação e inovação. Por fim, a biblioteca dá sentido aos saberes e conhecimentos da coletividade, através da conservação dos materiais disponíveis em seu acervo.

As bibliotecas apresentam as concepções de cultura, saber e memória, e sua história, no Ocidente, é ligada a cultura e pensamento. Não apenas como lugar de memória, em que os vestígios do pensamento humano através da escrita são depositados, mas também como um

espaço dialético, em que cada etapa da história é negociada os limites e funções da tradição, as fronteiras do que é dizível, legível e pensável, a continuação das genealogias e das escolas, bem como o que é acumulado com o tempo nos campos do saber, suas rupturas e reconstruções. Possuem o papel de transmitir a cultura e os saberes, pois são lugares de continuidade, mas também de rupturas de tradições (JACOB, 2008).

Para Jacob (2008), a história das bibliotecas reflete o que a sociedade, as instâncias de poder e os intelectuais decidem transmitir, estabelecendo o que é essencial de uma cultura e de um patrimônio. As modificações nas formas de registro do pensamento humano pela história elevaram sua produção, tornando-se imprescindível a preservação. O ato de reunir documentos escritos – do papiro ao pergaminho, dos manuscritos ao impresso – para torná-los testemunhos da história, permitiu a construção de arquivos e bibliotecas, tornando o documento um monumento e não apenas um material. Esta é uma expressão do poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro, ampliando sua área de abrangência, visto que atualmente, os documentos abrangem palavras, gestos e são até arquivados tecnologicamente (LE GOFF, 1990).

As primeiras coleções, tanto na sua produção como organização para a preservação, necessitavam de ações simultâneas e paralelas. Quando o homem decidiu colocar em prática a atividade de ordenamento do acervo, estabeleceu a noção básica de biblioteca:

O homem registra para reter, e o registrado não encontrável, na prática, é igual ao inexistente. [...] Aí está a ideia mais primitiva da biblioteca: o resultado do desejo e da necessidade quase instintiva de poder utilizar várias vezes uma informação que pudesse ser significativa (MILANESI, 2002, p. 21).

De acordo com Milanesi (1995, p. 16), “a história da biblioteca é a história do registro de informação, sendo impossível destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem”. Nisso, percebemos que as bibliotecas têm muito a contribuir nas temáticas relativas ao patrimônio e à memória. Portanto, destacamos a história das formas de registros enquanto suporte, apresentadas na obra do referido autor, mediante uma breve síntese histórica.

As placas de argila foram os primeiros suportes que se tem conhecimento, utilizadas para registrar os saberes contidos nos arquivos dos reis assírios, sumérios e babilônios. Aproximadamente 22 mil placas foram encontradas por arqueólogos em Nínive, e estavam no local desde o século VII a.C. Este conjunto de placas pode ser entendido como uma biblioteca, possivelmente organizada e sistematizada para utilização na época.

Explana ainda que a utilização do papiro como suporte da escrita foi um dos avanços mais significativos neste processo. Utilizada pelos egípcios já antes do terceiro milênio a.C., o

papiro é uma planta, existente nas margens do rio Nilo, que era entrelaçada por suas fibras para formar faixas em um rolo, com largura aproximada de um palmo por 8 metros. Constituiu no produto mais divulgado do Egito durante séculos na produção dos documentos escritos, fornecido também aos gregos e ao Império Romano. O rolo de papiro era conhecido como *volumen*, e existiam bibliotecas com milhares de volumes deste material.

O papiro foi substituído pelo pergaminho, formado pela pele do carneiro ou de outros mamíferos, por questões econômicas. As peles eram enroladas como o papiro, cortadas e unidas numa margem, formando um rolo próximo ao livro, servindo de suporte para a escrita. O pergaminho foi a ponte entre o papiro e a imprensa, responsável pelo transporte do conhecimento dos gregos e romanos para os séculos mais recentes.

Conforme o autor, durante séculos, a leitura e a escrita eram reduzidas a segmentos de povos. O acesso aos acervos era restrito e a habilidade da escrita era quase exclusivamente de ordens religiosas, compondo-se bens preciosos da realeza. Milanesi (2002) destaca ainda que a produção literária da época permitia a formação de acervos, ou seja, as bibliotecas. Destaca o *Museion*, uma espécie de centro de cultura de Alexandria, destruído em 47 a.C., que reuniu cerca de 700 mil volumes de papiro em seu acervo, e também em Roma, que no ano de 370 possuía 28 bibliotecas públicas, frequentada pelos sábios.

Dessas grandes coleções do passado quase todas foram perdidas, restando apenas algumas cópias de manuscritos: “as cópias manuscritas eram raras e caras (faziam-se poucos exemplares de cada obra) e a precariedade física do suporte fez com que a maior parte do registro do pensamento humano que precedeu a imprensa se perdesse” (MILANESI, 1995, p. 19).

Milanesi (2002) afirma que os pergaminhos foram utilizados por cerca de mil anos, quase sempre produzidos nos mosteiros. Os livros artesanais, conhecidos como códices, eram guardados nos mosteiros, onde monges calígrafos rezavam, copiavam e ilustravam textos, além de preservar toda a produção. O capital era contabilizado pelo tamanho e qualidade de obras de uma biblioteca, e seu acesso restrito a ordens religiosas ou pessoas aceitas por ela.

Na Idade Média, as abadias eram repositórios literários e serviam apenas uma parte do segmento letrado. Conforme o autor, as obras, produzidas nos mosteiros, eram caras e apenas os que detinham o poder possuíam livros, considerados artigos de luxo na época. Reis e outras personalidades formavam, aos poucos, suas coleções particulares, que na época chegavam em torno de duzentos a trezentos volumes de manuscritos.

O surgimento da Universidade acelerou a produção de manuscritos, dedicando um espaço onde as obras poderiam ser consultadas. Porém, os volumes mais utilizados eram

acorrentados às estantes nos espaços de leitura. Estas bibliotecas ainda eram ligadas fortemente às ordens religiosas, tanto na arquitetura como nas ações dos utilizadores: “o ato de ler revestia-se de tal importância que não se entrava no recinto da leitura sem que os leitores usassem a beca” (MILANESI, 2002, p. 24).

O papel se fixou como um novo suporte da escrita no Ocidente por volta do século XIV, barateando as cópias manuscritas e possibilitando a invenção do tipo móvel, em meados do século XV: Gutenberg criou a imprensa, permitindo que o pensamento humano, registrado pela escrita, chegasse a um número maior de pessoas e permitiu o aumento de obras disponíveis:

O raro e caro tornou-se acessível. O que era particular ao clero e aos nobres passou a ser utilizado por segmentos mais amplos da população. A Bíblia, antes copiada a mão e, por isso, distante da plebe, que também não sabia ler, já poderia ser conhecida por leitura e não, apenas, pelas prédicas eclesiais. O manuscrito de poucos, revestido de sacralidade, tornou-se profano pela reprodução e pelas tiragens progressivamente maiores (MILANESI, 2002, p. 25).

As bibliotecas deixaram de ser um tesouro, para se tornar um serviço; os livros perderam seu valor material e tornaram-se material de consumo doméstico, deixou de ser produzido de modo caligráfico pelos religiosos e passou a sair de oficinas, com fabricação em série. A população formava bibliotecas particulares, assim como os reis e personalidades formavam anteriormente. Logo, a circulação de ideias amplia-se, decisivamente, saindo do muro dos mosteiros e conventos (MILANESI, 1995).

No entanto, as grandes coleções pertencentes ao Estado e a Igreja ainda continuavam restritas. Nelas, havia um repositório de obras raras de grande conhecimento humano, tornando as bibliotecas com função de museu, em que as obras eram apenas mostruários históricos, sem acesso. A partir do século XIX, com a Revolução Industrial, as bibliotecas/museu deixaram de ser a única possibilidade enquanto coleção pública, a partir da criação das bibliotecas/serviço, com uma nova forma de organização do saber e acesso aberto à população: “a nova biblioteca tinha uma determinada função educativa, caracterizando-se como um presente filantrópico que se dava aos segmentos populares, os mais necessitados de ilustração” (MILANESI, 1995, p. 22).

Olhar para o futuro se torna determinante para a identidade dos bibliotecários, visto que anteriormente, o número pequeno de livros organizados segundo regras rígidas e utilizados com familiaridade pela pouca quantidade de leitores, não permitia uma função além de custodiador da coleção. A difusão do papel impresso e sua crescente utilização mudou a relação do bibliotecário com o leitor, pois ele passou a prestar assistência (BATTLES, 2003).

Conforme Araújo (2014), a evolução das áreas do conhecimento marcou a transição do

antigo regime para a modernidade, possibilitando transformações em todas as dimensões da vida humana, na economia, direito e política, como também nos arquivos, bibliotecas e museus. Surgem os conceitos modernos de arquivo nacional, museu nacional e biblioteca nacional, tendo como marca distintiva o caráter público, no sentido de o termo nacional ser relativo ao coletivo dos nascentes Estados modernos. Os marcos destes processos foram a criação da *Library of Congress*, em 1800 nos Estados Unidos; da *Archives Nationales*, em 1790 na França, como primeiro arquivo nacional do mundo; do *Musée du Louvre*, em 1793, tornando-se a referência obrigatória na criação dos museus nacionais europeus.

Surge daí a necessidade de se ter profissionais qualificados para estas instituições modernas, levando a formação dos primeiros cursos profissionalizantes, voltados para regras de administração e rotinas, bem como a organização de todo o acervo, possibilitando posteriormente sua localização e acesso. O profissional que exerce esta responsabilidade na biblioteca é o bibliotecário (do latim *bibliothecarius*), e no Brasil, esta profissão é regulamentada pela Lei nº 4.084/62, sendo o exercício e a profissão privativos aos bacharéis em Biblioteconomia, com inscrição no conselho profissional (MILANESI, 2002).

No final do século XIX, várias iniciativas e manifestos reivindicavam mudanças nos arquivos, museus e bibliotecas por meio de expressões ‘arquivo efetivamente útil’, ‘biblioteca viva’, ‘museu dinâmico’, entre outras. As críticas vinham pelo fato destas instituições estarem voltadas apenas para seu acervo e técnicas, sugerindo que estas buscassem atuação ativa nos contextos sociais em que estavam inseridas, pautando-se no ideal iluminista da universalidade, ou seja, o acesso a todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, as funções destas três instituições começam a ser pensadas, desenvolvendo as primeiras teorias no campo, no início do século XX (ARAÚJO, 2014).

Desse modo, de acordo com Araújo (2014), o pensamento funcionalista no campo da biblioteconomia baseia-se no pensamento do espanhol Lasso de la Vega, que argumenta em sua obra que, inicialmente, as bibliotecas eram instituições voltadas unicamente para a guarda e conservação de livros, e passou ser instituições pedagógicas ativas, como universidades populares. Para ele, houve uma evolução do conceito de biblioteca, saindo de depósito de livros para tornar-se a ‘mais democrática’ das instituições ao sair da posição passiva de aguardar os usuários para assumir a tarefa de buscar o que é adequado a cada leitor, de forma eficaz e no menor tempo possível. Além disso, o bibliotecário é visto não mais como um conservador do ‘museu do livro’, de braços cruzados, olhando como os usuários usam os livros, mas sim como um agente propulsor de cultura.

López Yepes [...] identifica a existência de uma biblioteconomia pré-científica, da Antiguidade ao final do século XIX, em que esta é fundamentalmente a arte de conservar os 'tesouros' dentro das bibliotecas, e as técnicas necessárias para essa função. A seguir, a constituição científica do campo, em finais do século XIX, que se dá num primeiro momento a partir do entendimento da biblioteca como centro de educação e de lazer, e os bibliotecários como difusores de informação (ARAÚJO, 2014, p. 32).

No século XX, a informação passou a ser um bem de grande valor e acumulável, em que o saber e o poder andam paralelamente. As transformações sociais causadas pelo desenvolvimento industrial e a grande competição nos setores científico-tecnológico tornam a informação um elemento estratégico para segurança e desenvolvimento. A necessidade de informação torna-se algo prioritário, e as bibliotecas recebem uma nova função: sistematizar o acesso às informações. Na segunda metade do século XX, há a chegada de materiais audiovisuais aos acervos das bibliotecas, e a partir da década de 1980, várias tendências e influências organizacionais tornam-nas mais sensíveis às necessidades dos usuários.

Para Milanesi (2002), as grandes revoluções sociais possibilitaram o crescimento acelerado dos acervos, permitindo a disponibilização da informação ao tornar a biblioteca mais acessível. Ao juntar todos os documentos em um só lugar, havia a preocupação de preservar as memórias ali contidas com a formação de coleções. Contudo, quanto maior a produção de documentos e sua disponibilização, maior se torna a exigência de uma organização:

Se num momento da história os registros eram raros, sendo arduamente procurados pelos homens mais inquietos, num outro momento inverteu-se o jogo: houve excesso de registros, tornando o homem pequeno e confuso diante de sua própria produção. Nem tudo que é pensado e registrado deve ficar na memória dos grandes bancos de dados ou nos labirintos das bibliotecas. No entanto, como o homem não sabe o que deve conservar e o que pode ser descartado, por precaução, guarda e zela (MILANESI, 2002, p. 10).

Atualmente, percebe-se a grande evolução dos elementos tecnológicos e o aumento no acesso e uso da informação na sociedade. Quase tudo gira em torno de três elementos: informação, conhecimento e tecnologia. Há uma revolução na forma de viver, pensar, agir e comunicar em nossa sociedade e percebemos que a informação muitas vezes está aliada às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O acesso à informação de forma rápida também trouxe o excesso de informações. O panorama social contemporâneo em conjunto com as TIC's possibilitou novas formas no processo educativo e geração de conhecimento, em variados suportes tecnológicos. Essas mudanças no panorama da informação possibilitaram aos bibliotecários várias perspectivas de trabalho, já que sua matéria-prima é a própria informação. Estes devem preocupar-se em preservar a informação que está presente em vários suportes e ambientes e também disseminá-

la socialmente, educacionalmente e culturalmente.

Na sociedade da informação, o acesso ao conhecimento é mais dinâmico e otimizado pelo emprego das TIC's, tornando a possibilidade de tomada de decisões mais interativas e em tempo real, não importando a distância em que as pessoas se encontram. O uso da informação de forma eficiente e eficaz é a melhor forma de tornar um cidadão ativo dentro da sociedade. Com base nisso, as bibliotecas adaptaram-se a essa nova realidade, apresentando novas possibilidades aos seus usuários, como interações e mediações, somadas às tecnologias digitais.

As bibliotecas se diferenciam por categorias, baseadas no tipo de usuário que atenderão e também pela faixa etária destes usuários. São elas: bibliotecas infantis, bibliotecas escolares, bibliotecas universitárias, bibliotecas especializadas, bibliotecas nacionais e bibliotecas públicas (FONSECA, 2007).

De acordo com Fonseca (2007), as bibliotecas infantis, como subteme-se o nome, possuem como público-alvo às crianças, voltadas à recreação e atividades lúdicas. Esta biblioteca é a considerada a mais importante de todas, isso porque “a criança de hoje é o leitor de amanhã” (SHERA, 1976¹ apud FONSECA, 2007, p. 51). Já as bibliotecas escolares assemelham-se à biblioteca infantil, porém é mantida por uma escola. Tem o objetivo de fornecer livros e materiais didáticos para estudantes e professores, oferecendo infraestrutura bibliográfica e audiovisual da educação infantil ao ensino médio.

No ensino superior, as bibliotecas universitárias possuem como objetivo fornecer estrutura bibliográfica, documental e suporte aos cursos, pesquisas e serviços, bem como armazenar e disponibilizar a produção acadêmica desenvolvida na universidade. Com o desenvolvimento da ciência e tecnologia, surgiram as bibliotecas especializadas, responsáveis por atender e disponibilizar materiais de uma determinada área do conhecimento ou de um determinado setor, para um público específico.

O autor esclarece que, por possuir particularidades, as bibliotecas nacionais possuem a finalidade de preservar a memória nacional, ou seja, da produção bibliográfica e documental de uma nação. Por fim, as bibliotecas públicas desempenham o papel de atender todo tipo de usuário, complementando as atribuições das demais categorias de bibliotecas, com serviços adequados para educação, informação, cultura e lazer da comunidade em que está inserida.

Os ambientes das bibliotecas, independente do seu público alvo, passou por várias mudanças conforme novos modelos iam surgindo. De um ambiente de conservação cultural, que priorizava a organização e tratamento técnico do acervo, evoluiu para um local de difusão

¹ SHERA, Jesse H. *Introduction to library science: basic elements of library service*. Littleton, Col.: Libraries Unlimited, 1976, p. 57

cultural, focando em ações para acesso e uso da informação e, atualmente, é um espaço de apropriação cultural focado no usuário e um dispositivo de mediação cultural (ARAÚJO, 2014).

Nos dias atuais, as abordagens contemporâneas da biblioteconomia se destacam em três grandes tendências que, apesar de serem identificadas de forma diferente, possuem vários elementos em comum. Apresentadas por Araújo (2014), são elas: mediação, estudos sobre a mediação e estudos sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais e suas implicações. A mediação, a primeiro momento, foi entendida como uma ponte ou ligação do acervo documental às necessidades de uma comunidade de usuários. Porém, este entendimento passou a se aproximar da ideia de filtro, em que a tarefa do bibliotecário é selecionar informações diante da grande produção documental.

Influenciada pela ideia de Paulo Freire, atualmente a mediação vem a ser definida como uma ação de interferência, feita pelo bibliotecário, que propicia a assimilação de informações pelo usuário, atendendo sua necessidade informacional de forma parcial, plena ou satisfatória. A mediação proporciona que as bibliotecas sejam mais do que ambientes que possuam conteúdos informacionais, mas sim como dispositivos produtores de sentido, tendo os usuários como sujeitos ativos do processo, partindo da valorização da diversidade e participação multicultural no ambiente da biblioteca (ARAÚJO, 2014).

A segunda tendência apresentada pelo autor refere-se aos estudos sobre a mediação, que é bastante articulada e aborda o conceito de *information literacy*, surgido nos Estados Unidos na década de 70 para indicar as habilidades necessárias ao uso da informação. Na América Latina, sua tradução literal é ‘Alfabetização informacional’, contudo, há várias traduções e expressões sinônimas para ser designada. No Brasil, as mais comuns são ‘Alfabetização informacional’, ‘Alfabetização em informação’, ‘Competência informacional’ e ‘Competência em informação’, sendo o último reconhecido e utilizado por muitos pesquisadores da área da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. A competência em informação pode ser trabalhada em diferentes áreas e tem como objetivo solucionar as falhas no acesso e no uso da informação, que acompanham as desigualdades existentes no país. Portanto, ao se pensar em competência em informação, devemos associar o termo a construção de cidadania e superação de exclusões, principalmente a digital (HATSCHBACH; OLINTO, 2008).

Para Hatschbach e Olinto, a competência em informação:

[...] está vinculada a novas abordagens adotadas na educação, como o ‘aprendizado baseado em recursos’. Além dessas, outras abordagens, como a habilidade em solucionar problemas, a aprender criticamente, com autonomia e continuamente (aprender a aprender), são princípios educacionais contemporâneos incorporados à área da Competência em Informação. Da mesma forma, a habilidade de definir,

planejar e desenvolver um determinado tema de pesquisa, de forma crítica, analítica e ética, é um destaque da pedagogia atual, para todos os níveis de ensino, e um componente da Competência em Informação (HATSCHBACH; OLINTO, 2008, p. 27).

Com isso, podemos dizer que a competência em informação depende não apenas do acesso à informação, mas também dos filtros que o indivíduo é capaz de exercer sobre a informação recebida e o que ele é preparado a desenvolver quando informado. Ou seja, o indivíduo tem que refletir criticamente a respeito do assunto sobre o qual se informou e mudar hábitos com base no conhecimento construído ou reforçar argumentos que justifiquem as práticas anteriores.

Por fim, a terceira vertente apresentada por Araújo é o estudo sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais e suas implicações nos acervos, serviços e dinâmicas. Uma nova dimensão da internet, caracterizada pela mudança de atitude, onde o usuário também é visto como autor, editor e organizador da informação. Além da implementação de serviços e produtos com as novas tecnologias digitais, a relação com o usuário se altera, pois este é chamado para participar e não só receber. Deste modo, o papel da biblioteca deixa de ser o de apenas disponibilizar informações contidas em seu acervo, permitindo que haja a participação de todos na construção dos conteúdos a serem usados.

O bibliotecário, frente a essas novidades, tem o papel de ajudar no progresso das sociedades, proporcionando condições de envolvimento e participação desta por meio do acesso à informação, facilitando a produção de conhecimentos. Estas tendências contribuem com o sentido da biblioteca que será abordado neste trabalho, ou seja, indo além de seu acervo físico. Esta nova relação dialógica, a ser construída pelo bibliotecário e a comunidade, terá como objetivo uma construção de conhecimentos que perpassam o que há disponível em seu acervo, que geralmente é o que se destaca quando se pensa em uma biblioteca.

Atividades que englobam temáticas do dia a dia podem ser incluídas no contexto da biblioteca, possibilitando maior envolvimento com a comunidade local e apreensão de conhecimentos, identificações e saberes. Dar foco ao patrimônio cultural é uma das possibilidades de trabalho que abrangem a mediação e a oportunidade de trabalhar a competência em informação, contribuindo com a construção e compartilhamento de conhecimentos, entendendo e transformando a realidade através de trabalhos de educação patrimonial, contexto que é vinculado ao patrimônio e será apresentado no próximo tópico.

Portanto, constata-se através deste breve levantamento que as bibliotecas são espaços que remetem à preservação e disseminação do conhecimento, independentemente de seu suporte. Possibilitam, por meio de seu acervo, um genuíno “lugar de memória” da sociedade ou

de uma instituição, que contribuem para a produção e proteção de memórias, muitas vezes esquecidas, possibilitando a construção de uma memória coletiva. Porém, as ações da biblioteca devem ir além do que já está posto – seu acervo –, propondo novas ações que englobam os usuários e as novas narrativas dialógicas de conhecimento e informação, principalmente as que envolvem a compreensão de referências culturais.

1.2 Biblioteca Seccional Campus Goiás - Cajuí (BSCGO)

Temos como foco deste trabalho uma ação cultural por meio da educação patrimonial no ambiente da biblioteca, portanto, este tópico é dedicado a apresentação do bem cultural que será utilizado como *locus* desta ação - a Biblioteca Cajuí -, apresentando sua história e importância para a construção de conhecimento e informação na comunidade da cidade de Goiás.

A biblioteca está localizada na cidade de Goiás – GO, antiga Vila Boa e muito conhecida como Goiás Velho, a primeira capital do Estado, e há 135 km de distância de Goiânia, a atual capital. A história da cidade de Goiás perpassa pelas expedições exploratórias ao interior do Brasil, iniciadas no começo do governo geral, na metade do século XVI, com objetivo de descobrir as riquezas minerais de ouro, prata e pedras preciosas existentes. Os primeiros núcleos urbanos em Goiás - Barra, atual Buenolândia, e Santana, futura Vila Boa e atual cidade de Goiás -, surgiram no século XVIII com a mineração. Em 1739, Santana foi elevada a situação de vila, passando a chamar-se Vila Boa de Goiás, permanecendo como único município da Capitania durante todo o século XVIII. Em 1818, foi elevada a cidade. Recebeu em seu território pessoas de várias nacionalidades, entre elas a africana e europeia, ligadas ao Ciclo do Ouro. Pertenceu à capitania de São Paulo até tornar-se capitania independente, devido ao grande crescimento populacional. O território goiano passou a ser chamado Capitania de Goiás, tendo um governo próprio e independente; em 1818 foi elevada a cidade e passou a ser chamada de Goiás, constituindo-se a primeira capital do Estado (PALACÍN; MORAES, 1989).

Seu núcleo urbano estendeu-se ao longo do Rio Vermelho e entre os morros do Cantagalo e de Santa Bárbara, tendo em sua margem direita as ocupações de caráter popular, destacando a Igreja do Rosário, utilizada originalmente pelos negros escravos, Igreja de Santa Bárbara, Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Igreja de Nossa Senhora da Abadia. Já na margem esquerda do rio estão os edifícios oficiais e representativos, como a Igreja Matriz de Sant’Ana (Catedral), Palácio Conde dos Arcos, Quartel do XX, Casa de Fundação, Casa de Câmara e Cadeia (atualmente Museu das Bandeiras), Chafariz de Cauda, Mercado Municipal e o núcleo

residencial histórico (IPHAN, 2014, *on-line*).

Como visto, a narrativa histórica da cidade de Goiás está atrelada ao ouro e sua descoberta deu-se pelo povoamento de aventureiros em busca de riquezas. Contudo, conforme Sandes e Arrais (2013), esta herança colonial se tornou um fardo a ser carregado por uma população que foi abandonada, devido a transferência da capital e também pelo esgotamento do ouro, gerando grandes marcas do passado não só na vida material, mas também na mentalidade dos goianos: “a antiga capital, velha senhora de boa estirpe, acabou condenada ao passado, na medida em que o novo tempo se deslocava para Goiânia” (SANDES; ARRAIS, 2014, p. 402).

Desta forma, sem o exercício do governo, a cidade de Goiás perdeu o seu lugar de centro e permaneceu nesse lugar por bastante tempo, lamentando a perda de seu antigo domínio. Contudo, com o passar do tempo, foi se redescobrimdo e encontrou em si um monumento ao passado, conquistando uma nova posição: a de patrimônio histórico da humanidade. A preservação de suas características históricas e seu clima bucólico com ruas de pedra, as pontes de madeira sobre o Rio Vermelho, as casas térreas e de arquitetura vernacular, igrejas simples em torno de morros com vegetação nativa, manteve o equilíbrio entre o patrimônio cultural e natural.

Todas estas características permitiram que a cidade fosse reconhecida, em dezembro de 2001 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como conjunto urbano tombado (cidade histórica) e patrimônio cultural mundial, pela importância de seu conjunto arquitetônico formado por casas, igrejas e monumentos históricos. A cidade permanece com mais de 90% de sua arquitetura barroco-colonial original, sendo um dos mais importantes sítios históricos do período da expansão colonial, ligada ao ciclo do ouro e a história dos bandeirantes, constituindo-se “o único e último testemunho íntegro, autêntico e original exemplo de conjunto urbano bandeirante existente” (IPHAN, 2014, *on-line*).

Além de sua arquitetura, que possibilita a sua valorização enquanto cidade-museu, a cidade é conhecida por personalidades que ganharam notoriedade na cultura goiana. Um exemplo de personalidade da cidade, mas pouco conhecida, é a poetisa Leodegária de Jesus. Sua contribuição surgiu em um contexto histórico-literário, com sua iniciação poética, publicação de seu primeiro livro e a participação efetiva na parte cultural que movimentou a cidade, à frente do Clube Literário Goiano. Redigiu ainda com Alice Santana, Cora Coralina e Rosa Godinho o jornal A Rosa, tornando-se respeitada como intelectual e poetisa no meio cultural vilaboense. Suas duas únicas publicações foram pioneiras na literatura feminina em Goiás (CAMARGO, 2020).

Outro exemplo é a escritora e poetisa Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, mais conhecida como Cora Coralina. A casa em que a poetisa residia foi construída em 1770 e transformada em museu em 1985, sendo posteriormente inaugurada ao público em 20 de agosto de 1989, data em que se comemorava os 100 anos de nascimento de Cora (Figura 1).

Figura 1 - Casa de Cora Coralina



Foto: Jaqueline M. Fernandes (2021).

É um dos vários pontos de visitação da cidade, que chama atenção por remeter aos primórdios de sua formação:

Não se pode conhecer Goiás sem adentrar na casa-museu de Cora Coralina. Nesse ambiente tornado sacro, o passado perde sua substância passada e se atualiza no desejo de informar o turista sobre o sentido do outro tempo, marcado por acontecimentos fundadores, representação da presença e ausência de história (SANDES; ARRAIS, 2014, p. 408).

Partindo para o campo acadêmico, há na cidade três instituições de ensino superior públicas: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Instituto Federal de Goiás (IFG), que possibilitam o acesso ao ensino superior às pessoas da cidade e de seu entorno, contribuindo também com o desenvolvimento local e permitindo um amplo campo de pesquisas e ações socioculturais.

A Biblioteca Seccional Campus Goiás - Cajuí (BSCGO) integra o Câmpus Goiás e o Sistema de Bibliotecas (Sibi/UFG) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Sua narrativa histórica perpassa pela história do Câmpus onde está inserida e também do sistema de bibliotecas que faz parte. Delineando este histórico, temos que o ensino superior no estado de

Goiás iniciou ainda no século XIX, quando a então capital da província de Goyaz, hoje cidade de Goiás, recebeu em 1898 a Academia de Direito de Goiás, sexto curso de Direito do país, que posteriormente deu origem à Faculdade de Direito da UFG (ALVES, 2000). Importante mencionar que, na década de 1920, a Faculdade de Pharmacia e Odontologia também existia na então capital do Estado, porém com a criação e mudança da nova capital em 1937, estes cursos também foram transferidos, passando a funcionar em Goiânia (FREITAS, [2019?]).

Já o Sibi/UFG iniciou sua história em 24 de agosto de 1973, com a união do acervo de treze bibliotecas que funcionavam em unidades de ensino em apenas um prédio, na Faculdade de Direito do Setor Universitário na cidade de Goiânia-GO, criando assim a Biblioteca Central (BC). No final da década de 1980, em um acordo entre UFG e o Ministério da Educação, houve a construção de um novo prédio no Campus Samambaia, possibilitando a transferência da Biblioteca Central em 1989. Porém, exigiu a divisão do acervo existente entre duas bibliotecas: o novo prédio da BC no Campus Samambaia e a segunda unidade do Sibi, a Biblioteca Campus Colemar Natal e Silva (BSCAN), no Setor Universitário. Com a expansão da Universidade e a criação de novos câmpus no interior do Estado, foram surgindo novas bibliotecas setoriais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017).

Atualmente o Sibi é vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) da UFG, sendo composto por oito bibliotecas, sendo sete universitárias e uma escolar, distribuídas em todos os seus Câmpus². São elas: 1- Biblioteca Central (BC) - Câmpus Samambaia; 2- Biblioteca Seccional Câmpus Aparecida de Goiânia (BSCAP); 3- Biblioteca Seccional Câmpus Colemar Natal e Silva (BSCAN) - Setor Universitário; 4- Biblioteca Seccional Câmpus Goiás - Cajuí (BSCGO); 5- Biblioteca Seccional Centro de Ensino e Pesquisa Aplicados à Educação (BSCEPAE) - Câmpus Samambaia; 6- Biblioteca Seccional das Humanidades (BSHU) - Câmpus Samambaia; 7- Biblioteca Seccional Letras e Linguística (BSLL) - Câmpus Samambaia; 8- Biblioteca Seccional Museu Antropológico (BSMA).

Retomando o histórico do Câmpus Goiás, posteriormente, com a transferência dos cursos da cidade de Goiás para Goiânia bem como a criação da UFG e sua expansão, houve várias tentativas de interiorização desta instituição no Estado. Na cidade de Goiás, destaca-se duas tentativas: a primeira com a autorização do funcionamento de um turno do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG na cidade de Goiás, no ano de 1969, através da Resolução nº 001/69, com despesas por conta da prefeitura da cidade (UNIVERSIDADE

² Antes da criação da Universidade de Catalão (UFCat) e Universidade Federal de Jataí (UFJ), em 2019, as respectivas bibliotecas destas instituições integravam este sistema. Contudo, já se desvincularam institucionalmente.

FEDERAL DE GOIÁS, 1969), funcionando por meio do Programa de Expansão e Melhoria da Educação Nacional (Pre-men – Acordo MEC/Usaid) (MORAES, 2019). E a segunda, em 1989, por meio de um convênio entre a UFG e a prefeitura da cidade, que autorizou o funcionamento de uma Extensão da Faculdade de Direito de Goiânia na antiga capital do Estado, por meio da realocação de vagas para a cidade (MORAES, 2019). Esta última foi o pontapé para a implantação do curso de Direito na cidade, que se iniciou em 1990 e foi o propulsor na criação de novos cursos e consolidação do Câmpus Goiás da UFG. Conforme Moraes:

O processo de criação e implantação do curso de Direito na Cidade de Goiás, no final dos anos 1980, resgata um passado de disputas em torno da dominação política da região e do estado entre as oligarquias locais e, posteriormente, da legitimação do discurso de modernização e desenvolvimento. E, por último, busca o resgate da memória histórica e do reconhecimento do papel cultural da cidade na consolidação do Estado. A retomada da educação superior na Cidade de Goiás, particularmente do curso de Direito, caracterizou um novo momento da política de expansão da UFG e o início da sistematização da sua política de interiorização por meio da realocação de vagas no interior do Estado [...] contribuindo para o desenvolvimento da economia regional e local mediante a formação de profissionais para atuar nos setores prioritários e atender à demanda social (MORAES, 2019, p. 09-10).

Para atendimento da turma que seria estabelecida foi criada uma biblioteca, que comportava um pequeno acervo, mesas de estudo e balcão de atendimento (Figura 2). Posteriormente, foi realizada a expansão do ambiente, com a incorporação do recinto que funcionava o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), e então, a biblioteca totalizava um espaço de 135,59m² (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2015).

Figura 2 - Antigo espaço da biblioteca do curso de Direito - Câmpus Goiás



Foto: Sistema de Bibliotecas – Sibi/UFG (2014).

No ano de 2006, a direção da Biblioteca Central em Goiânia apresentou uma proposta ao conselho diretor da Unidade para incorporação da biblioteca do curso de Direito do Câmpus Goiás ao Sibi, a fim de torná-la uma biblioteca seccional. Com a aprovação em 2007, a Biblioteca Central assumiu a responsabilidade técnica do espaço, estabelecendo as normas e procedimentos do Sistema, com finalidade fundamental de oferecer e garantir a qualidade nos serviços de atendimento aos usuários do espaço (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2006).

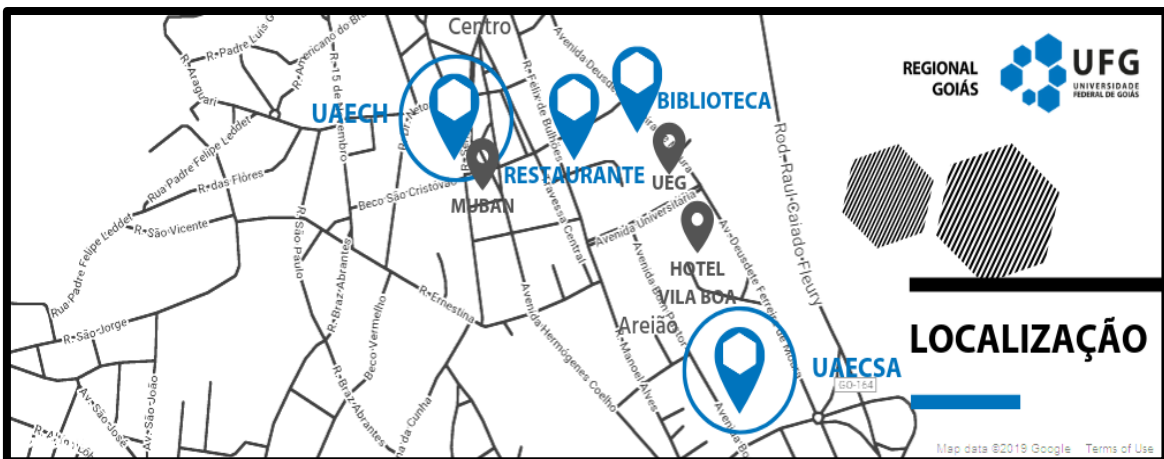
No ano de 2009, através da Resolução CONSUNI nº 05/2009, foi criado o Campus Cidade de Goiás e aprovado o seu regimento, desvinculando-o de fato da Faculdade de Direito em Goiânia. Além do curso de Direito, mais dois cursos de graduação passaram a ser ofertados: Serviço Social e licenciatura em Filosofia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2009).

Porém, em 2014, segundo o Estatuto da UFG, o Câmpus foi transformado em Regional, dividindo-se em duas unidades: Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas (UAECH) e Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas (UAECSA). Além disso, a então regional ganhou mais quatro cursos de graduação: bacharelado em Filosofia, Administração, Educação do Campo e Arquitetura e Urbanismo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014).

No momento atual, a resolução CONSUNI-CEPEC nº 01 de 29 de janeiro de 2021, determinou que, devido à reestruturação da UFG e desmembramento das Regionais Jataí e Catalão, a Regional Goiás voltaria a ser Câmpus. Portanto, a UFG conta agora com múltiplos Câmpus, instalados na Região Metropolitana de Goiânia (RMG) - Câmpus Samambaia, Câmpus Colemar Natal e Silva, Câmpus Aparecida de Goiânia -, e o Câmpus Goiás, instalado na Cidade de Goiás (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2021).

Com a crescente demanda dos cursos e discentes no Câmpus Goiás, foi necessária a ampliação de sua infraestrutura para atender sua comunidade. Então, tornou-se viável, através de políticas públicas de reforma universitária promovidas pelo Governo Federal, a construção de uma nova biblioteca. A execução da obra teve início em dezembro de 2013 e está localizada na avenida Dr. Deusdete Ferreira de Moura, no centro, ao lado da UEG. A Figura 3 apresenta, por meio de mapa, a localização dos prédios do Câmpus Goiás da UFG, bem como a da Biblioteca Seccional Câmpus Goiás – Cajuí.

Figura 3 - Localização dos prédios do Campus Goiás - UFG



Fonte: ASCOM/CG (2019).

O prédio foi inaugurado em 05 de junho de 2017 com a presença da prefeitura da cidade de Goiás, reitoria da UFG e comunidade. Conta com 1.240m² de área total construída, sendo 698,00m² para a biblioteca e 542,00m² para a área administrativa, visando uma melhor distribuição dos espaços e melhor fluxo de pessoas, possibilitando uma melhor e maior utilização da biblioteca. O projeto da biblioteca traz elementos das características locais, obedecendo o conjunto arquitetônico da cidade de Goiás observadas em construções antigas no estilo histórico colonial (Figura 4), mantendo a identidade visual presente na região (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2015).

Figura 4 - Fachada da nova biblioteca - UFG Campus Goiás



Foto: Jaqueline M. Fernandes (2022).

Ainda em 2017, a direção da Regional Goiás promoveu um concurso³ com o objetivo de escolher o nome da biblioteca, seguindo a proposta institucional de contemplar nomes e espécies da fauna e flora do cerrado brasileiro. A comunidade interna da Regional (discentes, docentes, técnico-administrativos e terceirizados) preencheram um formulário *on-line* com uma única sugestão de nome, justificando a escolha. Por fim, através das sugestões e posterior votação⁴, foi escolhido o nome Cajuí, também conhecido como cajuzinho-do-cerrado ou cajuzinho-do-campo, uma planta nativa do cerrado e muito popular no estado, que floresce entre os meses de setembro e outubro e dá frutos em novembro.

O prédio da biblioteca dispõe de acessibilidade em todos os espaços físicos, contando com rampas de acesso e elevador em seu interior, permitindo que pessoas com deficiência (PCD) ou mobilidade reduzida utilizem seus ambientes. Quanto à sua estrutura física, na entrada do prédio situa-se a Sala de Estudos 24 horas, um dos locais mais utilizados no espaço pela comunidade interna da UFG e também da cidade de Goiás.

Disponibiliza ao usuário um local de estudo, com acesso à *internet* e totalmente climatizado, em qualquer dia e horário, por tempo integral, sendo fechada ao público apenas em casos específicos⁵. Na entrada há uma portaria, pátio de convivência e escaninho para guarda dos materiais dos visitantes (Figura 5).

³ Disponível em: <https://www.goias.ufg.br/n/102187-divulgado-edital-para-escolha-de-nome-da-biblioteca-da-regional-goias>. Acesso em: 08 abr. 2021.

⁴ Disponível em: <https://www.goias.ufg.br/n/102730-escolhido-o-nome-da-biblioteca-da-regional-goias>. Acesso em: 08 abr. 2021.

⁵ Desde março de 2020, a Biblioteca Cajuí encontrava-se com os atendimentos presenciais suspensos, devido a ações de enfrentamento à pandemia de COVID-19 (Coronavírus) na cidade de Goiás. Neste mesmo mês, o calendário acadêmico da UFG foi suspenso e as demandas e serviços estavam sendo realizadas em regime de trabalho remoto. Em agosto de 2020, houve a retomada do calendário acadêmico por meio de ensino remoto emergencial (ERE) e do atendimento presencial em alguns setores mediante agendamento. O Sibi/UFG realizou esta retomada parcial, priorizando apenas os serviços de empréstimos e devoluções de materiais, com agendamentos via *e-mail*, aos seus usuários; a Biblioteca Cajuí integrou esta retomada. Contudo, com o aumento dos casos de infecção na cidade de Goiás e a publicação de decretos municipais pela Prefeitura determinando o fechamento dos estabelecimentos locais, a direção do Câmpus Goiás decidiu, por meio de comunicado, pela suspensão dos serviços administrativos e acadêmicos de forma presencial, com o desenvolvimento de atividades predominantemente de modo remoto. Em janeiro de 2022, com o grande aumento da população vacinada, a UFG propôs uma retomada gradual das atividades, sendo que os atendimentos presenciais da Biblioteca Cajuí foram retomados mediante agendamento prévio por *e-mail*. Contudo, no dia 07 de março do mesmo ano, cumprindo as determinações do retorno gradual e seguro na universidade, a biblioteca reabriu o espaço físico para atendimentos presenciais, seguindo os protocolos de biossegurança estabelecidos pela comissão de saúde da universidade. As informações sobre este retorno gradual podem ser acessadas em <https://retomada.ufg.br/>.

Figura 5 - Entrada do prédio da Biblioteca Cajuí



Foto: Jaqueline M. Fernandes, 2019

O pavimento superior conta com sala de estudos em grupo para 45 pessoas e uma sala com 15 gabinetes para estudo individual. Possui também computadores para consulta ao acervo, que é informatizado com software gerenciador SophiA e disponível para consulta *on-line*, balcão de atendimento e serviço de referência, espaços para descanso com pufes e o acervo (Figura 6).

Atualmente, o Câmpus conta com os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Direito, licenciatura em Educação do Campo, bacharelado e licenciatura em Filosofia, Serviço Social e o curso de Pedagogia, que estava em fase de implantação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2021). Há também a oferta de uma turma especial do curso de Direito em parceria com o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma política pública federal para educação no campo. Por meio dela, assentados da reforma agrária, agricultores familiares e/ou filhos de trabalhadores rurais de várias regiões do país tem a oportunidade de realizar uma graduação, fortalecendo o direito à educação com qualidade social a todos.

Para atender estas demandas, a Biblioteca Cajuí possui aproximadamente 18 mil

exemplares em seu acervo físico, contemplando as bibliografias básicas e complementares dos cursos do Câmpus, bem como um grande acervo literário regional, nacional e internacional, periódicos, CD's, DVD's e materiais de referência. A biblioteca reúne e disponibiliza um diversificado acervo impresso não só ao público da UFG, mas também a toda comunidade local.

Figura 6 - Pavimento superior da biblioteca

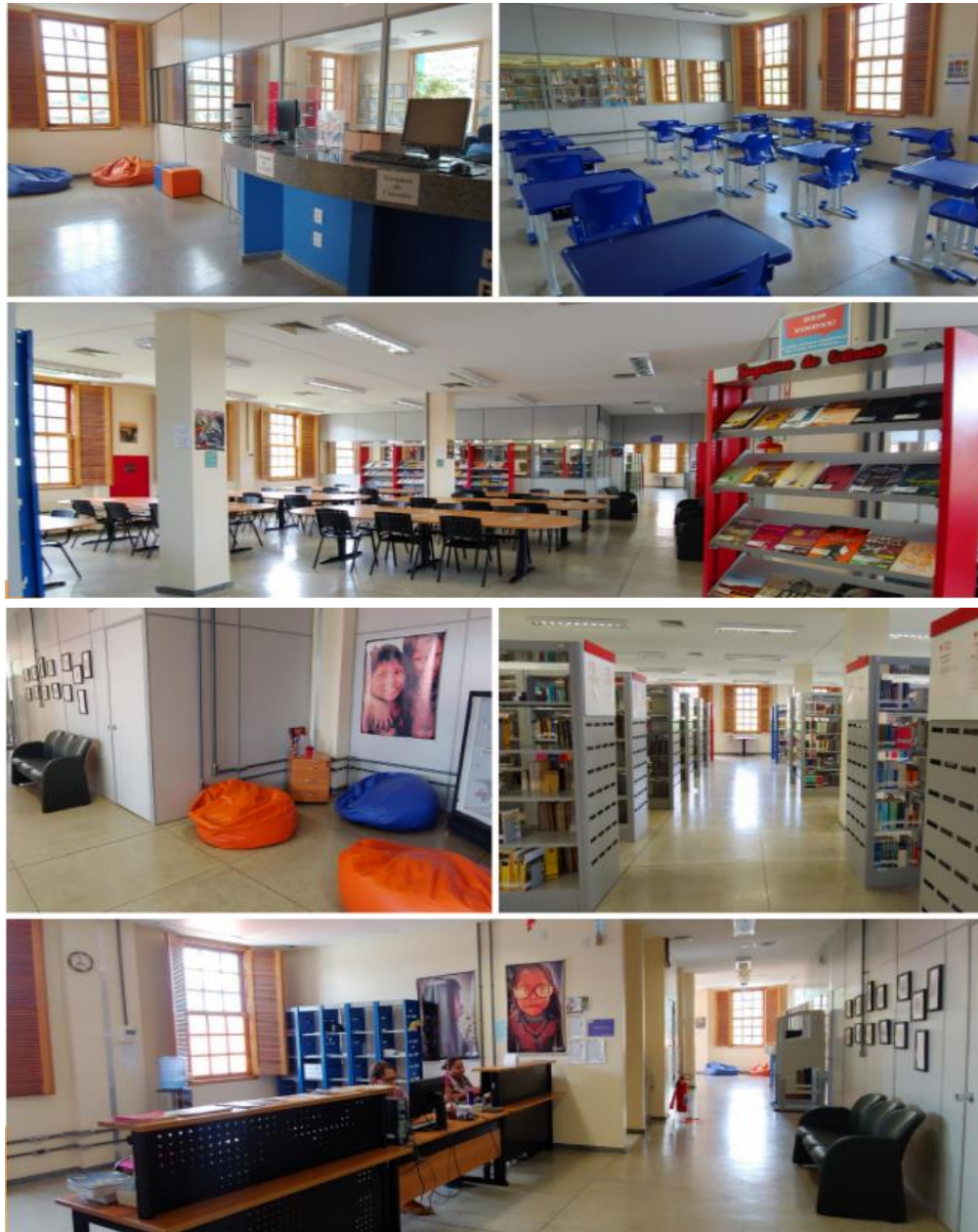


Foto: Jaqueline M. Fernandes (2019).

O pavimento inferior abriga a área administrativa interna, elevador com capacidade para 6 pessoas, ambiente de estar e salas didáticas de áudio, vídeo e multimídia. A biblioteca possui ainda, neste mesmo pavimento, uma arena em espaço aberto, com bancos em diferentes níveis,

semelhantes a um teatro, com 125,75m², e disponível para realizações de eventos acadêmicos e culturais, exposições, palestras e apresentações. Conta também com o “Cantinho da Leitura”, um espaço lúdico com acervo voltado para o público infanto-juvenil e o Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI) (Figura 7).

Figura 7 - Pavimento inferior da biblioteca



Foto: Jaqueline M. Fernandes (2019).

O LAI é fruto de uma parceria entre o Sibi e o Núcleo de Acessibilidade da UFG, e tem o objetivo de oferecer serviços e equipamentos de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência. Sua finalidade é dar acessibilidade à comunicação e à informação para as pessoas

com deficiência, viabilizando recursos tecnológicos para que possam usufruir das diversas situações pedagógicas comunicacionais e formativas a fim de assegurar que as pessoas com deficiência desfrutem em igualdade de oportunidade com as demais pessoas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2019).

1.3 Biblioteca enquanto patrimônio cultural e lugares de memória

Partindo do entendimento que a biblioteca surgiu da grande produção dos registros informativos, visando a guarda, organização e preservação destes suportes, compreende-se que por meio da preservação desses registros, grande parte da história foi construída e constitui-se em uma memória nacional. Para os gregos antigos, a memória era pré-condição do pensamento humano, personificada em *Mnemosine*, a deusa da memória, sabedoria e progenitora de todas as artes e ciências, entre elas a história, e também em mnemônica, a ciência da recordação e a base do processo de aprendizagem (SAMUEL, 1997).

Para Le Goff (1990), a memória atravessa a história e a alimenta, com o interesse do passado esclarecer o presente. Afirma ainda que até o Renascimento e final do século XVIII, as sociedades ocidentais valorizavam o passado; na Europa do final do século XVII e primeira metade do XVIII, a oposição entre antigo/moderno que surgiu na ciência, arte e literatura, proporcionou uma reviravolta da valorização do passado, superando o antigo e tornando o moderno como progresso. A ideia de progresso expandiu-se no Iluminismo, desenvolvendo no século XIX e XX os progressos científicos e tecnológicos. Com isso:

Ao fazer a história de suas cidades, povos, impérios, os historiadores da Antiguidade pensavam fazer a história da humanidade. Os historiadores cristãos, os historiadores do Renascimento e do Iluminismo (não obstante reconhecessem a diversidade dos "costumes") pensavam estar fazendo a história do homem. Os historiadores modernos observam que a história é a ciência da evolução das sociedades humanas (LE GOFF, 1990, p. 16).

Conforme Pollak (1992), a memória possui grande ligação com a identidade, principalmente com a memória nacional. Ela parece ser um fenômeno individual, próprio da pessoa. Porém, deve ser entendida também como um fenômeno social e coletivo, passível a mudanças e transformações constantes. Há duas maneiras de o homem elaborar memórias: de forma individual, em que os acontecimentos vividos partem de uma perspectiva individual, com uma interpretação subjetiva; e coletivamente, mediante o compartilhamento de acontecimentos e situações que fundamentam as referências coletivas. O autor ainda explica que as memórias coletivas:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

As memórias são elaboradas por meio de pontos de referência e são inseridas na memória da coletividade a que pertencemos: os lugares de memória que nos acompanham por toda a vida, a importância de datas e personagens históricos que somos constantemente lembrados, as tradições, costumes, regras, a culinária, folclore e música são indicadores da memória coletiva, “estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que é diferente dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (POLLAK, 1989, p. 3).

Não obstante, a biblioteca, assim como os museus, dicionários, comemorações, festas, monumentos, são instrumentos de base do trabalho histórico e objetos simbólicos da nossa memória. São marcos, testemunhas de uma outra era, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Conforme Pelegrini (2009), a preservação destes registros, mesmo que envolvessem ensejos políticos, culturais ou religiosos, caracterizavam a importância sobre os valores e significados destes bens conservados. Possuindo valor histórico e cultural, as políticas preservacionistas e as legislações específicas foram criadas visando a restauração e reabilitação do patrimônio. Mas afinal, o que é patrimônio?

A palavra patrimônio está entre as mais utilizadas no cotidiano, sendo constantemente associada a patrimônios econômicos, financeiros, imobiliários de um país, de uma família ou de um indivíduo, como também nas noções de patrimônio cultural, arquitetônico, artístico, histórico, ecológico, etnográfico, genético, e ainda os tangíveis e intangíveis. Não há limites no processo de qualificação da palavra, que está sempre associada ao colecionamento de objetos móveis e imóveis que um determinado grupo social expõe e apropria (GONÇALVES, 2003).

Funari e Pelegrini (2006) esclarecem e fundamentam a trajetória do patrimônio, que serão apresentados nos parágrafos a seguir. De origem latina *patrimonium*, a palavra se referia, entre os antigos romanos, a tudo que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família. A semelhança entre estes termos esconde várias diferenças em seus significados. *Familia* era

compreendida como tudo que estava sob domínio do senhor, incluindo mulheres, filhos, escravos, bens móveis, imóveis e até animais. Tudo isto era *patrimonium*, podendo ser deixado por testamento, e este incluía até mesmo as pessoas. Como a maioria da população não possuíam escravos, então não tinham um *patrimonium*. Logo, a transmissão de bens era restrita somente à elite patriarcal romana e o Estado apropriado pelos pais de família, constituindo então um conceito de patrimônio patriarcal, individual e privativo da aristocracia.

O conceito moderno de patrimônio surgiu a partir da Revolução Francesa, em 1789, que viria destruir os fundamentos antigos do reino. Funari e Pelegrini (2006) esclarecem que a criação da República, além de acabar com o rei e toda a sua estrutura, criou a igualdade, refletida na cidadania. Os novos Estados Nacionais tinham como prioridade inventar os cidadãos e uma cultura nacional, tornando o conceito de patrimônio que hoje entendemos: de todo um povo, tendo uma só língua, origem e território

O Estado Nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Para isso, foram necessárias políticas educacionais que difundissem, já entre as crianças, a ideia de pertencimento a uma nação. [...], que visava imbuir o jovem, desde cedo, de sentimentos e conceitos que passavam a fazer parte de sua compreensão de mundo, como se tudo fosse dado pela própria natureza das coisas (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 16).

Ferreira (2006) explica que pelo amplo e contemporâneo léxico das palavras patrimônio e memória, há vários sentidos e definições que podem ser atribuídos a elas, ganhando espaço no cotidiano. Porém, estes lembram sempre a permanência no passado, resguardando o que seja significativo para as identidades, bem como também o esquecimento. A autora afirma que as representações do patrimônio sempre terão relação com os processos identitários e sua afirmação, possibilitando várias discussões, principalmente os referentes ao imaginário que autenticam e inspiram as políticas patrimoniais.

As divisões no campo do patrimônio são construídas historicamente e sofrem transformações e mudanças continuamente: a presença ou ausência do patrimônio, a necessidade ou não de preservá-lo são pontos importantes que devem ser considerados. Um patrimônio, muitas vezes, é usado para simbolizar, representar ou comunicar algo, pois constrói e forma as pessoas por meio das relações sociais e até mesmo as relações simbólicas que o bem representa (GONÇALVES, 2003).

Historicamente, no decorrer do século XIX, diversas nações europeias organizaram estruturas públicas e privadas para conservação, salvaguarda e seleção dos bens considerados patrimônios nacionais. Porém, o entendimento de patrimônio era restrito aos monumentos,

edificações e objetos de artes, por retratar de forma autêntica as riquezas nacionais. O primeiro instrumento legal de proteção ao patrimônio foi o *classement*, como norma de salvaguarda oficial, impelindo a mutilação ou destruição dos monumentos nacionais franceses. Então, alguns países ocidentais também adotaram a prática em suas respectivas legislações (PELEGRINI, 2009).

As políticas de preservação do patrimônio no Brasil, efetivaram-se no final dos anos 30, com a publicação do Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, regulamentando a proteção dos bens culturais no país. Denominado Patrimônio Histórico e Artístico, caracteriza-se como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

Este decreto, em especial, preocupava-se apenas com o patrimônio material e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) privilegiavam o tombamento de edificações que privilegiavam a herança luso-brasileira ligadas a elite religiosa e política, como igrejas e prédios do período colonial, prevalecendo a apreciação estética e não o valor histórico, tendo a legitimação das escolhas do que era considerado patrimônio restrita apenas a autoridade dos técnicos do Sphan (FONSECA, 2005).

A nível mundial, apenas dezessete anos depois surgiram recomendações em busca de soluções para os impasses acerca do crescimento urbano, qualidade de vida nas cidades e necessidade de preservação de alguns patrimônios históricos, artísticos e paisagísticos nacionais e da humanidade. Denominadas “Cartas Patrimoniais”, continham diretrizes para a resolução dos principais problemas acarretados pelo crescimento acelerado das grandes metrópoles, nas décadas de 1930 e 1940, sem comprometer os monumentos ou edificações com valores históricos ou artísticos.

Após o fim da II Guerra Mundial e a criação da UNESCO, as ações em prol dos direitos humanos e do patrimônio histórico foram expandindo-se por meio da implantação de políticas públicas para a conservação dos bens culturais no Brasil e no mundo. Em 1972, foi realizada a primeira convenção relacionada ao patrimônio mundial, cultural e natural, adotada pela conferência geral da Unesco. Nesta convenção, determinou-se que o patrimônio cultural da humanidade é composto por: a) monumentos: obras arquitetônicas, pinturas, esculturas, vestígios e inscrições arqueológicas, cavernas; b) conjuntos: grupos de construções; c) sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico; d) monumentos naturais: formações físicas e biológicas; e) formações geológicas ou fisiográficas: habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção; f) sítios naturais: áreas de valor científico

ou de beleza natural (UNESCO, 1972).

Retomando o cenário histórico patrimonial, no Brasil houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, e a ampliação do termo Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro, por meio dos artigos 215 e 216. Em especial, o art. 216 detalha que o patrimônio cultural brasileiro constitui-se dos bens de natureza material e imaterial, de forma individual ou conjunta, que portem referência à identidade, ação e memória de diferentes grupos formadores da sociedade, incluindo as formas de expressão, modos de fazer, criar e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artístico-culturais e também os conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico, paleontológico e científico (BRASIL, 1988).

Este cenário também é perceptível, a partir de 1989, na preocupação dos países ocidentais com a valorização das criações populares, processos e práticas culturais, por meio da “Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular”, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO. Assim, os bens de natureza imaterial ganham notoriedade, valorizando os saberes ligados aos processos de produção artesanal do que o objeto em si, destacando a tradição e as práticas coletivas. Conforme o documento, a definição de cultura tradicional e popular é:

[...] o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989, p. 2).

Em 1997, com a realização do seminário “Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção”, houve a definição de novas diretrizes para o patrimônio brasileiro. Este seminário integrou as atividades de comemoração dos sessenta anos de criação do IPHAN, promovendo debates entre especialistas, membros de instituições públicas e da sociedade civil e da UNESCO.

A Carta de Fortaleza foi um documento produzido neste seminário, constituindo-se um instrumento legal sobre a salvaguarda do patrimônio cultural. Recomenda a abordagem da preservação do patrimônio cultural de forma global, buscando valorizar as formas de produção simbólicas e cognitivas, aprofundando a reflexão de bem cultural de natureza imaterial, além de indicar a realização de inventários em âmbito nacional, a integração das informações

produzidas ao Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC) e a criação de um instrumento legal dispendo sobre a criação do Registro (UNESCO, 1997).

Por intermédio desta Carta, houve um desdobramento do que foi pactuado e estabelecida uma comissão para criação de um instrumento legal específico para a salvaguarda do patrimônio de natureza imaterial brasileiro, marcando a democratização dos bens patrimoniais e artísticos. Para Fonseca (2005), esta democratização envolve diferentes aspectos, dentre eles a participação da sociedade na produção destes bens, a garantia de preservação da memória dos diversos grupos sociais existentes na sociedade e não apenas da elite, o respeito à autonomia e ao acesso às práticas populares e bens culturais.

Desta comissão, elaborou-se o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial do Brasil (PNPI), uma iniciativa que consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Por meio destas legislações, criou-se também o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN, implementando uma política eficaz de identificação, inventário e valorização deste patrimônio.

O decreto supracitado permite a salvaguarda do patrimônio imaterial por meio de seu registro, democratizando assim a política de preservação e possibilitando a inclusão de uma referência cultural em quatro diferentes livros: 1) Livro de registro dos saberes: para registro de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; 2) Livro das celebrações: para as festas, rituais, folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana; 3) Livro das formas de expressão: para inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, performáticas e lúdicas; 4) Livro de registro dos lugares: registro de espaços que se reproduzem as práticas culturais (BRASIL, 2000).

Sobre o registro, temos que:

[...] corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações, em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode “preservá-los” (SANT’ANNA, 2009, p. 55).

Para Sant’Anna (2009), o instituto do Registro não é uma forma de tutela e acautelamento como o tombamento, utilizado para o patrimônio material, mas um recurso que permite a valorização e o reconhecimento do patrimônio imaterial. Deve ser refeito, no mínimo, a cada dez anos, pelo fato das manifestações serem dinâmicas e também com o objetivo de

acompanhar as suas modificações com o tempo.

Mais adiante, em 17 de outubro de 2003, por intermédio da Carta Patrimonial “Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”, houve o reconhecimento pela UNESCO do patrimônio cultural imaterial como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 04).

A Carta dispõe que o patrimônio cultural imaterial se manifesta por meio de tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo dessa propagação; expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo; e técnicas artesanais tradicionais. A salvaguarda torna-se a principal medida para garantir a viabilidade do patrimônio imaterial, por meio da identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão (por meio da educação formal e não-formal) e revitalização deste patrimônio em diferentes aspectos. Estas medidas de salvaguarda devem ser realizadas com a participação das comunidades, grupos e organizações não-governamentais pertinentes, por meio de inventários atualizados regularmente (UNESCO, 2003).

Em suma, os instrumentos que reconhecem e permitem a valorização destes bens culturais imateriais, criados pelo governo brasileiro, consideram a natureza dinâmica e processual destes bens, permitindo a interação dos aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural e proporcionando uma concepção ampla e rica da temática (SANT’ANNA, 2009).

Tomando como objeto de estudo a abordagem do patrimônio imaterial no ambiente da Biblioteca Cajuí por meio de ações de educação patrimonial, convém aprofundar nas categorias listadas na legislação brasileira sobre o tema. O patrimônio cultural é constituído a partir das referências culturais, representadas pela história de um grupo, constituindo algo coletivo e que faça sentido para esta comunidade. Estas referências ligam as pessoas aos seus pais e antepassados e são transmitidas às gerações futuras, constituindo a cultura de um lugar. Quando estes elementos possuem grande importância a um grupo, torna-se um bem cultural, e é por meio deste bem que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros (IPHAN, 2016).

O termo ‘referência’ pode ser utilizado em vários contextos na linguagem corrente: pode

ser sinônimo de informações, como pedir referências sobre uma pessoa ou local; no ambiente da biblioteca, as obras de referência correspondem a materiais de pesquisa e consulta que esclarecem sobre um determinado assunto (dicionários, enciclopédias, atlas, legislações, documentos antigos, etc.); os centros de referência mencionados pelos cientistas são relacionados a um modelo ou padrão de qualidade quando se estuda um determinado assunto; ainda, quando uma pessoa ou um grupo perde seus pontos de referência diante de uma mudança brusca e que seja significativa, indica uma crise de identidade ou desenraizamento de suas origens. Com isso, falar em referências culturais significa “dirigir o olhar para representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem a paisagem, as edificações e objetos, aos fazeres e saberes, às crenças, hábitos, etc.” (LONDRES, 2000, p. 14).

De acordo com o manual do INRC, falar em referências culturais é dirigir o olhar para as representações que constituem uma identidade para os habitantes de uma determinada região, e remete à uma paisagem, uma edificação, um objeto, aos saberes e fazeres, crenças e hábitos:

[...] referência significa alusão, ou seja, identificação indireta de algo por meio de fato, objeto ou personagem conhecidos. Mas referência também é baliza, ou seja, marca que indica limite e que estabelece termo de comparação e diferenciação. Assim, por exemplo, no primeiro sentido, pode-se afirmar que o chimarrão é uma referência da cultura gaúcha e, no segundo, que o forró é uma referência (tradicional) da lambada, sendo esta uma transformação daquela. Assim também o Pão de Açúcar (formação geológica) é uma referência do Rio de Janeiro (cidade), tal como o conjunto urbano do Pelourinho ou a capoeira (como prática corporal) podem significar Bahia, e o samba e a feijoada, brasilidade. Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (IPHAN, 2000, p. 29).

Essas referências culturais, na maioria das vezes, podem ser repassadas por grupos ou indivíduos detentores do saber. Por detentores, entende-se:

[...] às pessoas que integram comunidades, grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica de produção e reprodução de determinado bem cultural imaterial e/ou de seus bens culturais associados, para as quais a prática cultural possui valor referencial por ser expressão da história e da vida de uma comunidade ou grupo, seu modo de ver e interpretar o mundo, ou seja, sua parte constituinte de memória e identidade. Os detentores possuem conhecimentos específicos sobre esses bens culturais e são os principais responsáveis pela sua transmissão para as futuras gerações, pela continuidade da prática e dos valores simbólicos a ela associados ao longo do tempo (IPHAN, 2017, p. 11)

Desta forma, as categorias de bens culturais imateriais que podem ser registrados nos livros listados pelo Decreto nº 3.551/2000 e objeto do INRC (2000), podem ser entendidos

conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Categorias de bens culturais imateriais no Brasil

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	EXEMPLO
Celebrações	Compreende os ritos e festividades religiosas, civis e também ligadas ao calendário, que se constata ocasiões de sociabilidade, com práticas complexas e que possuem regras e atribuições específicas, como preparação das comidas e bebidas, a produção do vestuário ou indumentárias, a ornamentação de lugares, uso de objetos especiais, utilização de músicas, orações, danças, etc. Estas atividades são essenciais para a produção de sentidos específicos de lugar e de território.	Festas de São Sebastião, do Divino Espírito Santo, de Iemanjá, de São João, o carnaval brasileiro com suas regionalidades específicas, o Círio de Nazaré em Belém (PA), a Lavagem do Bonfim, a Romaria de Bom Jesus da Lapa na Bahia ou ainda, no estado de Goiás, a Cavalhada (Pirenópolis) e a Procissão do Fogaréu (Goiás).
Formas de expressão	É associada a formas não linguísticas de comunicação de um determinado grupo social ou região, que são desenvolvidas por indivíduos ou grupos sociais reconhecidos pela comunidade (detentores), em que os costumes definem as normas, expectativas, padrões de qualidade, etc. Neste caso, o que será inventariado é o modo como as linguagens em abstrato são colocadas em prática pelos detentores executantes, ou seja, as performances culturais que são consideradas importantes para a cultura, memória e identidade do grupo.	Cordel, a cantoria e a xilogravura no Nordeste, as diversas variantes do Boi no Brasil (o boi bumbá, o boi duro, o bumba meu boi, etc.), a moda de viola e a catira no centro-sul, a ciranda no litoral pernambucano, a cerâmica figurativa no vale do Jequitinhonha, etc.
Ofícios e modos de fazer	Compreende as atividades relacionadas aos saberes e que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. São os conhecimentos tradicionais, desenvolvidos por detentores reconhecidos como os grandes conhecedores de técnicas, ofícios e de matérias-primas que identificam um grupo social ou uma determinada localidade. Esta modalidade não pretende inventariar a prática abstrata, mas sim a prática dos detentores executantes, pois trata da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade do grupo.	Carpintaria no sul da Bahia, a confecção de panelas de barro no Espírito Santo, a manipulação de plantas medicinais na Amazônia, a culinária na cidade de Goiás, o benzimento nas várias regiões do país, as variantes regionais de técnicas construtivas, do processamento da mandioca ou da destilação da cana, dentre outros.
Edificações	Estruturas de pedra e cal estão, na maioria das vezes, associadas a usos, significados históricos e de memória, e também às imagens de um determinado lugar. Desta forma, as representações tornam estas estruturas bens culturais de um determinado grupo, independente se nele há qualidades arquitetônicas ou artísticas. Além dos aspectos físico-arquitetônicos, as edificações são relevantes do ponto de vista do patrimônio e das representações sociais,	Edifícios emblemáticos como as igrejas de Nossa Senhora Aparecida (SP), de Nosso Senhor do Bonfim ou o Terreiro da Casa Branca em Salvador (BA), como também edifícios que possuem significados para a população local, como a Casa de Cora Coralina em Goiás (GO), as sedes de Lira Popular de Belmonte (BA) ou a Banda Carlos Gomes em Campinas (SP);

	as narrativas que são a eles associadas, bem como os bens móveis que eles abrigam e os usos que ali desenvolvidos.	
Lugares	Especifica os locais que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, pois toda atividade humana produz sentidos de lugar. Caracterizam-se por espaços apropriados por práticas e atividades de várias naturezas, como trabalho, comércio, lazer, religiosos, políticos, etc., sendo utilizadas no cotidiano ou em momentos excepcionais, com características vernáculas ou oficiais. No ponto de vista físico, arquitetônico e urbanístico, estes lugares podem ser identificados e delimitados por marcos e trajetos concebidos pela população nas atividades que lhe são próprias, sendo conceituados como lugares focais da vida social de um determinado local.	Feiras, mercados, santuários, praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas.

Adaptado de: INRC (2000).

Contudo, ao buscar abarcar a Biblioteca Cajú enquanto patrimônio da cidade de Goiás, percebemos no campo material, em seu projeto arquitetônico, elementos característicos do centro histórico, marcada por uma arquitetura singela. Atentando-se a preservação das tradições e mantendo a identidade visual da cidade, o projeto da biblioteca deu atenção a estes pontos, principalmente por estar localizada dentro do “polígono de preservação”, atentando-se na utilização de elementos coloniais, mantendo intacto e adequando-se ao contexto e realidade estética da cidade (Figura 8).

O edifício não segue fielmente ao projeto em alguns detalhes estruturais, contudo as características arquitetônicas projetadas, bem como a identidade visual, foram executadas. Desta forma, assegura-se que a Biblioteca, enquanto edifício, é um patrimônio material e imaterial importante para a comunidade da UFG e para a cidade de Goiás, uma vez que o prédio é sinônimo de conquista, reflexões e definições arquitetônicas que complementam o patrimônio edificado da cidade e da universidade.

Figura 8 – Projeto da fachada - Biblioteca Cajuí



Fonte: CEGEF/PROAD/UFG (2012).

Ainda, seguindo esta breve análise, a função da Biblioteca Cajuí, diante destas

perspectivas patrimoniais apresentadas, é de valorizar e reafirmar as referências culturais da cidade de Goiás, por meio dos saberes, celebrações e formas de expressão, trazendo a comunidade para dentro do espaço, para promoção e salvaguarda deste patrimônio. Diante disso, a biblioteca enquadra-se também como patrimônio imaterial dentro da categoria lugar, pois caracteriza-se como um local de uso coletivo e que muitas vezes comporta significados para a comunidade.

Seja por meio de seu acervo bibliográfico ou da utilização de seus espaços físicos que proporcionam ambientes adequados de estudo, pesquisa e extensão. Os mais utilizados pela comunidade são a Sala de Estudos 24 horas, o Laboratório de Informática e ainda o Laboratório de Acessibilidade Informacional; estes oportunizam o acesso um ambiente de estudo oportuno e climatizado, à inclusão digital e a redução da desigualdade informacional, e ainda estabelece uma mediação com a comunidade, quando permitem que práticas culturais coletivas, que envolvem saberes de indivíduos ou grupos sociais, sejam promovidas no local.

As bibliotecas devem despertar a memória presente nas experiências e conhecimentos da humanidade e da comunidade, a herança cultural, tradições, memórias coletivas, dando continuidade à história e preservando-a contra o esquecimento. Este argumento se fortalece no sentido levantado por Pollak (1989) que a construção do passado é sempre intermediada do documento, e este é rico como produtor de novos temas, novos objetos e novas interpretações.

Enquanto local de memória, a biblioteca deve ser guardiã do conhecimento, não apenas no sentido de guardar para si, mas através destes possibilitar novos estudos e vivências, preocupando-se com a criação de novos sentidos da memória, de forma educativa. Para este estudo, aprofundaremos nos saberes, conhecimentos e modos de fazer presentes na comunidade da cidade de Goiás.

Para Pelegrini (2009), os bens culturais ou legados vivos que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, reúnem referenciais identitários, memórias e histórias, que se tornam elementos vitais para a formação da cidadania. As memórias e as referências advindas do passado permitem o compartilhamento de afetos, sensibilidades, tradições e histórias entre os indivíduos, além de evidenciar as diferenças culturais e a diversidade existente na sociedade.

Logo, a educação patrimonial é uma iniciativa que permite o reconhecimento e apropriação de bens culturais pela comunidade, por meio de ações educativas. Por isso, abordaremos esta ação, pontuando suas especificidades enquanto instrumento de preservação do patrimônio e sua possibilidade de aplicação no ambiente da biblioteca.

1.4 Biblioteca enquanto espaço de ações de Educação Patrimonial

Uma ação educativa envolve ações de construção e compartilhamento de conhecimentos, investigações para se conhecer algo e entender a fim de transformar a realidade de um conjunto de pessoas. Quando estas ações são feitas considerando um patrimônio cultural, trata-se de Educação Patrimonial, que consiste em:

[...] todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO et al., 2014, p. 19).

Contudo, ao se trabalhar os processos educativos referentes ao patrimônio cultural, deve-se ter em mente que estes são mais efetivos quando são incluídos nas diversas dimensões das vidas das pessoas. Como explica Florêncio (2012), o patrimônio deve fazer sentido e ser percebido nas práticas cotidianas dos sujeitos. Por isso, faz-se necessário associar, de forma contínua, os bens culturais e a vida cotidiana por meio da criação de símbolos ou atribuição de valores a eles.

Em outras palavras, para se alcançar os objetivos da educação para o patrimônio cultural, é necessário que os bens culturais tenham valor, atribuídos pelos próprios indivíduos ou comunidade. Londres (2012) destaca quatro, sendo: a) valores cognitivos: os bens culturais de um grupo constituem marcas no tempo e no espaço, que atestam a historicidade. Ou seja, tornam-se documentos que atestam a identidade e a eles é atribuído um valor de testemunho; b) valores afetivos: ao conhecer e conviver com determinado bem cultural, os indivíduos criam uma relação de cumplicidade e identificação com os agentes detentores que produziram, utilizaram e atribuíram sentidos e valores a esses bens. Essa relação dialética possibilita a formação da identidade pessoal e coletiva; c) valores estéticos: por meio do contato direto com o bem e incentivando o novo olhar sobre ele, que não o habitual, os valores sensoriais (ver, tocar, cheirar, provar, etc.) são ativados, permitindo a apropriação por meio do apreço sensorial; d) valores éticos: ao se declarar que um bem é patrimônio cultural coletivo, seja pelo poder público ou por um processo específico de um grupo social, o bem se torna propriedade de todos. As interações sociais provenientes da apropriação deste bem são consideradas, e não somente o bem em si. Nesse sentido, esclarece a autora que a meta do processo educativo, com foco no patrimônio cultural:

[...] é de despertar no educando a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, e de levá-lo a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimoram sua qualidade de vida, e que contribuem para seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadão, em suas atividades profissionais, de lazer, de criação e de interrelação com os outros e com o mundo. Desse processo é que decorre o compromisso com a preservação (LONDRES, 2012, p. 16).

As práticas de educação com foco no patrimônio cultural no Brasil ocorrem nos museus desde o século XIX, porém ainda é um campo de ação que está em construção; não é consolidado nem possui fundamentação suficiente, é amplo, diverso e contraditório, multidisciplinar e interdisciplinar por natureza, e possui uma problemática em sua forma de expressão difundida pelo país, que precisa ser enfrentada e superada para avançar nas reflexões e nas suas práticas. Ainda, deve ser facilitadora do processo de identificação e fortalecimento de vínculos das comunidades com seu patrimônio cultural, e o instrumento para potencializar as ações educativas de valorização e proteção deste patrimônio (SCIFONI, 2015).

A educação patrimonial não possui uma metodologia pronta, pois enquanto um processo, recorre a várias metodologias de aplicação. Contudo, há dois pressupostos fundamentais para se pensar uma educação patrimonial libertadora e emancipatória, citada por Scifoni (2012) e baseada na proposta de Paulo Freire. Em primeiro lugar, deve-se entender que as comunidades em que atuamos serão sujeitos do processo, ou seja, não são apenas receptores de ações. Os projetos devem ser pensados e planejados juntamente com estes e não de cima para baixo, devendo-se levar em consideração as demandas e necessidades por eles levantadas, bem como conhecer o local, as pessoas e realizar um diagnóstico prévio. Então, a ação de ouvir e construir juntos fará com que o conhecimento técnico-científico dos órgãos de preservação sejam socializados e os indivíduos aprenderão a valorizar os conhecimentos adquiridos e também as práticas locais, pois se vê como sujeito do processo, possibilitando a tomada de consciência dos indivíduos como sujeitos de sua própria história.

O segundo pressuposto apresentado pela autora diz respeito à construção de uma nova relação entre a população e o seu patrimônio cultural. Porém, é preciso garantir a participação social de forma efetiva na construção das políticas de proteção da memória e do patrimônio, pois somente através disso é que a população se reconhece e se enxerga no patrimônio e na memória oficial. Isso rememora o que já foi exposto sobre os valores atribuídos ao patrimônio, apresentado por Londres. Contudo, conforme Scifoni, deve-se considerar no processo de valorização além dos valores estéticos e formais, os laços afetivos, sociais e simbólicos, não se esquecendo da grande desigualdade existente no patrimônio cultural, referente aos grupos sociais marginalizados, ora excluídos dessa memória nacional.

Entretanto, a tarefa da Educação Patrimonial também é questionar estas desigualdades presentes no campo do patrimônio, apresentando a perspectiva libertadora e emancipatória por meio da decolonialidade, ou seja, desmistificando o patrimônio a partir de outras perspectivas, ou como Scifoni (2012) cita, escovar a história a contrapelo. Ou seja, a importância de “romper com os processos de patrimonialização que reproduzam os processos de dominação do saber-poder sobre as memórias historicamente subalternizadas de grupos sociais não hegemônicos” (TOLENTINO, 2018, p. 41).

Por se apresentar como uma nova perspectiva sobre os patrimônios, a Educação Patrimonial decolonial⁶ procura romper com os processos colonialistas e eurocêntricos em relação ao patrimônio cultural no Brasil, marcado por valorizar locais de repressão e personagens da elite política, militar, religiosa e econômica. Ou seja, é reconhecer a diferença e diversidade, a interculturalidade, dando visibilidade “aos saberes subalternos que resistiram aos processos colonizadores e as reflexões por eles produzidas, trabalhando na perspectiva da horizontalidade entre os diferentes conhecimentos” (TOLENTINO, 2018, p. 48).

Esta vertente assemelha com a abordagem de Pollak (1989) sobre a importância de privilegiar as memórias subterrâneas, ressaltando que por meio da história oral, as análises dos excluídos, marginalizados e das minorias que se opõem à memória oficial são um meio de salvaguarda. Para o autor, as memórias subterrâneas sobrevivem silenciosamente, emergem durante crises e contextos políticos favoráveis, entrando em disputa com as memórias ditas oficiais.

A valorização destas memórias por meio da educação patrimonial se torna essencial, visto que muitas consistem em ressentimentos, dominação e sofrimentos que muitas vezes não são expressos. Estas memórias, muitas vezes repassadas de uma geração a outra oralmente e não por meio de publicações, permanecem vivas e são instrumentos de resistência diante do excesso de discursos considerados oficiais. Ainda, Pollak (1989, p. 10) adverte que “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”, ou seja, o que é lembrado e o que é esquecido é determinante na constituição de uma memória, principalmente referente a produção historiográfica e a conservação destes acervos.

Para Scifoni (2015), o maior desafio da Educação Patrimonial hoje, no Brasil, é torná-la um componente essencial de todo processo de identificação do patrimônio cultural, pois ultimamente esta demonstra um papel secundário e de menor importância dentro do processo: “A educação não pode ser vista como produto ou como sinônimo de divulgação de informações,

⁶ Sobre a educação patrimonial decolonial, cf. Tolentino, 2018.

mas como um processo em que se busca criar uma nova relação entre os moradores e o seu patrimônio” (SCIFONI, 2015, p. 198).

Isto posto, entendemos que a Educação Patrimonial não transmite conhecimento, mas faz a mediação entre a comunidade e o bem patrimonial. Assemelha-se ao conceito de competência informacional, citado no primeiro tópico. Conhecer é o primeiro passo para “proteger” as referências, porém não é suficiente: a sociedade tem que se reconhecer neste bem cultural, se sentir pertencente ao patrimônio.

Embora a educação patrimonial seja uma ferramenta essencial para a preservação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, ainda há poucas ações para fortalecer os vínculos entre a comunidade e este patrimônio. Ainda, quando são feitos, buscam apenas conscientizar a população para a sua preservação, não importando se eles se identificam com o bem em questão.

Como já discutido, não se pode impor o que é patrimônio a uma determinada comunidade, pois patrimônio é tudo aquilo que agrega valor, mexe com a memória, integra a vida das pessoas e faz parte das suas vivências. O educador patrimonial deve:

Compreender o patrimônio a partir das histórias e dos significados atribuídos pelos seus moradores, reconhecendo a existência de um saber local, considerando o olhar e a vivência desses, e criando uma perspectiva de participação social no processo de identificação e proteção do patrimônio (SCIFONI, 2015, p. 200).

Como visto, a temática do patrimônio além de ser ampla, promove conhecimento e apreensão da importância deste para o desenvolvimento local, formação das identidades e valorização dos saberes e fazeres. Neste processo, conforme Tolentino (2014), manifestam-se também as disputas e conflitos relacionados às práticas de preservação de determinados bens culturais, principalmente porque a ideia de patrimônio cultural sempre esteve ligada historicamente às classes ou segmentos dominantes da sociedade ou aos aparelhos ideológicos do Estado.

Especialmente quando um bem cultural se refere a um patrimônio marginalizado ou esquecido, a educação patrimonial torna-se um instrumento de valorização das diversidades culturais, que busca fortalecer as identidades e particularidades contemporâneas, afirmando as diferentes maneiras de ser e estar no mundo. “O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade” (FLORÊNCIO, 2012, p. 24).

Tolentino (2016) alerta ainda que os educadores patrimoniais devem criar possibilidades para uma construção coletiva, mediante o diálogo e negociação, do que é patrimônio para a comunidade, certo de que poderá haver consenso, dissensos, dilemas e conflitos. Por isso, a educação patrimonial é vista como um processo de mediação:

[...] para apropriação do conhecimento e conformação do patrimônio cultural, reconhecendo e respeitando a existência dos saberes locais, o olhar da vivência das comunidades onde esse patrimônio cultural é construído e a participação efetiva dos sujeitos sociais na conformação e apropriação do seu patrimônio cultural (TOLENTINO, 2016, p. 45).

O mediador deve saber, primeiramente, no que se baseou a seleção e a preservação de determinado bem ou manifestação cultural que será trabalhado, pois geralmente são elementos representativos da memória e da identidade local ou comunidade. Como explica Tolentino:

Ancorados na memória coletiva, os bens patrimoniais são signos de afirmação de identidades e, nessa configuração, servem como palcos de disputas e conflitos, atravessados pelos diferentes sujeitos que deles se apropriam e neles buscam a representação de suas vozes. Portanto, nos processos educativos que tenham por base o patrimônio cultural, é pertinente questionar como os bens patrimoniais estão sendo apropriados por determinadas comunidades que antes não se viam representadas na seleção tutelada pelo Estado (TOLENTINO, 2014, p. 142).

E ainda, afirma Florêncio (2012) que a educação proposta tem por característica a mediação para construção coletiva do conhecimento, reconhecendo a comunidade como produtora dos saberes, reconhecendo a existência de um saber local:

Não se trata, portanto, de limitar as vivências simbólicas e educativas a um único contexto cultural específico.[...] Trata-se, ao contrário, de partir das referências culturais locais, utilizando-as como arcabouço de símbolos, valores e significados por meio dos quais as ligações necessárias para a compreensão da vida, da cultura, da sociedade e do humano venham a ser estabelecidas, em um processo em que cada sujeito parte de seu mundo e de suas referências para compreender e refletir sobre outros mundos e alteridades (FLORÊNCIO, 2012, p. 27).

A educação patrimonial saiu dos muros dos museus para estabelecer a importância dos bens culturais em outros espaços formais e não-formais de educação. A biblioteca encaixa-se neste limiar como espaço não-formal, possibilitando a aprendizagem não apenas pelo seu acervo, mas pela atuação como promotora da ação cultural. Deve participar da construção deste mecanismo junto à sociedade, identificando e compreendendo as realidades locais com vistas a incentivar neste envolvimento e uso dos espaços para formação e referência de expressões culturais locais e territoriais.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial pode ser compreendida como um campo ampliado de atuação, que não se limita apenas às atividades de visitação nos museus

ou em bens patrimoniais, incorporando, assim, outras ações educativas de caráter diversificado, principalmente aquelas de caráter participativo, que possam permitir a inserção da população local no desafio de pensar a proteção dos bens referenciais de sua memória coletiva (SCIFONI, 2012, p. 37).

Tolentino (2019) fortalece a ideia de que as práticas educativas de caráter dialógicas são essenciais para as ações de educação patrimonial, pois partem das possibilidades da construção coletiva do que é considerado patrimônio cultural, e não aquilo que é dado, fetichizado e imposto como patrimônio. O diálogo, a negociação, e muitas vezes os conflitos que podem surgir diante destas ações, implicam em reflexões críticas nas definições e apropriações de patrimônio cultural, não esquecendo de ter os agentes e detentores de saberes tradicionais da comunidade como parceiros ativos de todo o processo.

Seja nos processos educativos formais ou não formais voltados para o patrimônio cultural, atuar numa perspectiva dialógica implica, necessariamente, ter que se relacionar com os patrimônios da região, da localidade. Partir do micro, do que existe de referências culturais próximas a minha casa, na minha família, nos arredores da escola, no meu bairro, para então fazer uma reflexão sobre o que é meu patrimônio, o que é patrimônio do outro, o que é patrimônio de uma determinada coletividade. Também questionar que coletividade é essa e quais coletividades estão ou devem ser representadas nos patrimônios de um determinado grupo ou nação, quais são as memórias e quais são os esquecimentos que envolvem a conformação desses patrimônios. E, além disso, refletir sobre qual é o meu papel, enquanto cidadão, e qual é o papel do Estado na preservação e valorização desses patrimônios. Isso amplia o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e a sua relação com a formação de cidadania, identidade e memória (TOLENTINO, 2019, p. 147).

Por fim, a educação patrimonial deve criar canais de interlocução com a sociedade, acolhendo e integrando as singularidades, identidades e diversidades locais. Para isso, deve-se considerar as referências culturais locais enquanto tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, essencial ao processo educativo para fortalecer o uso destes espaços públicos e não-formais, como a biblioteca, como espaços formativos, articulando saberes diferenciados e diversificados (FLORÊNCIO, 2015).

Sobre a atuação do bibliotecário como educador patrimonial, Carter (2004, p. 41-42) explica que os bibliotecários “são bibliotecários e são gestores; são especialistas, educadores, restauradores, bibliófilos, técnicos e/ou humanistas. Mais do que tudo são profissionais de uma ciência cotidianamente elaborada e que dialoga com as demais”. E ainda que “a Educação Patrimonial oferece ao bibliotecário identificado com as questões de memória e patrimônio histórico-cultural uma oportunidade de atuação profissional diferenciada da *práxis* biblioteconômica, mas ao mesmo tempo profundamente relacionada à mesma” (CARTER, 2004, p. 34).

Atentamos também às considerações de Belluzzo (2011) em seu artigo sobre as competências do bibliotecário enquanto profissional da informação nas organizações contemporâneas, que expressa:

Estamos, portanto, recomendando que o profissional da informação incorpore à sua atuação profissional o trabalho que se refere, principalmente, às condições e metodologia de criação, captação, avaliação, difusão e aproveitamento do conhecimento. Além disso, das experiências apontadas e das reflexões havidas, pode-se deduzir que, em grande parte, o futuro dos profissionais da informação está em suas próprias mãos e depende do que cada um demonstrar que pode ser capaz de Querer Ser, Conhecer e Fazer (BELLUZZO, 2011, p. 70-71).

Deste modo, a biblioteca deve se tornar uma parceira dos projetos sobre patrimônio cultural na comunidade em que está inserida, independentemente de seu público-alvo. O bibliotecário, enquanto gestor da informação, deve buscar a ampliação dos espaços de diálogo sobre patrimônio e educação patrimonial na biblioteca em que atua, contribuindo para a formação de consciência crítica de uma determinada comunidade, para que estes se enxerguem como sujeitos do mundo; além de buscar capacitação e formação permanente para atender os campos científico, técnico e humanístico da profissão.

Além disso, deve reconhecer as comunidades como sujeitas de sua cultura, produtora dos saberes e participantes ativas das ações educativas, visando a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento dos vínculos com o seu patrimônio cultural. Ou seja, as comunidades detentoras são protagonistas de toda a ação, realizada de forma dialógica e participativa, e o bibliotecário, enquanto agente de educação patrimonial, será um mediador deste processo, ao possibilitar que este conhecimento seja disseminado dentro do espaço da biblioteca.

Os trabalhos de preservação devem partir da noção de referência cultural, buscando formas de aproximar do ponto de vista dos sujeitos que estão envolvidos diretamente com a produção, circulação e consumo dos bens culturais. Desta forma, devem ser reconhecidos como legítimos detentores não apenas pelo “saber-fazer”, mas também pelo destino de sua cultura. Por isso, é essencial que sejam estabelecidas diferentes formas de relacionamento, com foco na perspectiva transversal e dialógica, ampliando o espaço de diálogo com a sociedade por meio da Educação Patrimonial (LONDRES, 2000).

1.5 Procedimentos metodológicos da pesquisa

Os procedimentos desta pesquisa, enquanto pesquisa exploratória, basearam-se em dois fluxos metodológicos. O primeiro constituiu-se uma revisão de literatura, utilizando-se de

fontes documentais, constituídos dos documentos institucionais e normativos do Sibi/UFG e da UFG, como resoluções do Conselho Universitário (CONSUNI), processos internos que versam sobre o Sibi, o Câmpus e também da biblioteca, com o objetivo de construir um breve histórico da Biblioteca Cajuí e também do Campus Goiás. Além destes, também foram utilizadas fontes bibliográficas textuais, como livros, periódicos científicos e trabalhos acadêmicos; fontes iconográficas como as fotografias e *folders* das ações culturais e comunitárias realizadas no ambiente da Biblioteca Cajuí; e ainda fontes orais, como entrevista realizada com o detentor de saber participante da ação, delineando seu percurso com o bem cultural que apresenta à comunidade, com finalidade de criar contextos, por meio de um quadro teórico geral para se desenvolver a aprendizagem, demonstrar e reafirmar ideias e conceitos referentes as temáticas deste relatório técnico: biblioteca, patrimônio cultural, manifestações culturais na cidade de Goiás e educação patrimonial (SEVERINO, 2011).

Após estes levantamentos, dando continuidade aos procedimentos metodológicos, propõe-se uma ação cultural como instrumento de coleta de dados. A ação cultural é diferente da animação cultural, que geralmente é associada as práticas no âmbito do lazer e de forma unilateral; apesar disso, muitas das vezes, utiliza-se da animação cultural para divulgação de ações culturais. Contudo, a diferença entre elas é que a ação cultural

[...] não se limita a mostrar os bens culturais, ela possibilita a participação das pessoas na produção destes bens, facilitando a aglomeração de indivíduos e grupos que se apropriam dos espaços e equipamentos da biblioteca. Assim, o que ela faz é tentar criar oportunidades para que o mero usuário, o espectador, possa também elaborar sua produção (SANTOS, 2015, p. 179)

Geralmente nestas ações, o convite de participação como preletor é feito a um indivíduo ou grupo que possui propriedade e conhecimento na temática proposta, e assim, é delineada uma metodologia de aplicação para, então, realizar a captação dos participantes. Ou seja, a ação cultural muito se assemelha a educação patrimonial, por ser uma ação “em que liberta o indivíduo através do diálogo, da criatividade, rompendo com a cultura do silêncio imposta pelas classes dominantes, pois a ação dialógica faz com que todos possam refletir sobre os acontecimentos de sua realidade” (SANTOS, 2015, p. 179-180).

Sendo assim, como o objetivo desta pesquisa é mostrar o grande valor das bibliotecas em relação ao patrimônio, seja enquanto patrimônio cultural, lugar de memória ou como espaço de ações de educação patrimonial, foi proposto a realização de oficinas no ambiente da Biblioteca Cajuí, ofertadas por detentores de saberes tradicionais da cidade de Goiás e direcionadas à comunidade. Por meio desta ação, pretende-se vincular a ideia da biblioteca

universitária como um ambiente além de seu acervo físico, ou seja, um espaço comunitário em que todos os conhecimentos sobre o patrimônio cultural (material e imaterial) podem ser articulados.

Para formalizar esta ideia, a oficina de educação patrimonial consiste em realizar com um grupo ou indivíduo que seja detentor de saber tradicional da cidade de Goiás. Os critérios determinados para inclusão deste nesta pesquisa foram: aceitar participar da pesquisa como voluntário; residir na cidade de Goiás-GO; ter saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano da comunidade; ter participação social na comunidade através da referência cultural que apresenta, permitindo o conhecimento e transmissão de saberes/fazeres através de gerações; a referência cultural deve apresentar características da diversidade cultural brasileira.

Partindo destes elementos norteadores, formalizou-se um convite para dois produtores de referências culturais da cidade de Goiás, que participaram de ações culturais no ambiente da biblioteca, e que contemplavam os requisitos ora expostos. Destes, houve apenas o retorno e aceite da Ssá Arte, na pessoa de Samuel de Sá, ponderando sua particularidade na modelagem em argila em estilo africano na cidade e a importância da valorização deste saber, principalmente na referência afro-brasileira e da diversidade cultural por ele trabalhado.

Samuel de Sá é ceramista, artista visual e desenvolve peças feitas à mão utilizando argila, com ênfase na cultura afro-brasileira e sertaneja. Propõe por meio de seu trabalho uma abordagem da arte e de ancestralidade através de máscaras e esculturas, sob um olhar decolonial, propondo *workshops*, oficinas, debates e várias práticas sobre o tema, sendo um importante propulsor da cultura, valores e identidade afro-brasileira na cidade.

Diante disso, a possibilidade de uma oficina de educação patrimonial na biblioteca abordando a estética decolonialista das máscaras de argila em estilo africano e sertanejo, possibilitando que o participante da oficina faça sua própria máscara, contribui com o fazer artístico, processo criativo e a percepção da importância da preservação e reconhecimento desse saber. A estética africana e sertaneja apresentada e vivenciada, torna possível conhecer símbolos, sentimentos e memórias até então desconhecidos, permitindo um novo olhar cultural e patrimonial na comunidade.

Com a definição do detentor participante, houve a formalização da pesquisa por meio do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás (CEP/UEG), por meio da submissão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil⁷ em 04 de março de 2021, sob o número CAAE: 44046821.2.0000.8113. O protocolo foi aprovado pelo CEP-UEG, sob o parecer nº

⁷ Disponível em: <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>.

4.699.671 em 08 de maio de 2021 e também aprovado sob o parecer nº 4.762.339 do CEP-UFG em 09 de junho de 2021.

Após a aprovação da pesquisa no comitê de ética em pesquisa, partiu-se para a escrita do relatório e definição do produto. Após algumas discussões com o orientador e banca de qualificação, houve a decisão de criar um *website* intitulado “Biblioteca de memórias e resistência”, que será o instrumento de divulgação não só dos detentores participantes e seus saberes, mas que além disso apresentará a biblioteca enquanto patrimônio, lugar de memória e de ações de educação patrimonial, tornando-se essencial na devolutiva à comunidade.

A priori, a oficina realizada teve como foco a explanação de conceitos norteadores (bibliotecas, memória, patrimônio, referências culturais, educação patrimonial) e, por fim, a interação do detentor com a comunidade com a transmissão do saber que este repassou de forma prática, dando total liberdade de condução do trabalho. Com a conclusão das atividades, houve a análise e categorização dos dados colhidos para composição do *website*. Pretendeu-se incluir como dados uma breve entrevista do detentor participante, com sua história e motivação artística, e ainda os registros audiovisuais no momento da oficina, como fotos e vídeos para compor os resultados da pesquisa.

A concepção do *website* foi definida antes da realização da oficina de educação patrimonial, tendo como proposta inicial a criação de um repositório digital, por meio da base de dados *WordPress* e extensão *Tainacan*, implementada para acervos museais. Contudo, por constantes erros na execução da base e perda de dados, optou-se por criar uma conta na plataforma de criação de páginas *web Wix*, por possuir uma estrutura compatível à proposta e consistir em uma plataforma de hospedagem gratuita, não incidindo gastos maiores na pesquisa. No decorrer deste processo foi definida a logomarca e identidade visual do *website*, apresentadas de forma detalhada no tópico 3 deste relatório. O procedimento de criação foi cumprido ao longo de meses e finalizado na inserção dos dados colhidos na oficina de educação patrimonial, realizada no ambiente da biblioteca, com posterior publicação do *website* na *internet*, como produto oriundo da pesquisa.

A proposta de criação do *website* estende-se para além do mestrado, pois poderá ser atualizado conforme a realização de novas oficinas de educação patrimonial na Biblioteca Cajuí, permitindo a continuidade do trabalho. Esta iniciativa proporciona que diferentes grupos e pessoas, de diversas idades, conheçam e participem das atividades de diversos grupos e indivíduos da cidade de Goiás detentores de saberes tradicionais, sendo também uma fonte de pesquisa e um instrumento de memória, pois a preservação destes registros é um fator de manutenção de um grupo ou indivíduo na sociedade.

2 BIBLIOTECA CAJUÍ E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: SABERES E FAZERES NA CIDADE DE GOIÁS

Neste tópico, abordamos os trabalhos desenvolvidos no espaço da Biblioteca Cajuí, direcionados à comunidade interna e externa da UFG. O objetivo é apresentar como as ações educativas, de promoção e fomento ofertados para os usuários da biblioteca, bem como as ações relacionadas ao patrimônio imaterial da cidade de Goiás, que podem fortalecer o reconhecimento da biblioteca enquanto patrimônio e também dos saberes e modos de fazer tradicionais da comunidade.

Para isso, apresenta aspectos do patrimônio imaterial e referências culturais relacionados à cultura negra na cidade e sua importância para a comunidade local e formação de identidades. Evidencia o trabalho da Ssá Artes, na pessoa de Samuel de Sá, artesão e disseminador da estética decolonialista da modelagem em argila, com a confecção de máscaras que remetem a uma ancestralidade interiorana e afro-brasileira.

2.1 A Biblioteca Cajuí: a relação com a comunidade e ações de educação patrimonial

Embora seja um local de ensino, pesquisa e extensão da universidade, os espaços e serviços oferecidos na Biblioteca Cajuí também podem ser utilizados pela comunidade em geral; contudo, alguns destes são disponibilizados apenas por agendamento no balcão de atendimento. A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira em três períodos, e no período letivo do Câmpus, também funciona aos sábados, no período matutino.

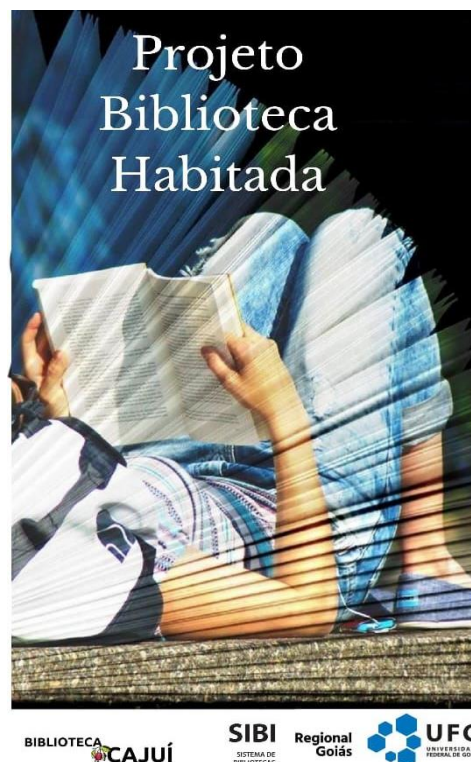
No decorrer desta pesquisa, possuía em seu quadro administrativo dois bibliotecários, responsáveis por planejar, organizar, acompanhar e avaliar os processos de trabalho administrativos e técnicos da biblioteca, coordenar os serviços oferecidos ao público, disseminar informações e gerir seus espaços físicos e recursos humanos. Conta também com cinco auxiliares de biblioteca, servidores efetivos e terceirizados, que colaboram com estes procedimentos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017).

O objetivo da Biblioteca Cajuí é ser um centro de pesquisas e estudos para estudantes e moradores da Cidade de Goiás, servindo de subsídio para pesquisas e espaços de estudo e convivência. Busca desenvolver atividades dinâmicas com o intuito de integrar a comunidade da UFG e toda a comunidade externa no ambiente da biblioteca, cumprindo importante papel no âmbito social, como disseminador da informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017).

Referente aos serviços, a biblioteca disponibiliza à comunidade da UFG o acesso ao Portal de Periódicos Capes, Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e documentos regulatórios, ao Repositório Institucional, que reúne todas as produções acadêmicas da universidade e ainda outros acervos digitais, que podem ser acessados por meio do *website*⁸ do Sistema de Bibliotecas. Realiza treinamentos para novos usuários, uso de fontes de informações *on-line*, uso do Portal de periódicos da Capes e das normas da ABNT (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2019).

Promove também o projeto ‘Biblioteca Habitada’, que tem por objetivo incentivar a leitura e promover visitas orientadas, apresentando as instalações da Biblioteca Cajuí, bem como seus produtos e serviços ao público (Figura 9). Com duração aproximada de 1 hora, o bibliotecário faz um tour com os visitantes, explicando como funciona a biblioteca, a disposição do acervo, como encontrar um material no catálogo *web* Sophia, apresenta os espaços e serviços disponíveis, de forma interativa e dialógica.

Figura 9 - Folder Projeto - Biblioteca Habitada



Fonte: Sibi-UFG (2019).

Durante o percurso da visita, apresenta a importância do profissional bibliotecário no

⁸ Disponível em: www.bc.ufg.br

espaço e também realiza atividades culturais, como contação de histórias ou projeção de filmes ou curta-metragem para o público infantil. Ressalta-se também aos visitantes que os espaços da biblioteca estão disponíveis para uso a quem tiver interesse, ou seja, todas as pessoas da cidade podem utilizá-la para estudos, leitura e consulta dos livros que ela dispõe. O público alvo deste projeto é a comunidade interna da UFG, os estudantes do ensino infantil, fundamental e médio das escolas da rede municipal, estadual e privada, como também os moradores da cidade, independentemente da idade, como pode ser percebido na Figura 10.

Figura 10 - Biblioteca Habitada – visita de alunos educação infantil, fundamental e médio



Fotos: Sibi/UFG (2018); Jaqueline M. Fernandes (2019).

Percebe-se, por meio desse projeto, que houve um aumento significativo no uso da Biblioteca Cajuí pela comunidade escolar da cidade, principalmente para desenvolver atividades de pesquisa e trabalhos escolares. Cientes que o lugar, mesmo que pertencente a uma universidade, não possui restrições para a comunidade, fazem uso dos serviços oferecidos e também do seu espaço físico para desenvolver suas atividades.

A Figura 11 apresenta registros fotográficos da utilização do espaço por alunos da comunidade. Na parte superior da foto, podemos ver alunos de uma escola estadual que, após uma visita orientada pelo projeto Biblioteca Habitada, retornaram ao lugar para realizar

atividades em grupo, e abaixo o registro de uma atividade proposta por uma escola da rede privada na semana da poesia, em que algumas turmas foram ao ambiente da biblioteca para participar de uma contação de histórias.

Figura 11 - Registros de utilização da Biblioteca Cajuí pela comunidade externa



Foto: Biblioteca Cajuí (2019).

Além destes projetos, a Biblioteca também cede seu espaço para a realização de eventos multidisciplinares, com agendamento prévio, de temáticas de cunho acadêmico e também de interesse da comunidade. Um exemplo de ações realizadas pela comunidade foi o I Encontro de Ostomizados da cidade de Goiás no ano de 2018 (Figura 12), buscando dar visibilidade às adversidades enfrentadas pelas pessoas com ostomia. Ainda, buscou conscientizar a sociedade e as autoridades sobre a Portaria MS/400, que normatiza a distribuição dos equipamentos coletores, pois sem estes, os pacientes não podem conviver em sociedade.

Figura 12 - Registros do I Encontro de Ostimizados da Cidade de Goiás



Foto: ASCOM/RG (2018).

Outro evento que proporciona a interação direta com a comunidade interna e externa da UFG e que é realizado anualmente no ambiente das bibliotecas que compõem o Sibi/UFG, são as atividades em comemoração à Semana Nacional do Livro e da Biblioteca. Trata-se de um evento comemorativo em todo território nacional, instituído pelo Decreto nº 84.631 de 09 de abril de 1980, na semana de 23 a 29 de outubro pela consagração do dia do livro. Tem como objetivo a realização de festejos e comemorações, de caráter popular e cultural, nas entidades vinculadas ao livro e a biblioteca.

Durante esta semana, é comum que as bibliotecas do país ofereçam atividades multidisciplinares, como palestras, minicursos, oficinas, contação de histórias, mostra de curtas metragens, etc. No Sibi/UFG não é diferente: de acordo com a temática levantada pela direção do sistema, as bibliotecas possuem autonomia para realizar as atividades que acharem pertinentes e decidir a quantidade de dias que o evento será efetivado.

Durante os 4 anos que a Biblioteca Cajuí ganhou um espaço próprio e amplo, as ações desenvolvidas durante a Semana do Livro e da Biblioteca sempre abarcou a comunidade da cidade de Goiás, estendendo convites para escolas, colando cartazes nos pontos turísticos da cidade e nas unidades acadêmicas do Câmpus, além da publicização nas redes sociais da

biblioteca, *website* do Sibi e do Câmpus Goiás e divulgação na rádio da cidade.


Durante os dias do evento, são priorizadas a realização de atividades que possam abranger a comunidade em geral, como palestras com perspectivas sociais, minicursos e oficinas de saberes da comunidade, exposições de arte, reprodução de filmes e curta metragens de temáticas que incentivem o uso e importância do ambiente da biblioteca, da leitura e também de valorização de temáticas pluriculturais.

Figura 13 – Folder e registros da Semana do Livro e da Biblioteca - 2018

As bibliotecas são mais do que suas coleções
Semana nacional do livro e da biblioteca

<p>29 de outubro</p> <p>Manhã</p> <p>Abertura: Exposição Teê – a, teê Artista: Nay Gonçalves</p> <p>9:30h – Sala de áudio e vídeo Palestra “Escola inclusiva: o desafio de aprender com as diferenças” com a Dra. Denise de Oliveira</p> <p>11h – Sala de áudio e vídeo Exibição de um curta metragem: A menina que odiava livros</p> <p>Tarde</p> <p>14h – Sala multifuncional Minicurso – Artigos acadêmicos: princípios e normas da ABNT com a Msa. Esdra Basílio</p>	<p>30 de outubro</p> <p>Manhã</p> <p>Abertura: Exposição Notas íntimas arbitrárias Curadora: Karine Camila Oliveira Artista: Emilliano Alves de Freitas Nogueira</p> <p>9h às 10:30h – Sala cantinho da leitura Hora do conto com Natália e Ana Júlia (Bolsistas do Laboratório de Acessibilidade Informacional – LAI)</p> <p>10:30h às 11h - Sala de áudio e vídeo Exibição de um curta metragem: Peppa Pig - “A biblioteca”</p> <p>Tarde</p> <p>16h às 18h – Hall do térreo Oficina de pipas com os servidores César Araújo e Edimar Dantas</p> <p>Noite</p> <p>19:30h às 22h – Teatro de arena Palestra “Gênero e os desafios do assédio institucional” com a Dra. Maria Meire de Carvalho, a Dra. Ionara Rabelo e a Esp. Damaris Moraes</p>
---	---

29 e 30 de outubro
Informações
3371 2711
Será emitido certificado de participação




Fotos: Sibi/UFG (2018).

A Figura 13 corresponde ao folder das atividades propostas na Semana do Livro e da Biblioteca do ano de 2018, sob o tema “As bibliotecas são mais do que suas coleções”, e nela podemos algum dos registros das ações desenvolvidas, sendo nítida a adesão da comunidade interna e externa nas atividades propostas.

Já no ano de 2019, sob o tema “Biblioteca e diversidade” (Figura 14), as abordagens propostas no evento partiram para a valorização de saberes da comunidade acadêmica e da cidade de Goiás, dando ênfase na interdisciplinaridade, na inclusão e fortalecimento dos diversos tipos de atividades que estão presentes no dia a dia da sociedade.

Figura 14 - Folder e registros da Semana do Livro e da Biblioteca - 2019

O folder apresenta a programação para a Semana do Livro e da Biblioteca de 2019, com o tema "Biblioteca e diversidade". O evento é gratuito e aberto a toda a comunidade. A programação é dividida em dois dias: 30/10 e 31/10.

Logos patrocinadoras: BIBLIOTECA CAJUÍ, SIBI REGIONAL GOIÁS, UFG.

Programação Dia 30/10:

- Troca-troca literário**
Local: Hall de entrada
Horário: 08h às 20h
- Oficina: Ancestralidade no barro Vilboense - uma estética decolonialista**
Ministrante: Ssá Artes
Local: Sala Multifuncional
Horário: 09h às 11h
- Oficina: Libras em todas as mãos**
Ministrante: Solange Ribeiro (Especialista em Libras / CCOM UFG Regional Goiás)
Local: Sala Multifuncional
Horário: 15h às 17h
- Exevia: Oficina do bem-estar**
Ministrante: Damaris Moraes (Especialista em Psicologia da Saúde e Hospitalar / CCOM UFG Regional Goiás)
Local: Sala de áudio e vídeo
Horário: 16h às 17h
- Exibição de Curta indígena: Caminho dos gigantes**
Organização: Bibliotecários Audrival Côrtes e Jaqueline Moraes
Local: Sala de áudio e vídeo
Horário: 17h
- Lançamento da Campanha "Repense seu preconceito com o seu respeito"**
Local: Teatro de arena
Horário: 18:30h

Programação Dia 31/10:

- Troca-troca literário**
Local: Hall de entrada
Horário: 08h às 20h
- Conversando sobre... Religião de matriz africana e oficina de Ojás (Turbantes)**
Ministrantes: Profª Drª Maria Meire de Carvalho (UFG Regional Goiás), Aldebiane Conceição Campos (Mestranda - Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio - UEG Goiás)
Local: Sala de áudio e vídeo
Horário: 09h às 11h
- Oficina: O bordado como forma de resistência**
Ministrantes: Mulheres Coralinas
Local: Sala Multifuncional
Horário: 14h às 16h
- Círculo de vivências na biblioteca**
Organização: Núcleo de Acessibilidade - UFG Regional Goiás
Horário: 14h às 18h
- Conversando sobre... Pensando uma biblioteca etnicamente diversa e inclusiva**
Mediadores: Bibliotecários Audrival Côrtes e Jaqueline Moraes
Local: Sala de áudio e vídeo
Horário: 19h

Informações adicionais:

- EVENTO GRATUITO, ABERTO A TODA A COMUNIDADE!
- HAVERÁ EMISSÃO DE CERTIFICADOS DAS OFICINAS
- INSCRIÇÕES: <https://bit.ly/2MEQ1zU>
- BALCÃO DE ATENDIMENTO DA BIBLIOTECA OU PELO TELEFONE: (62) 3371-2741
- VAGAS LIMITADAS
- QR CODE Formulário de inscrição

Fonte: Biblioteca Cajuí (2019).

Na figura apresentada, visualizamos o folder das atividades propostas e o registro das ações desenvolvidas durante os dois dias de evento, demonstrando novamente a participação da comunidade. Este evento, em especial, foi pautado por ações de educação patrimonial, visto que, partindo de um convite inicial, diversos atores sociais de diversas temáticas foram ao ambiente da biblioteca, como apresentação do bordado em folha, modelagem de máscaras em argila, oficina de Libras e de bem estar, apresentação de religião de matriz africana e oficina de Ojás, percurso de acessibilidade, dentre outros.

Ali, os detentores realizaram rodas de conversas e de sensibilização acerca da referência cultural que representavam, e após este momento, partiram para o desenvolvimento da ação

educativa, repassando os saberes que tem domínio e permitindo uma construção coletiva, a promoção do respeito à diversidade cultural e a criatividade humana (Figura 15).

Figura 15 - Oficinas realizadas na Semana do Livro e da Biblioteca 2019



Fonte: Biblioteca Cajuí (2019).

Toda a ação foi desenvolvida pelos atores sociais ora convidados, dando liberdade para que estes desenvolvessem e conduzissem a ação como bem quisessem; a ação de educação patrimonial assegura esta participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas, pois elas são produtoras de conhecimento e se reconhecem por meio das referências culturais. Além disso, a aprendizagem por meio dos pares que convivem nesses contextos, torna a transmissão cultural um fator importante para o desenvolvimento e aprendizagem humana, da incorporação da cultura, do domínio de modos culturais de pensar e agir e ainda de permitir o relacionamento com o outro e consigo mesmo (FLORÊNCIO et al., 2014).

Neste mesmo evento, realizou-se o primeiro Troca-troca literário, que consiste em uma feira de troca de livros aberta a comunidade. Durante duas semanas, uma mesa composta de diversos livros literários ficou exposta no *hall* de entrada da Biblioteca Cajuí e ali, os usuários poderiam realizar uma permuta de livros (Figura 16).

Figura 16 - Troca-troca literário



Fotos: Biblioteca Cajuí (2019).

A iniciativa visa o incentivo à leitura e também a possibilidade de expandir os conhecimentos literários, uma vez que ao substituir um livro pessoal sem utilização, abre oportunidade para uma nova leitura e que outros tenham acesso a uma obra de seu interesse. Foi uma iniciativa que teve bastante aceitação da comunidade, sendo incorporada como projeto anual da Biblioteca Cajuí.

Em consequência da pandemia de Covid-19, a Semana do Livro e da Biblioteca de 2020 e 2021 foram realizadas de forma *on-line*, com a junção de todas as bibliotecas do sistema, por meio da plataforma de *streaming* Youtube, no canal da UFG. Sua programação contou com palestras e minicursos para permitir a interação com a comunidade interna e externa e promoção de sorteios de livros pelas redes sociais

Percebe-se que houve um grande ganho para a comunidade com a construção do prédio próprio, visualizado na Figura 17, possibilitando um amplo local de convivência e estudos, cumprindo o papel de atender os cursos do Câmpus e ampliando esta possibilidade a comunidade da cidade de Goiás, visto que muitas atividades realizadas também são oferecidas a estes, em atividades de extensão. Isto faz com que a biblioteca tenha o caráter multidisciplinar, pois tem o papel universitário, comunitário e público, devido à inexistência de outras bibliotecas públicas abertas na cidade de Goiás. Porém, os empréstimos de materiais informacionais ficam restritos à comunidade acadêmica, de posse da carteira da biblioteca (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2019).

Figura 17 - Comparativo das mudanças físicas da biblioteca



Foto: ASCOM/CG (2019).

Compreendemos que a Biblioteca Cajuí dispõe de diversos serviços e de espaços para realização de atividades multidisciplinares. Além disso, a própria estrutura física proposta foi pensada na valorização das referências culturais locais, a partir do momento que houve a preocupação com a identidade visual do prédio, assemelhando com as tradições da arquitetura singela presente em Goiás, bem como sua história e memória.

Contudo, por que não levar a temática do patrimônio para dentro da biblioteca? De que

forma isso poderia ser feito, levando-se em conta a importância da biblioteca enquanto lugar de memória e de disseminação de informações, com base em sua localização: uma cidade histórica, cheia de referências culturais, memórias e identidades?

Mesmo fazendo parte das raízes históricas do país, as culturas indígenas e afro-brasileiras muitas vezes ficam afastadas das narrativas oficiais. Com isso, uma série de políticas de ações afirmativas foram instituídas nas últimas décadas pelo governo brasileiro para o reconhecimento e combate às desigualdades étnicas e culturais.

Podemos destacar a Lei 10.639/2003, que determinou a inserção do ensino de História da África e cultura afro-brasileira no sistema de ensino do país, e a Lei 11.645/2008, que determinou que o mesmo fosse feito com a história e cultura dos povos indígenas. Estes conteúdos são obrigatórios nas matrizes curriculares, reformulando as práticas pedagógicas e reconhecimento destes povos na constituição da sociedade, além de fortalecer a luta e conquistas destes grupos sociais.

Estas legislações não devem ser dissociadas do ambiente da biblioteca que, como um espaço de formação, deve fortalecer o desenvolvimento da educação étnico-raciais e a utilização de seus recursos e serviços, com finalidade de diminuir as desigualdades raciais. Desta forma, a biblioteca “precisa garantir o direito à leitura oportunizando o acesso não somente ao acervo, mais em todas as suas ações, configurando-se como espaço social com sentido de pertencimento a comunidade” (SILVA; FONTES, 2017, p. 204).

A diversidade cultural é evidente no patrimônio do país, e a patrimonialização de bens culturais de grupos à margem vem ganhando força e permitindo um diálogo com os patrimônios institucionalizados. A ideia desenvolvida na Semana do Livro e da Biblioteca 2019 no ambiente da Biblioteca Cajufú suscitou o interesse em incluir, de forma permanente, ações de educação patrimonial no local, priorizando a valorização e construção de novos conhecimentos por meio do patrimônio imaterial da comunidade.

A participação do ceramista Samuel de Sá nestas atividades chamou a atenção da pesquisadora, em especial, por apresentar uma abordagem diferente da modelagem em argila da cidade, que está de certa forma dedicada às painéis ou artefatos decorativos e paisagísticos. O trabalho por ele apresentado de forma única, incomum e que proporciona uma estética afro-brasileira e sertaneja, ocasionou o convite para participar nesta pesquisa.

A cultura afro-brasileira na cidade é rica e diversa, com atuação direta na comunidade; nela há diversos atores sociais que se destacam por sua trajetória e pela contribuição para uma educação decolonial. Destacaremos alguns grupos e indivíduos da cidade, dando enfoque nas possibilidades de aplicação de processos educativos com foco no patrimônio cultural, por meio

da educação patrimonial, utilizando o espaço da biblioteca. Para contribuir com a discussão, ampliaremos a ideia da importância da temática do patrimônio, articulando a compreensão do patrimônio imaterial, com foco em seus saberes.

2.2 Cultura negra na cidade de Goiás: lugares e saberes

A descoberta do ouro em terras goianas trouxe um grande dinamismo populacional nos primeiros dez anos. A mineração era baseada no trabalho escravo e, por isso, os escravos pretos importados da África e seus descendentes constituíam a maior parte da população das minas. No recenseamento de 1804, apresentado por Palacín e Moraes (1989), a quantidade de negros livres em Goiás era de 7.936, totalizando 28% do total de pretos. Já os mulatos eram 15.452, sendo que os pretos livres e mulatos constituíam 77% da população livre. No julgado de Vila Boa, a população preta, parda e escrava totalizavam 8.255 da população, que era de 9.477 pessoas levantadas por este censo.

Para compreender a influência dos negros na história da cidade de Goiás por meio da sua cultura, faz-se necessário analisar as características da composição e estrutura da sociedade na história. Palacín, Garcia e Amado (1995) apresentam que a capitania de Goiás possui como fontes históricas as descrições dos viajantes europeus e os documentos oficiais da época, que oferecem grande preciosidade ao tratar dos diferentes aspectos do modo de vida. Porém, estes apresentam apenas uma pequena ideia da sociedade, cultura e mentalidade do Goiás colonial, que trataremos brevemente.

Os autores retratam que no final do período colonial, a sociedade goiana possuía estratos sociais bem definidos: a elite era composta por altos proprietários das minas, fazendeiros, comerciantes ricos, funcionários do governo, militares e o clero; a camada média era formada por fiscoadores livres, médios proprietários e comerciantes, e também de profissionais especializados como feitores, vaqueiros, carreiros, alfaiates, ourives, barbeiros, pedreiros, etc.; já os pobres compunham a maior parte da população, formados pelos mulatos, negros, forros, aventureiros, indivíduos sem ocupação, mendigos e fugitivos. Os escravos não eram considerados pessoas, e sim mercadorias.

Conforme o um documento escrito pelo governador Dom Francisco de Mascarenhas (1804-1808) e apresentado pelos autores citados, a elite no século XIX já possuía uma série de atributos de distinção social, baseada na etnia (brancos), origem (a nobreza era valorizada), parentesco (importância se os antepassados participaram ativamente na capitania), riqueza (referente às posses, principalmente a de escravos e minas), cargos (ocupação de ofícios

considerados importantes, depreciando os serviços braçais), religião (não haver dúvidas sobre a pureza cristã ou não ter ascendentes judaicos na família, por exemplo), e comportamento social (ter uma conduta decente, segundo a lei da nobreza).

A cor da pele era o atributo mais importante para a distinção social não só na capitania, mas na sociedade colonial brasileira. Para pertencer a elite, antes de tudo era necessário ser branco. Até quando se era o mais pobre dos indivíduos, se ele fosse branco, seria considerado superior a um negro, mesmo que este negro fosse melhor financeiramente. Nem mesmo a miscigenação entre brancos e negros implicou ascensão social para negros e mulatos, submetendo a uma legislação que proclamava a igualdade, mas que excluía os negros e mulatos (PALACÍN; GARCIA; AMADO, 1995).

O desenho urbano de Vila Boa de Goiás, desde sua arquitetura quanto a sua composição hierárquica de habitações, contribuiu para as representações e apropriações do patrimônio da cidade. Conforme Tamaso (2008), desde os primórdios, a maior concentração de habitantes estava em torno dos espaços públicos de poder, constituindo o lado de Santana, ou popularmente conhecido na cidade como lado de cá do rio (hoje a Igreja Matriz) com habitações de grande porte e nobre, um lugar de ordem, branco, pardo e puro: “Casa de Câmara e Cadeia, Palácio do Governador, Matriz de Santana, que abrigava a Irmandade dos homens brancos, Casa de Fundação do Ouro; Quartel do XX Batalhão de Infantaria Militar; Casa da Real Fazenda, Rua do Comércio e Igreja da Boa Morte, que abrigava a Irmandade dos homens pardos” (TAMASO, 2008, p. 56).

Do outro lado do rio, conhecido como lado do Carmo ou do Rosário, haviam as habitações mais modestas, tendo à margem direita do Rio Vermelho os lugares considerados impuros: Hospital São Pedro de Alcântara, Cemitério e o Campo da Forca. A autora citada afirma que deste lado havia também a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, que abrigava a Irmandade de mesmo nome, e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que abrigava a Irmandade de São Benedito, que também era constituída por homens pretos.

Com tamanha diversidade, era de se esperar que surgiriam conflitos, rupturas e contradições, onde brancos e negros reforçariam suas identidades e diferenças fragmentando a cidade em territórios, tendo o Rio Vermelho como fronteira. Para Tedesco (2009, p. 02), “os conflitos e as mediações entre estes grupos étnicos provocaram a elaboração de fronteiras espaciais e simbólicas em suas relações sociais influenciando na constituição do núcleo urbano e na cultura material produzida por eles”.

Assim, de acordo com as autoras supracitadas, do lado de cá do rio predominam objetos e edificações ligados às pessoas mais abastadas, as normas da Corte e suas etiquetas, e do lado

de lá do rio os menos abastados e objetos de cerâmica com fortes elementos africanos em sua composição.

As comemorações realizadas na Vila e arraiais vizinhos eram momentos de reafirmação de fé cristã e convivência social, sendo considerado momentos de fuga da rotina e de socialização entre seus membros. No entanto, a presença de grande número de africanos em seu território foi a motivação para introduzir e fixar vários rituais e crenças trazidos da África, muitas vezes praticados às escondidas ou disfarçados por aparência cristã. Porém, estas se revelavam em situações graves ou dramáticas, como em casos de morte, de forma muito intensa. As irmandades dos pretos eram uma forma de organização, com a união de santos negros e seus devotos em determinados dias sagrados, que possibilitavam a relembração de suas terras e tradições culturais:

No período colonial, as irmandades dos pretos serviram às necessidades dos novos Africanos dando aos seus membros a sensação de fazerem parte de algo [...] representavam uma ligação com o lar, com Angola. As irmandades dos pretos, portanto, eram refúgio para os desprotegidos e consolo para os irmãos e irmãs em uma sociedade hostil aos escravos. Seus irmãos e irmãs poderiam até ajudá-los na conquista de sua manumissão ou pelo menos protegê-los de um senhor cruel (KARASCH, 2010, p. 277).

Os membros das irmandades, homens e mulheres, adaptaram-na conforme seus próprios objetivos, priorizando o contato com o mundo espiritual, a construção de comunidades e identidades novas, pois à medida que abandonavam a condição de Angolanos, Congos ou Minas, se transformavam em forros, cujos filhos seriam pretos e pardos livres. Na Capitania de Goiás, há algumas evidências de ações das irmandades de pretos em suas práticas religiosas africanas.

No início do século XIX, o viajante Pohl descreveu a comemoração da Semana Santa em Vila Boa, destacando a riqueza da tradição dos rituais religiosos, com a participação da população, porém não se notava a participação de negros. O viajante percebeu que havia uma festividade a parte, a procissão de Nosso Senhor dos Passos, devotada por negros e relacionado à Semana Santa em Vila Boa, que ocorria uma semana antes da festa oficial. Havia a celebração à Nossa Senhora do Rosário, realizada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em 1734 por negros escravizados e que abrigava a irmandade de mesmo nome (Figura 18).

Figura 18 - Festividades na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Foto: Elder Camargo (s.d.).

Esta foi demolida no início do século XX, por padres dominicanos, com o pretexto de reconstruí-la para melhor abrigar seus fiéis. O silenciamento da cultura e dos saberes de origem africana na região parte do princípio da exclusão de vários elementos que faziam parte da memória como bens culturais da população negra. Atualmente com o nome de Igreja Nossa Senhora do Rosário, sua característica arquitetônica foi totalmente modificada da original (Figura 19), tendo as reais motivações para esta reconstrução omitidas dos registros históricos, silenciando e apagando os discursos do patrimônio dos negros da cidade.

Figura 19 – Atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Foto: Jaqueline M. Fernandes (2021).

Para Tamasso (2008), todo passado que abrange a religiosidade negra e escrava não está contemplado na retórica do patrimônio da cidade, sendo este passado vivido, com cerca de 200 anos, por meio das festas do Rosário, as Irmandades do Rosário, batizados, casamentos e cerimônias, ignorado como um passe de mágica, a partir da fundação e reconstrução de seu novo edifício.

Já Tedesco (2012) informa que embora atualmente há uma vasta exposição de objetos de cerâmica nesta igreja, promovida por uma Associação de Artesãos da cidade e confeccionadas por “pretos”. Contudo, estes objetos são apresentados como tradições herdadas da cultura indígena à população e aos turistas:

Denominada hoje de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja já não é mais dos pretos. Se antes a irmandade se organizava em uma rede de solidariedade na antiga Igreja, a nova edificação rompeu com as características arquitetônicas do período colonial, de um tempo em que o negro escravizado fizera parte. Seria uma estratégia de esquecimento de uma memória traumática ou uma desconfiguração do lugar de memória na concepção de Pierre Nora (1993)? (TEDESCO, 2012, p. 56).

A autora citada realizou um estudo que aborda os testemunhos materiais relacionados aos antigos moradores do núcleo urbano de Vila Boa de Goyaz, por meio das intervenções realizadas no subsolo da cidade de Goiás, iniciada em 2000, durante as obras de adequação da cidade para obtenção do título de Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

Relata que sempre ouviu, durante as intervenções, se ali havia vestígios arqueológicos referentes aos índios Goyazes, habitantes que o Anhanguera encontrou assim que chegou na região. Como a cidade possui grande tradição oleira, para muitos vilaboenses⁹, esta seria uma herança advinda destes índios. Contudo, desde as primeiras escavações realizadas, a pesquisadora percebeu que os fragmentos de cerâmicas coletados possuíam elementos que os associavam a alguns grupos africanos que foram escravizados na província de Goiás; os negros que, como já mencionado, formavam grande parte da população da província, foram excluídos deste processo.

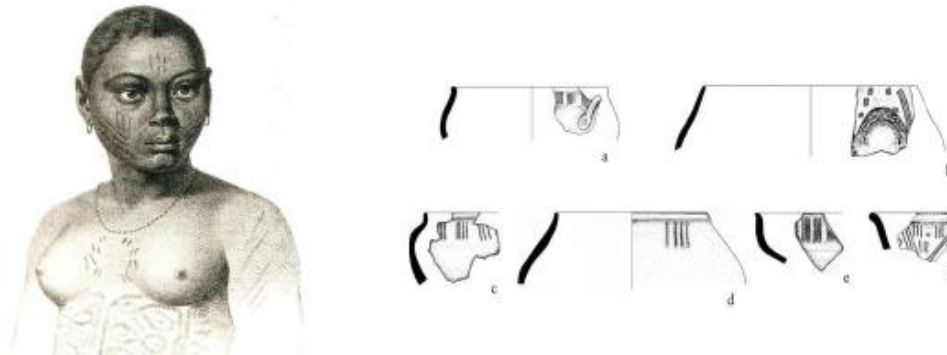
Em todo tempo, a pesquisa foi questionada pela comunidade, levantando estranhamento e reações contrárias aos dados que eram divulgados por meio de palestras, artigos e conversas informais pela pesquisadora, fazendo com que passasse a identificar o que incomodava estes que relutava com a possibilidade de os negros do passado terem confeccionado os objetos

⁹ Conforme Tamasso (2008), são chamados vilaboenses os nascidos na cidade, pelo fato da vila colonial se chamar Vila Boa de Goyaz. Mesmo com a mudança do nome em 1818 para Goiás, o natural do lugar continuou sendo vilaboense.

cerâmicos utilizados em Vila Boa de Goiás, nos séculos XVIII e XIX. Uma das evidências levantadas pela autora para afirmar que a cerâmica encontrada nas escavações era de origem africana, surgiu dos elementos característicos na decoração dos vestígios encontrados (Figura 20).

Entre as evidências da confecção desses objetos por negros africanos, destaca-se a correlação entre elementos decorativos incisos dos utensílios cerâmicos com as escarificações que grupos africanos imprimiam em variadas partes do corpo e aspectos tecnológicos distintos entre esses utensílios e aqueles produzidos por grupos indígenas (TEDESCO, 2012, p. 42).

Figura 20 - Comparação entre escarificações e fragmentos cerâmicos encontrados em contexto arqueológico



Fonte: TEDESCO (2012, p. 44).

Expõe que não foi encontrada nenhuma evidência da presença indígena no núcleo urbano da cidade durante as escavações, contribuindo ainda mais para esta afirmação. Assevera ainda que as agências e agentes do poder público, ligados aos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, foram determinantes nessa promoção e reconhecimento da identidade indígena ao saber fazer cerâmica. Por serem instituições que possuem credibilidade, acabaram propagando, inclusive no Dossiê encaminhado à UNESCO para a candidatura da cidade ao título de Patrimônio Mundial da Humanidade, que o saber fazer cerâmico é atribuído aos índios Goyazes e aos portugueses. Isto explica um pouco da resistência de alguns vilaboenses em admitir tamanha participação dos negros no saber fazer ceramista na cidade, tendo em vista “a elaboração de outra identidade atribuída aos detentores deste saber fazer” (TEDESCO, 2012, p. 69).

Certamente os negros que ali permaneciam buscavam dar continuidade as referências culturais e religiosas conforme suas tradições, oriundas da África, bem como as crenças e costumes. E utilizaram também do barro para perpetuá-las, por meio dos objetos cerâmicos confeccionados para uso doméstico ou até nas práticas religiosas que faziam parte do seu

cotidiano, como forma de resistência.

A cidade de Goiás é reconhecida como o berço da cultura e civilização goiana pela diversidade de tradições e culturas incalculáveis, seja por meio dos bens edificados que remontam à antiga capital do Estado ou pelas manifestações culturais, celebrações religiosas e obras de artes consideradas importantes para a cultura e identidade goiana (TAMASO, 2008). Contudo, as manifestações populares que são frequentemente valorizadas referem-se a um patrimônio elitizado e branco, tendo aquelas de origem negra silenciadas, tendo como exemplo já citado a desarticulação da Irmandade e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que passou a existir de forma clandestina ou nas invisibilidades.

Apesar disso, o protagonismo negro na cidade de Goiás é evidente nas performances de alguns autores sociais em lugares e saberes ali existentes. Estas permitem o reconhecimento e valorização de questões étnico-raciais no campo do patrimônio e evidenciam a importância de se trabalhar cultura e identidade por meio da educação patrimonial no ambiente da biblioteca. As representações afro-brasileiras têm conquistado sua visibilidade ao denominado “centro histórico”¹⁰, já que em a grande maioria destas estão localizadas em bairros periféricos, perpetuando a identidade negra na região por meio de manifestações sociais, culturais, artísticas e religiosas.

De acordo com Macedo (2021), o negro sempre esteve no centro histórico, mas sempre exercendo funções subalternas, como trabalhar em cozinhas, ruas, jardins, etc. Todavia, com o passar dos anos, a presença do negro tem se elevado na cidade, por meio do acesso à formação acadêmica e até com a obtenção de cargos altivos na gestão pública, permitindo que as narrativas do patrimônio virem objeto de disputa: “A população negra afirma constantemente que foram os negros que calçaram, construíram, cuidaram, investiram trabalho intelectual nesse patrimônio” (MACEDO, 2021, p. 57).

Há vários grupos que se reconhecem como afro-brasileiros na cidade de Goiás, possuindo suas particularidades, testemunhos e manifestações por meio de atividades afro-brasileiras. Macedo cita em seu estudo alguns destes grupos, identificando sua localização e os lugares em que estes grupos dialogam com o centro histórico, conforme as margens do Rio Vermelho:

À margem esquerda do rio Vermelho, encontram-se o Mosteiro da Anunciação do Senhor, o Grupo de Capoeira Meninos de Angola, o Grupo de Capoeira Regional Candeias, a Escola de Samba Mocidade Independente de João Francisco, a Escola de Samba Associação Esporte Clube Leão de Ouro, alguns terreiros e casas de religiosidades afro-brasileiras. A sede da Escola de Samba Associação Atlético União

¹⁰ Entendido aqui como a parte tombada pela UNESCO, em 2001, como Patrimônio Histórico da Humanidade.

Goyana fica no lado correspondente à catedral [...]. O Espaço Cultural Vila Esperança (Escola Pluricultural Odé Kayodê, Afoxé Ayó Delê, Centro de Capoeira Angola Ouro Verde, Grupo de Samba de Roda, Grupo de Jongo Malungos de Angola) e o Congo também se localizam na margem esquerda do rio (MACEDO, 2021, p. 86).

Em cada um destes grupos e manifestações que remetem a cultura afro-brasileira na cidade de Goiás, nos deparamos com indivíduos e grupos sociais que são fundamentais no processo de difusão da cultura negra e suas expressões, seja no campo cultural, educacional, artístico ou social. As diversas formas e costumes possibilitam diferentes compreensões do cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais em que estão inseridos.

Assim, além de todo processo histórico que estas manifestações carregam consigo, é importante ressaltar a importância da transmissão dos saberes e fazeres intrínsecos no patrimônio imaterial, muitas vezes repassadas entre gerações, com detalhes das vivências e experiências das pessoas envolvidas na organização e execução destas expressões.

No campo artístico, cultural e educativo, podemos destacar o trabalho do Espaço Cultural Vila Esperança (Figura 21). Localizada em uma região periférica da cidade, o espaço surgiu como “um sonho que visava protagonizar indivíduos e povos marginalizados e silenciados na história do nosso país”¹¹. Desde 1989, o grupo de iniciados e devotos de Orixás, ajudam na construção do espaço, que teve sua trajetória iniciada oficialmente em outubro de 1991; é uma associação sem fins lucrativos e possui várias ações que valorizam as origens do povo brasileiro, por meio de processos educativos e educação patrimonial.

Figura 21 - Espaço Cultural Vila Esperança – Cidade de Goiás



Foto: Página Espaço Cultural Vila Esperança¹²

¹¹ Vila Esperança. Disponível em: https://www.vilaesperanca.org/?page_id=2. Acesso em: 25 jul. 2021.

¹² Disponível em: https://www.vilaesperanca.org/?page_id=2. Acesso em: 25 jul. 2021.

No espaço funciona a Escola Pluricultural Odé Kayodé, de caráter comunitário e pioneiro em Goiás, e suas atividades:

Propõem novos paradigmas pedagógicos que levam em conta o caráter pluricultural do país, e o exercício do direito à diversidade. Os mitos, cantos e tambores, danças, roupas, penteados, comidas, o modo circular de se reunir, e a divisão de tarefas para que os eventos se realizem, educam e desafiam as crianças e a comunidade a ensaiar um “novo” jeito de se relacionar e viver; descobrindo que esse “novo” jeito na verdade é muito antigo, ancestral, herança e patrimônio imaterial. As africanidades sempre foram propostas e como valores concretos no enfrentamento ao preconceito racial e cultural, aos diversos tipos de discriminações e à invisibilidade dada aos valores ancestrais de origem africana (ESPAÇO CULTURAL VILA ESPERANÇA, 2021).

Realiza vários projetos sociais no espaço direcionado à comunidade interna e externa, entre eles o Afoxé Ayó Delê (Alegria da Casa), criado em 2000 como um projeto direcionado às crianças da escola pluricultural, mas também aberto à participação de adultos e crianças da comunidade. Seguindo o modelo cultural africano Yorubá, o Afoxé desfila pelas ruas da cidade no sábado de Aleluia, dia da consciência negra e em eventos que acontecem na cidade, “espalhando axé, com crianças e adultos cantando em língua Iorubá e dançando ao som dos tambores e agogôs no ritmo Ijexá” (IPHAN, 2016).

A preparação para o afoxé é marcada por várias ações de educação patrimonial, e foi premiado no edital 2014 do Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (PNPI):

Semanalmente é realizado o encontro chamado Ojó Odé (dia do caçador), quando são realizadas atividades que fazem parte do ensaio do Afoxé, como: roda de dança do Ijexá; cantos em língua Iorubá; percussão com atabaques, djambê, agogô, xequerê, caxixi e berimbau; amarração de panos, ojás, filás e torços para cabeça; confecção de colares e pulseiras, máscaras e outros adereços que compõem o desfile. Em cada encontro é contado um Mito africano e servido um banquete cultural com comida africana – “Ajeun”. As atividades proporcionam às crianças e adultos a consciência e a valorização da memória e do patrimônio cultural de cosmovisão negra, com reverência aos antepassados que construíram Goiás e o Brasil e assim, reconhecendo o legado africano nessa história (IPHAN, 2016, p. 86).

Outro grupo da cidade que se destaca por sua manifestação no campo cultural é a Associação Cultural Pilão de Prata, uma associação cultural sem fins lucrativos, formada no aquilombamento urbano que tem como espaço identitário o Quilombo de Santa Bárbara. O território de encontro do grupo fica no alto da Igreja de Santa Bárbara, parte periférica da cidade, reproduzindo diversas manifestações de resistência das comunidades de matrizes africanas, blocos afro, afoxé, capoeira, irmandade, confraria, folias, cantos e espiritualidade.

Desde 2009, apresenta-se por meio de cortejo com o grupo Afoxé Pilão de Prata nas

festividades carnavalescas da cidade e também possui uma casa museu, um espaço comunitário de preservação da cultura afro-brasileira, com um acervo de objetos materiais e imateriais, das referências identitárias e das memórias das comunidades de matrizes africanas e afro-brasileiras do Quilombo de Santa Bárbara.

Figura 22 - Afoxé Pilão de Prata



Foto: Página da Casa Museu Afoxé Pilão de Prata¹³

Além do acervo, o Museu é um espaço para aulas de percussão, capoeira, dança afro, culinária e artesanato. O grupo oferece serviços de aulas guiadas de história, literatura e geografia, mostrando o panorama da cidade de Goiás no período da colonização, Império e República. Todo este serviço pode ser agendado e é realizado por meio de visitas guiadas, que permitem conhecer, como exemplo, parte da antiga estrada imperial.

Outra manifestação que expressa alguns valores herdados da cultura africana na cidade é a capoeira. Conforme Oliveira (2014), é comum encontrar grupos que se encontram nas praças e no Mercado Municipal da cidade para formar as rodas de capoeira e realizar jogos entre si. Os grupos são formados por moradores de regiões periféricas, que se reúnem em locais do centro histórico, como praça do coreto ou mercado municipal, para formar as rodas de capoeira e atrair a atenção de vários espectadores (moradores, comerciantes e turistas). Percebe-se o

¹³ Disponível em: <https://casa-museu-afuxe-pilao-de-prata.negocio.site/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

envolvimento dos observantes e seu envolvimento na ação: “Enquanto praticavam e jogavam capoeira, a maioria desses espectadores ajudava na reprodução de alguns cânticos e nos ritmos dos instrumentos a partir das batidas nas palmas das mãos” (OLIVEIRA, 2014, p. 113).

Figura 23 - Grupo de capoeira em roda reproduzida na cidade de Goiás



Foto: Marcelo I. de Oliveira (2012 apud Oliveira, 2014, p. 112).

Destacamos ainda o Congo, o grupo mais antigo da cidade e visibilizado, em meados do século XX, pelas políticas públicas institucionais do folclore. Macedo (2021) cita que o Congo foi mencionado por intelectuais da imprensa goiana, realizou apresentações em eventos culturais de grande expressividade nacional, sendo inclusive foco de estudos de folcloristas, etnógrafos e de outras áreas. Explica a autora:

Esse grupo se mantém por mais de dois séculos nas festividades religiosas da cidade de Goiás, notadamente em sua interseção nas Cavalhadas (embora sem cavalo), dentro da festa do Divino Espírito Santo, e a Congada, na festa de Nossa Senhora do Rosário. Nas próprias festas do Divino e do Rosário, é comum aparecer (quando aparece) no folder de divulgação a frase “Apresentação folclórica da Dança dos Congos” e, comumente, é denominado como folclore, durante a realização das embaixadas na igreja (MACEDO, 2021, p. 70).

Entre os meses de maio e junho, conforme o calendário religioso, o grupo sai pelas ruas da cidade, na maioria das vezes a pé, e realizam as embaixadas pelo centro histórico. Os dançantes são homens, em sua grande maioria trabalhadores e de pouco recurso financeiro, que transmitem seus saberes por meio da oralidade e pelas experiências adquiridas por meio dos anos (MACEDO, 2021).

Figura 24 - Congo na cidade de Goiás



Foto: Eliene Macedo (2018).

Percebemos que há diversas manifestações culturais e artísticas baseadas na cultura afro-brasileira na cidade, no entanto, queremos destacar também o trabalho artesanal proveniente desta ancestralidade. Podemos observar que com o passar dos anos, novos modos e costumes são inseridos nas comunidades e as heranças do passado e tradições artísticas, na maioria das vezes, não são repassadas às gerações mais jovens.

Contudo, há conhecimentos que sobressaem, e fazem com que este seja perpetuado como meio de subsistência de uma geração. Levar este conhecimento, por meio de ações de ação patrimonial para o ambiente da biblioteca é um meio de que estes saberes não se percam durante os anos, perpetuando identidades e memórias de grupos da sociedade.

A arte oleira é comum na cidade de Goiás e pode ser observada nas panelas e objetos de decoração feitos em argila, que constituem um meio de subsistência corriqueiro na região, sendo percebido pela grande exposição e comercialização em lojas nas ruas e também nas rodovias que dão acesso à cidade.

A fabricação destes artefatos e as vivências na instituição Vila Esperança percorrem a história do ceramista Samuel de Sá, que atualmente, utiliza deste saber fazer para apresentar uma estética decolonialista das expressões afro-brasileiras e sertanejas na cidade de Goiás. Redirecionando o foco das panelas para o barro, apresentaremos as máscaras em estilo africano e outras esculturas criadas pelo artista visual e ceramista Samuel de Sá, por meio da Ssá Arte.

Desde 2016, o artista confecciona artefatos em barro utilizando símbolos e estética afro-brasileira e sertaneja, buscando o resgate de elementos, ancestralidade e identidade cultural. Com estas características, será um ator social para a realização de uma proposta de ação de educação patrimonial no ambiente da Biblioteca Cajuí, mediante seus saberes.

2.3 Ssá Arte e a ancestralidade no barro vilaboense: uma estética decolonialista

O artista visual, ceramista e produtor cultural Samuel de Sá descreve, por meio de uma conversa informal¹⁴, que deu início a sua carreira de uma forma bem incomum. Filho de camponeses vilaboenses, teve contato com diversas expressões culturais locais como a Folia de Reis e do Divino, blocos de percussão, afoxés, grupos de capoeira Angola, festas juninas, além de integrar grupo de teatro e dança experimental.

Esta convivência foi ampliada no Espaço Cultural Vila Esperança, local que conviveu e trabalhou pela primeira vez com carteira assinada, aos 16 anos. No local, como já descrito, há uma variedade de artefatos e manifestações de várias raças e etnias, por ser um local que se trabalha a pluriculturalidade. Relata que foi ali que ele teve seu primeiro contato com as máscaras, pois havia no local um museu afro e indígena com peças originais, e era responsável por sua limpeza as terças e quintas-feiras. Ficava fascinado com a oportunidade de manusear os itens, contando que esta convivência direta foi muito forte, pois se desfez de preconceitos e conceitos que detinha. Trabalhou no Afoxé Ayó Delê por alguns anos, inclusive participando de eventos afro-brasileiros idealizados pelo Espaço, como o I Encontro Afro-Goiano Xirê Iriti Lonã. Atuou também como monitor de arte-educação na Vila Esperança no período de 2000 a 2001.

Com o falecimento de seu pai no final de 2000, pediu demissão da Vila Esperança no início de 2001. Neste meio tempo, participou de algumas performances culturais, como capoeira, trabalhou com arte educação no Externato Lar São José, de 2006 e 2007, desenvolvendo algumas atividades com as crianças como antes, na Vila Esperança. Contudo, em 2007 decidiu mudar-se da cidade, indo para Goiânia, onde desempenhou atividades em uma empresa privada por oito anos, desvinculando da questão artística.

Conta que em seu primeiro período de férias, foi para a cidade de Goiás passar os dias de folga na casa de sua mãe, que morava próximo a Casa do Artesão. Relata que a vizinhança era formada por algumas paneleiras¹⁵, que frequentemente buliam panelas e passavam na porta

¹⁴ Realizada em agosto de 2021.

¹⁵ Pessoas que fabricam artesanalmente panelas de barro.

da casa com os materiais. Estando entediado, teve a ideia de comprar um pedaço de barro para brincar e passar o tempo: pegou uma telha colonial, colocou em cima do parapeito da área com um plástico, para o barro não grudar, e fez uma máscara e mais cinco peças manuais (Figura 25).

Figura 25 - Primeiras peças artesanais criadas por Samuel de Sá



Fotos: Samuel de Sá (2007).

A partir de então, nos momentos de folga, começou a criar peças artesanais em argila de forma intuitiva, passando a resgatar elementos da cultura negra e regional de Goiás, em um processo de desconstrução visual através da estética afro-brasileira, consolidando como artesão; criou máscaras e objetos que se relacionam com a cultura afro-brasileira, reforçando sua identidade. Traz em suas peças laços e significados de tradições locais, como a cultura caipira, sertaneja e cabocla. Desde então, assina suas obras como ‘Ssá’, abreviatura do seu nome.

O contato com alguns artistas visuais foi decisivo para delinear estratégias de como trabalhar com a sua arte. Em 2016, quando motivou dedicar as máscaras, retornou para Goiás e desde então trabalha como ceramista, retratando a estética africana através de peças que remetem ao povo e à cultura afro-brasileira. Cursa licenciatura em Artes Visuais pelo Instituto Federal de Goiás (IFG), ministrando oficinas de máscara em argila, expondo e comercializando suas peças em eventos da cidade. Realiza um trabalho cultural em espaços diversos, como escolas públicas, privadas e organizações, direcionada para todos os públicos, como retratado na Figura 26.

Figura 26 - Oficinas ministradas por Samuel de Sá



Fotos: Samuel de Sá (2020).

As máscaras feitas pelo artista carregam traços do povo preto e elementos que, além de resgatar saberes ancestrais, reforça o sentimento de pertencimento que fortalece sua identidade afro-goiana, sendo diretamente uma ação afirmativa de valorização da cultura negra local e de seu direito ao enredo da história da construção de seu povo.

Cita que na busca de uma identidade visual, buscou em suas raízes ancestrais um elemento que pudesse descrevê-lo. Deparou-se com um chapéu de couro, que o fez lembrar de seu pai, Sebastião de Sá, sertanejo goiano, preto e boiadeiro, nascido na cidade de Goiás no dia de São Sebastião, santo de devoção local e tradicional. Coincidentemente, seu pai foi um Sebastião, figura do estudo de Brandão (1970), que possui como objeto os ‘Tiãos’ ou Caboclos, numa alusão às figuras mitológicas de religiões de matriz africana. Desta forma, a figura símbolo de seu trabalho são as máscaras e peças em estilo africano com chapéu, intituladas Tião (Figura 27).

Figura 27 - Peça em cerâmica/argila representando o ‘Tião’



Fotos: Samuel de Sá (2019)

Expõe que estes são os sertanejos, detentores dos saberes do campo, das plantas medicinais, da lida com o gado e das lavouras, os peões. Ou seja, para o artista, são pessoas muito comuns ao povo do sertão goiano, que sempre esbarram nas heranças da diáspora africana:

Máscaras inspiradas nas artes africanas e no povo afro-brasileiro do sertão goiano. Caboclos, pretos e pretas que vieram escravizados. Goiás é terra de preto é terra de contos, congos e congadas, de ouro extraído a mão, fazendo o Rio de vermelho e a herança resiste na sutileza e curvas históricas, becos e vielas... Os tambores sempre tocaram em Goiás (SÁ, 2021)¹⁶.

Além destas, o artista confecciona máscaras em estilo africano, sem moldes, apenas a mão e pensamento livre. São queimadas (cozidas) como as tradicionais panelas de barro da cidade. Pelo processo de queima, ficam pretas sem nenhum aditivo extra, apenas pela técnica aprendida com oleiros da cidade, em que a própria fumaça da queima impregna na peça ao vedar o forno, dando a aparência escura (Figura 28). Explica que a técnica é nova na cidade, criada para adequar às necessidades dos restaurantes da cidade, visto que a antiga técnica utilizava óleo queimado no processo. Contudo, quando utilizado nas panelas para alimentação, o óleo desprendia do material e tornava os alimentos impróprios para consumo.

¹⁶ Retirado de postagem no Instagram @ssa.artes, 15 de outubro de 2021.

Figura 28 – Queima das peças para concepção da cerâmica



Foto: Samuel de Sá (2021).

O artista descreve que a pintura das peças também é realizada a mão livre, apresentando toda prática artesanal em todas as peças criadas (Figura 29), caracterizando-se em uma estética única, sem padronização e regras. Inclusive relata que se uma pessoa pede uma peça idêntica à outra, não há como atender; o que faz é a releitura do que está pronto para a criação da nova peça. “Com minhas mãos eu deixo nascer... livre de pensamentos, formas e curvas. Livre para criar. São figuras nascidas no instante. Apenas nasce”.¹⁷

Figura 29 - Máscaras de estilo africana produzidas por Samuel de Sá



Fotos: Samuel de Sá (2019).

¹⁷ Retirado de postagem no Instagram @ssa.artes, 31 de agosto de 2021.

As máscaras são elementos de destaque em várias culturas, repassadas entre gerações como formas de expressão artística e até religiosa. A palavra máscara tem sua origem no latim *mascus* ou *masca* = “fantasma”, e no árabe *maskharah* = “palhaço”, “homem disfarçado”. São frequentes a utilização de máscaras em encenações teatrais e em rituais sagrados, confirmando-a como elemento que se fortalece por meio do imaginário, contribuindo com a valorização cultural e permanência de tradições, costumes e saberes milenares.

Monti (1992) esclarece que a máscara teve um papel muito importante em muitas culturas, mas com o tempo, esta prática foi diminuindo progressivamente. Contudo, na África acontecia o contrário, visto que o grau de primitivismo era preservado pela população através dos séculos, e assim, a preeminência da máscara permanecia intacta. Para o homem moderno, a máscara perdeu todo significado primário autêntico, e seu desaparecimento como objeto concreto acabou transformando-a em disfarce psicológico. Apenas a raça negra parece ter sido a única que compreendeu com plenitude, fazendo da máscara um instrumento vivo e sempre atual, demonstrando que seu uso abrange todas as atividades do homem, do nascimento até sua morte:

A necessidade de sentir-se partícipe das forças que animam o mundo, de colaborar com elas e de explorá-las para a sublimação de suas faculdades instintivas é a base do uso e, por conseguinte, do culto da máscara: o homem se une à energia extra-humana que enche o universo, põe-se em contato com as forças misteriosas que o regem e extrai daí a capacidade de modificar a realidade humana, de fazê-la evoluir em seu próprio benefício. Seus antepassados, todos os seus mortos, as figuras simbólicas da sua tradição - sejam humanas, sejam animais - fazem parte desse mundo sagrado; e na nova personalidade, só parcialmente humana, que assume ao pôr uma máscara pode comunicar-se com eles, identificar-se com a sua grandeza mítica, purificar-se e disso extrair uma nova energia vital. É apenas com essa força moral e física, que se regenerou nele dessa forma, que o homem pode enfrentar o mundo complexo e hostil que encontra dia a dia, que pode transformar o mal em algo que não lhe seja nocivo (MONTI, 1992, p. 11).

A arte africana possui produtos desenvolvidos há longos séculos, que mostram a diversidade de técnicas artísticas utilizadas no continente e a grande dimensão da quantidade de estilos criados pelos povos africanos. As esculturas e máscaras constituem os gêneros em que a arte negra adentrou na moderna arte ocidental e são difundidas em quase todas as culturas naturais do continente africano.

O trabalho da Ssá Arte é reconhecido pelo seu estilo africano, não encontrando na cidade pessoas que fazem este trabalho minucioso. Mesmo não iniciando seu trabalho com foco nas religiões de matriz africana, é frequentemente reconhecido e procurado por pessoas ligadas a terreiros de candomblé e umbanda, elaborando inclusive estátuas para terreiros de Goiânia e até

da Bahia. Sobretudo as máscaras de estilo africano, que possuem em algumas representações os animais, geralmente associados aos orixás (Figura 30), são os artefatos que possuem bastante procura por sua representatividade.

Figura 30 - Máscaras de estilo africana com animais



Fotos: Samuel de Sá (2021).

O artista relata que quando fez as primeiras máscaras com animais, não havia nenhuma relação com estas representações, e sim porque quando teve contato com as máscaras na Vila Esperança, sempre percebeu que elas apresentavam um animal em seu aspecto. Nesse sentido, Barros (2011) explica que as máscaras foram reconhecidas pelos artistas ocidentais, da década de 1960, como um poderoso meio de integração com a natureza, ambiente e os misteriosos mecanismos que criavam uma identidade mágico-religiosa com aqueles que a portavam.

A característica dos rostos deformados e transfigurados nas máscaras, sem se preocupar com o modelo naturalista do rosto humano, parecia recriar o próprio gênero humano. Se mostra como uma arte de expressão que parte de dentro para fora, uma nova invenção, sofisticação e audácia que unem a criatividade, representação e abstração por meio destes artefatos (BARROS, 2011).

Na conversa, Samuel cita Ana Mae Barbosa, pioneira da arte-educação, que elaborou a abordagem triangular enquanto pedagogia da arte educação, em que se tem uma referência artística e é trabalhada uma reprodução e contextualização (conhecer a história, fazer arte e

saber apreciar uma obra). Deste modo, ele adota em suas oficinas esta pedagogia, visto que as máscaras possuem uma referência e ele trabalha a sua reprodução e contextualização, respeitando a subjetividade e individualidade de cada pessoa: cada um faz uma máscara e nenhuma sai igual a outra.

Os saberes intrínsecos no ato de fazer as máscaras realizado por Samuel, bem como as identidades e resgates por ele atribuídos são elementos decisivos para aproximar a comunidade deste saber, frisando a importância de uma educação patrimonial. As funções, significações e simbologias sobrepõem-se à história, filosofia, espiritualidade e aos mitos que envolvem a confecção da máscara, demonstrando a grandeza e poder de uma cultura material a serviço da história e cultura.

Neste momento, a Biblioteca Cajuí entrará como mediadora deste saber por meio de uma ação de educação patrimonial, abrangendo não apenas o saber expresso pela Ssá Arte, mas também enfatizando sua importância enquanto local de disseminação de informação e da preservação de saberes e memórias da comunidade.

2.4 Detalhamento da ação de educação patrimonial: oficina de máscara de estilo africano no barro

A oficina de educação patrimonial proposta pelo produtor cultural Samuel de Sá, por meio da Ssá Arte, no ambiente da Biblioteca Cajuí foi a modelagem de máscaras em argila de estilo africano. A oficina aconteceu respeitando as normas de segurança e todo cuidado exigido para a contenção da pandemia Covid-19, como obrigatoriedade de máscaras, distanciamento e disponibilização de álcool em gel e álcool 70% para todos os participantes inscritos.

Baseia-se na Lei nº 10.639/03, que dispõe sobre a temática da História e cultura afro-brasileira, e foi ministrada em um único dia, com duração de 3 (três) horas e teve como requisito a inscrição prévia na atividade, disponibilizado por meio de formulário *online*. Pretendeu-se captar pessoas da comunidade interna da UFG e também as pessoas da comunidade na cidade de Goiás, com interesse em participar da oficina proposta no ambiente da biblioteca e conhecer sobre o saber apresentado pelo detentor.

Ao receber e acolher os participantes, a oficina enfatizou a importância da preservação e da disseminação dos patrimônios imateriais, demonstrado por meio da explanação dos temas abordados nesta pesquisa. Após o momento de sensibilização, o detentor do saber participante da ação de educação patrimonial conduziu a atividade, da forma que considerou pertinente.

2.4.1 Execução da oficina e apresentação dos resultados

A pandemia do novo coronavírus impossibilitou diversas atividades presenciais que pretendiam ser executadas nos dois últimos anos, e ainda oferece resistência de alguns, por motivo de aglomerações, o que muitas vezes compromete a retomada gradual destas propostas em locais de cultura. Não foi diferente na execução desta pesquisa, visto que a necessidade de isolamento social foi fundamental para a saúde pública e contenção da pandemia na cidade de Goiás, de 2020 a 2022¹⁸.

Durante as tratativas de definição das ações previstas por meio desta pesquisa, houve muitos esclarecimentos e delineamento de ações entre a pesquisadora e seu orientador, e ainda com o detentor de saber participante via aplicativo de bate papo. Questões sobre a percepção dos temas abordados na pesquisa, coleta de dados e informações, avaliações do cenário e estratégias a serem adotadas para efetivar a ação de educação patrimonial, foram levantadas por meio de conversas dialógicas, dando o andamento necessário a pesquisa e, ao mesmo tempo, formando vínculos, ainda que a distância e sem contato presencial.

No entanto, em meados de janeiro de 2022, com a descoberta de novas cepas do vírus, a prefeitura da cidade de Goiás intensificou a vacinação de seus habitantes com a oferta de tendas de vacinação sem a necessidade de agendamento, oferecendo agilidade na prevenção contra o vírus da Covid-19 e H1N1. Desta forma, a quantidade de pessoas que foram imunizadas, conseqüentemente, possibilitou a diminuição de casos na cidade, que são divulgados diariamente pela prefeitura, por meio de boletins nas redes sociais. Por fim, em março deste mesmo ano, a pesquisadora e o detentor de saber reuniram-se presencialmente na Biblioteca Cajú para considerar a possibilidade de realização da oficina de educação patrimonial na modalidade presencial.

A metodologia da oficina prática foi elaborada por Samuel de Sá e apresentada a pesquisadora em forma de documento. Buscando manter a fidedignidade deste, por ser desenvolvido pelo próprio artista, optou-se por sua transcrição, *in verbis*:

Será ministrada uma oficina sobre criação de máscaras em argila em estilo africano utilizando as mãos como ferramentas. A oficina acontecerá respeitando as normas de segurança e todo cuidado exigido para a contenção da pandemia covid19. Essa oficina é utilizada como ferramenta pedagógica para educação étnico racial - Lei nº 10.639/03, e tem tido uma boa aceitação por parte dos participantes. Após uma breve apresentação das razões que levaram o artista a trabalhar com as máscaras africanas, suas influências nas artes, as heranças afrodiáspóricas na cidade, será apresentada sua técnica colocando as mãos no barro - vivenciando todas as etapas do processo criativo

¹⁸ Até o momento de realização da oficina, no mês de março de 2022, a cidade de Goiás contava com restrições de saúde pública no combate ao coronavírus.

de uma peça artesanal, da concepção ao acabamento. Ao abordar a estética africana característica em suas obras, a oficina revelará a importância do povo preto na construção do patrimônio material e imaterial da cidade de Goiás instigando o ouvinte/participante, a viajar no tempo e resgatar traços de uma história de injustiças e exclusão social. Ressignificando, ao mesmo tempo, o imaginário popular por meio de novas (antigas e silenciadas) narrativas, e estimulando a produção artística e a preservação deste saber que é também tradição vilaboense, ao formar o conjunto cultural da Cidade de Goiás. O projeto pretende evidenciar os saberes locais em relação a fabricação da cerâmica, e sua importância como patrimônio imaterial, mas também como geração de renda e base da economia local, o fortalecimento da identidade cultural local, e como possibilidade de uma maior emancipação do povo preto, artesãos ceramistas e artistas visuais. Por tratar-se de uma experiência acessível à todas e todos – ao permitir vivenciar a prática artística e o contato com os saberes por trás da fabricação de uma peça artesanal de Cerâmica - o intuito é que as pessoas se apropriem das técnicas utilizadas pelo artista e façam suas próprias releituras, considerando possibilidades e desdobramentos futuros num contexto sócio cultural com ações positivas de resgate, salvaguarda e preservação desse bem imaterial goiano. A oficina terá duração de 2 (duas) horas sendo dividida em: 1) introdução: o barro em Goiás e sua importância histórica/cultural, geração de renda, fortalecimento da cultura local e ancestralidade; 2) a máscara africana, uma estética decolonialista: seus significados, símbolos e culturas afro-brasileiras; 3) modelando o barro vilaboense: construção da máscara passo a passo; 4) composição e geometria; 5) ferramentas alternativas; 6) polimento: técnica de polir a peça antes da secagem; 7) a secagem / cura: modos de secagem antes da queima utilizados pelo artista; 8) a enforna: manejo das peças cruas no forno para a queima; 9) a queima: processos de queimas artesanais na Cidade de Goiás: vermelha e preta; 10) finalização e agradecimentos: encerramento da oficina, agradecimentos e momento para falas e considerações (SÁ, 2022)¹⁹.

Diante do cenário favorável e também da reabertura gradual dos serviços presenciais na biblioteca, o artista visual definiu a realização da ação para o dia 25 de março de 2022, das 8h30 às 11h30, tendo como local o salão de estudo em grupo do ambiente. A escolha do salão de estudo em grupo justifica-se pela sua amplitude, que possibilitava manter as medidas de distanciamento entre os inscritos e por possuir janelas que permitiriam uma ventilação natural adequada. Além disso, o espaço conta com mesas grandes e espaçosas, que garantiriam um melhor aproveitamento no momento da modelagem.

A metodologia estabelecida para captação dos participantes foi o formulário *on-line*, com divulgação das peças publicitárias (Figura 31) nas redes sociais da biblioteca e do Câmpus Goiás/UFG (publicação e *stories* com o *hiperlink* direto para o formulário de inscrição), encaminhamento do convite em grupos criados em aplicativo de bate-papo e também divulgação em grupo de Facebook da cidade (Acontece em Goiás, Agenda Cidade de Goiás e Notícias Cidade de Goiás, este último vinculado a uma rádio da cidade).

¹⁹ Transcrição do documento enviado para a pesquisadora, com a metodologia da oficina realizada por Ssá Arte.

Figura 31 - Cartaz de divulgação da oficina presencial



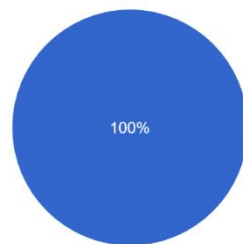
Foto: Jaqueline M. Fernandes (2022).

A quantidade de participantes foi limitada em oito pessoas, que ficaram cientes por meio do formulário de inscrição que a ação proposta tratava-se de uma oficina prática presencial, com coleta de dados para criação de um produto de mestrado profissional. Neste mesmo formulário, o participante assinalou a opção do consentimento ou não para coleta de dados (imagem/voz, caso necessário) para criação do *website*. Além disso, deveriam apresentar comprovante de vacinação contra Covid-19 e utilizar máscara em toda a oficina, devido às medidas de contenção da pandemia de coronavírus na cidade e na universidade. As inscrições foram preenchidas e encerradas quatro dias após a divulgação do evento, e todos os participantes inscritos deram o consentimento para utilização de imagem/voz para criação do *website* “Biblioteca de memórias e resistência” (Figura 32).

Figura 32 - Coleta de concessão dos participantes da pesquisa

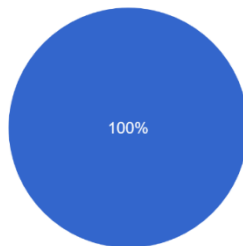
Esta oficina faz parte de uma pesquisa-ação do mestrado profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás Câmpus Cora Coralina (UEG) em parceria com a Biblioteca Seccional Câmpus Goiás - Cajui (UFG), com formalização no Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil sob o número CAAE: 44046821.2.0000.8113. Serão colhidos fotos, vídeos e relatos orais para compor um repositório digital (site) que será construído como produto de relatório técnico e, posteriormente, apresentado aos participantes. Por isso, é muito importante para a realização da pesquisa que autorize a concessão da sua imagem, voz ou opinião. Portanto, você deve rubricar, nos espaços a seguir, se autoriza ou não esta concessão:

Autorização ou não da concessão
8 respostas



- Permito a gravação/obtenção da minha imagem/voz
- Não permito a gravação/obtenção da minha imagem/voz

Em caso de permissão da gravação/obtenção da imagem/voz:
8 respostas



- Permito a divulgação da minha imagem/voz nos resultados publicados da pesquisa
- Não permito a divulgação da minha imagem/voz nos resultados publicados da pesquisa

Fonte: Formulário de inscrição (2022).

Verificado o consentimento dos participantes e encerramento das inscrições, a pesquisadora enviou um *e-mail* de contato com informações preliminares de conduta destes no ambiente da biblioteca, devido os protocolos de biossegurança adotados na UFG, como uso obrigatório de máscara facial, manter distanciamento e também a confirmação do horário de início e término da oficina.

No dia da oficina, houve a recepção do detentor de saber no ambiente da biblioteca e auxílio na organização do espaço para a oficina, como a delimitação o espaço entre os inscritos e colagem das lonas de apoio para o momento da modelagem em argila (Figura 33).

Figura 33 - Organização do espaço para a oficina

Fotos: Victória Fernandes (2022).

Com a ausência de alguns inscritos, o convite de participação foi estendido aos colaboradores da biblioteca, pensando-os também como integrantes da comunidade, que aceitaram prontamente. Deste modo, deu-se início a oficina com a sensibilização, conduzida pelo próprio detentor de saber. Durante a realização da oficina, a pesquisadora mediou a ação (Figura 34), que incidiu no auxílio ao artista nos manejos de materiais e até no direcionamento das dúvidas dos participantes durante a modelagem. Abrangeu ainda a captura dos possíveis relatos e interações decorrentes da troca de saberes, experiências, vivências e apreensão dos participantes sobre a atividade e também dos conceitos ali apresentados, por meio do discurso livre.

Figura 34 - Momentos de mediação da pesquisadora na oficina



Fotos: Victória Fernandes (2022).

O processo aconteceu por meio da escuta atenta de forma a apresentar, por meio dos resultados, as informações necessárias para fundamentar a pesquisa. As intervenções, quando necessárias, foram de forma discreta, a fim de estimular os participantes e permitindo um ambiente descontraído e sem constrangimentos nas representações.

Durante a ação, foi possível observar o cuidado do detentor em explicar suas motivações e resgates de tradições por meio de seu trabalho. Em especial sobre as memórias e resistências da cultura negra na cidade, que estão sempre em disputa na cidade de Goiás contra a memória oficial, frisando a importância dos negros na construção sócio-histórica vilaboense.

Este momento de sensibilização, é essencial nos trabalhos de educação patrimonial, pois

leva ao momento de reflexão sobre o patrimônio cultural, principalmente no tocante à valorização dos saberes e fazeres implícitos no patrimônio imaterial. Muitas vezes, percebemos uma maior preocupação dos órgãos e associações de proteção patrimonial em dar foco para os monumentos de pedra e cal, esquecendo-se das tradições e narrativas repassadas entre gerações. Por isso, é essencial que os atores sociais ligados à saberes tradicionais da comunidade tenham oportunidades de serem ouvidos e compreendidos, contemplando assim a diversidade cultural e as memórias de diversos grupos sociais de uma região.

Ao longo da oficina, antes do momento da modelagem prática, o detentor do saber explicou os tipos de argila que costuma trabalhar e suas peculiaridades. Após este momento, chamou os participantes para perto da mesa central e demonstrou sua técnica de modelagem passo-a-passo, permitindo que o saber fosse compartilhado e posteriormente reproduzido por todos (Figura 35).

Figura 35 - Momento de aprendizagem na oficina



Foto: Victória Fernandes (2022).

Após o momento de sensibilização e demonstração da modelagem, a mediadora auxiliou o detentor com a distribuição dos pedaços de argila aos inscritos. Neste momento, com as instruções do artista a todo momento, cada participante teve a liberdade de confeccionar suas próprias máscaras. A modelagem livre e as breves considerações e ensinamentos do detentor, permitia a concepção livre de cada um: sem restrições e com total autonomia (Figura 36). Ao final da oficina, cada participante foi orientado pelo artista sobre o tempo de secagem da máscara confeccionada e os modos de conservação necessários na peça. Todos demonstraram estar satisfeitos com o andamento da oficina e o conhecimento adquirido por meio da ação,

podendo levar a máscara para suas casas. Os resultados finais da modelagem de cada participante podem ser visualizados no *website* criado como produto desta pesquisa, disponível no tópico 4 deste relatório.

Figura 36 - Modelagem das máscaras pelos participantes



Fotos: Victória Fernandes (2022).

Após o momento da oficina, em conversas informais, alguns participantes relataram que, mesmo sendo da cidade, desconheciam o trabalho do ceramista e também as observações por ele pontuadas no momento da sensibilização acerca da influência negra na região, reafirmando o que Pollak (1989) diz sobre a função do “não-dito”. Para o autor, as lembranças

proibidas, indizíveis ou vergonhosas são guardadas com zelo em estruturas de comunicações informais e passam de forma despercebida na comunidade, ficando restrita apenas a quadros familiares, associações ou redes de sociabilidade afetiva e/ou política.

Já o artista visual agradeceu a pesquisadora pela oportunidade conferida, que proporcionou reconhecimento e enriquecimento da sua carreira como artista/ceramista, e que se sentia muito feliz de estar participando da ação. A iniciativa proposta com ações de educação patrimonial na biblioteca visa estimular o protagonismo dos detentores de saberes tradicionais da comunidade, e é essencial para formação de identidades e representatividade, principalmente dos grupos e indivíduos historicamente marginalizados, subalternizados e silenciados.

Neste sentido, podemos afirmar que disponibilizar o espaço da biblioteca para que os detentores de saberes tradicionais da comunidade possam ser ouvidos e compreendidos pela comunidade, abre espaço para que estas memórias, até então marginalizadas e silenciadas, sejam compartilhadas com diversos públicos. Assim, haverá a tentativa de definir e reforçar o pertencimento e ampliar as fronteiras sociais, até então restritas, com referências de um passado até então desconhecido. A experiência otimiza o olhar de que a ação de educação patrimonial, por meio do compartilhamento de memórias e saberes tradicionais de forma coletiva, possibilita uma infinidade de possibilidades em que o patrimônio cultural pode ser trabalhado no ambiente da biblioteca.

3 O WEBSITE “BIBLIOTECA DE MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS” COMO INICIATIVA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA BIBLIOTECA CAJUÍ

Diante de toda explanação teórica levantada, verificamos a importância de apresentar à comunidade tudo o que existe ao seu redor, principalmente no campo cultural e artístico, que geralmente é o meio comum de se proporcionar entretenimento. Muitas são as manifestações populares existentes na cidade de Goiás, e como observado por meio da pesquisa, a grande maioria são relacionadas ao campo religioso e cultural.

No entanto, dentro dessas manifestações, há o silenciamento de outras. A história brasileira é marcada pelas lutas de direitos e conquistas de igualdades, principalmente dos povos considerados marginalizados - negros, indígenas, rural, periférico. Os estereótipos construídos historicamente e as visões eurocêtricas contribuem fortemente para o distanciamento das comunidades com as expressões julgadas como ‘diferentes’, como é o caso das culturas afro-brasileiras.

A biblioteca, enquanto local não-formal de educação e de grande importância na difusão de informação, conhecimento e memórias, é um excelente aparato para tentar aproximar a comunidade das vivências destes grupos sociais marginalizados. Por isso, deve expandir os serviços oferecidos, principalmente os que se referem às ações de extensão e cultura, para trazer a comunidade e os detentores de saberes tradicionais para dentro do espaço, de forma que haja disseminação de saberes, fazeres e do conhecimento que não esteja em um livro/documento, mas em relatos orais ou práticas populares, presentes no patrimônio imaterial.

Deste modo, partindo para a parte prática da ação proposta por meio deste relatório técnico, reconhecemos que a melhor maneira de inserir a comunidade no espaço da biblioteca é a partir de animações e ações culturais. Como estratégia principal, pode-se retratar um determinado assunto por meio de palestras, cursos, oficinas, teatro, filmes, exposições temáticas, dentre outros, abertos à comunidade.

Logo, ao se pensar em um trabalho de educação patrimonial na biblioteca, o melhor meio de atuação é baseado nesta estratégia citada: levar o indivíduo ou grupo social que detém um conhecimento para dentro da biblioteca, para promoção da ação proposta. Por este motivo, chegou-se à conclusão de que uma oficina aberta ao público interno e externo da universidade seria uma excelente maneira de unir os detentores e a comunidade e, conseqüentemente, aproximar estes dois ao espaço da biblioteca.

Ao idealizar um produto relacionando a biblioteca, os detentores de saberes e a comunidade, deve-se ter em mente uma ferramenta eficaz na transmissão dos conhecimentos

ali erigidos. Sendo assim, cogitou-se a ideia de construir uma biblioteca destas memórias, com o auxílio de TIC's e utilizando recursos audiovisuais e textuais. Esta seria produzida por meio do trabalho conjunto do bibliotecário e do detentor do saber, firmando a proposta da biblioteca como patrimônio, lugar de memória e de ações de educação patrimonial, saindo do que já está posto: o acervo físico.

Atualmente, as ferramentas *on-line* de acesso constituem um recurso pedagógico dinâmico, que apresenta uma linguagem acessível e que possibilita conhecer as manifestações populares existentes de maneira simples, por meio de recursos que facilitam a compreensão, conhecimento rápido e diverso. Há uma grande disseminação de informações e recursos audiovisuais por meio das redes sociais e o quanto elas têm se tornado populares na sociedade, uma vez que permitem um meio de entretenimento, informação e compartilhamento de ideias entre os indivíduos.

Juntando todas estas premissas, em um determinado momento e devido a ampla gama de usuários e serviços da Biblioteca Cajuí, constatou-se a necessidade de ampla promoção e divulgação das atividades ali realizadas no formato *on-line*. Diante disso, cogitou inserir a biblioteca nas plataformas de redes sociais, visando um maior alcance e experiência com a comunidade acadêmica e da cidade. Como resultado, houve a criação da página do Facebook (em 2017) e posteriormente do Instagram (em 2019)²⁰, possibilitando a comunicação entre a Biblioteca e seus usuários efetivos e potenciais, fornecendo informações gerais e específicas sobre o espaço enquanto mediadora cultural e informacional e fortalecendo sua identidade e imagem institucional.

Seguindo esta mesma dinâmica, a proposta de aliar a pesquisa proposta neste relatório técnico por meio de um mestrado profissional e visando a expansão da divulgação dos serviços da Biblioteca Cajuí e das ações já existentes, culminou na formalização de um *website*, intitulado “Biblioteca de memórias e resistência”, que servirá para complementar a importância da biblioteca para a comunidade da UFG e da cidade de Goiás. Este *website* será vinculado a estas redes sociais da biblioteca, a partir da disponibilização do seu *hiperlink* na página inicial e também a promoção por meio de postagens.

Demonstrar como a biblioteca pode ser um instrumento de promoção das referências culturais existentes na região é primordial para consolidar a missão do Sistema de Bibliotecas: “promover o acesso aos serviços e produtos de informação com excelência, que acompanhem as transformações tecnológicas, sociais e culturais, para atender as necessidades e expectativas

²⁰ Os *links* das redes sociais da Biblioteca Cajuí são: Biblioteca Cajuí - UFG Câmpus Goiás (<https://www.facebook.com/BibliotecaCajui>) e @bibliotecacajui (<https://www.instagram.com/bibliotecacajui>).

da comunidade [...]” (UNIVERSIDADE..., 2017, p. 12).

Ainda, a oportunidade que o mestrado profissional permite por meio do produto, é essencial para que a comunidade conheça e participe de pesquisas que a envolvam diretamente. A oportunidade que a “Biblioteca de memórias e resistência” oferece a grupos marginalizados da cidade de Goiás, de serem conhecidos não só por pessoas da comunidade, mas também de outras localidades, visto que a *internet* possibilita esta abertura, será um diferencial. Ao reunir o máximo de informações sobre os detentores de saberes tradicionais, bem como os registros audiovisuais do que foi executado nas oficinas e disponibilizar nesta página *web*, possibilita que a pesquisa seja acessada em diversos lugares, por diversas pessoas e com objetivos diferentes.

Ao ajudar na promoção de referências culturais, a biblioteca torna-se um meio essencial de disseminação e democratização do conhecimento e gestão de saberes, além do acervo físico contido no espaço. A criação *website* surge de uma parceria com os grupos sociais detentores de saberes tradicionais da cidade, que ao ministrarem oficinas no ambiente da biblioteca, terão este momento registrado em formato audiovisual, para que a comunidade conheça seu trabalho, abrindo a possibilidade de se tornar uma fonte de pesquisa e um instrumento de memória.

A temática do patrimônio, por ser ampla, possibilita que o conhecimento sobre determinado bem ou referência cultural gere reconhecimento, promovendo a formação de identidades e valorização de saberes e fazeres locais. E este *website*, proposto por meio deste relatório técnico, será um instrumento de memória que possibilitará o conhecimento e propagação dos detentores de saberes tradicionais da cidade, tendo o bibliotecário como mediador e a biblioteca o *locus* da ação.

3.1 O formato definido

Como já exposto, o produto que complementa este relatório técnico é um *website* intitulado “Biblioteca de memórias e resistência”. Uma ferramenta que reunirá em um único local, de forma organizada e de fácil acesso, o conjunto da produção técnica e artística (materiais audiovisuais) colhidos por meio de oficinas de educação patrimonial no ambiente da Biblioteca Cajuí. Estas possibilitarão a vivência, o reconhecimento e valorização de detentores de saberes tradicionais da cidade de Goiás, que trabalham a diversidade cultural, em um ambiente não-formal de ensino.

As esferas que mexem diretamente com público se desdobram para oferecer serviços que além de satisfazer uma necessidade, gere entretenimento para seu público. Pensando na

tecnologia como uma aliada, o uso das ferramentas digitais, como *websites*, blogs e redes sociais, tem sido excelentes recursos de promoção dos produtos, serviços e atividades gerais a todos os públicos, principalmente neste momento de pandemia de coronavírus.

Estas ferramentas digitais devem estar centradas no usuário, sempre considerando a premissa da visibilidade dos conteúdos e do acesso à informação. Pensando na praticidade oferecida por plataformas de criações de *websites* de forma gratuita, a criação da “Biblioteca de memórias e resistência” foi personalizada pela plataforma Wix, um construtor de páginas *web* de forma intuitiva, que disponibiliza *templates* e a possibilidade de personalização própria, de acordo com a sua finalidade.

Para compor a identidade visual do *website*, criou-se a logomarca da Biblioteca de memórias e resistências, com a finalidade de formalizar a concepção de uma biblioteca “na nuvem”. A representação criada pela letra B simula uma lombada de livro e, ao mesmo tempo, o contorno de uma nuvem (Figura 37), referência e conceito informal ao que é digital ou de se guardar documentos e/ou informações na nuvem.

Figura 37 - Logomarca da Biblioteca de memórias e resistência



Fonte: Jaqueline M. Fernandes (2021).

Definido o formato e a logomarca do *website* proposto, coube a definição das seções que estarão disponíveis em seu *layout*. Por se tratar de uma página temática que trará informações sobre biblioteca, educação patrimonial e também do detentor participante da oficina, pensou-se em uma aparência concisa, descrita como segue.

A página principal tem disponível um menu no cabeçalho da página, que permite a navegação por assuntos; ou seja, o usuário seja redirecionado para o tema que tem interesse clicando diretamente nos *hiperlinks* ou navegando pela página inicial:

- a) início: possibilita o visitante voltar a página inicial, quando estiver em seção específica no *website*;
- b) sobre: explica o objetivo e motivações do *website* e sua vinculação ao programa

- de mestrado profissional;
- c) bibliotecas e patrimônio: busca situar o leitor na temática das bibliotecas relacionada ao patrimônio cultural, apresentando as referências bibliográficas do tema;
 - d) educação patrimonial: síntese do conteúdo e apresentação de referências bibliográficas do tema. Apresenta no final da página um botão que redirecionará o usuário para a página ‘Ação de educação patrimonial’;
 - e) ações de educação patrimonial: apresenta uma foto e breve síntese do detentor de saber participante, suas redes sociais e ainda um botão que redireciona o visitante à galeria dos registros audiovisuais colhidos na oficina por ele ministrada.

A composição visual da página principal do *website* mescla por três diferentes seções. Cada uma destas apresenta uma foto, título com texto introdutório e um botão que redireciona o visitante a uma nova página. Esta página é composta por uma síntese do tema da página inicial e suas referências bibliográficas, para que o público entenda os conceitos norteadores para concepção do produto. Uma destas páginas exibe uma galeria com os registros obtidos na oficina de educação patrimonial, principal instrumento de coleta de dados da pesquisa. O tópico 4 deste relatório trará de forma detalhada todo o manual de utilização do *website* “Biblioteca de memórias e resistência” e sua composição visual.

A criação do *website* permite que as ações desenvolvidas no ambiente da biblioteca, com foco na educação patrimonial, sejam disponibilizadas enquanto recurso audiovisual, cultural e informacional. Ainda, serve como estratégia para apresentar os detentores de saberes tradicionais participantes da ação de forma simples, clara e imediata, perpetuando a ideia da importância de valorizá-los, além de entender a biblioteca como patrimônio, lugar de memória e de ações de educação patrimonial acessíveis a toda comunidade.

Como as redes sociais da Biblioteca Cajuí são alimentadas de forma contínua, a intenção é que a “Biblioteca de memórias e resistência” também seja um instrumento fixo de trabalho do espaço e seja atualizada sempre que houver uma nova ação de educação patrimonial no espaço. Esta opção é considerada porque a pesquisadora compõe a equipe de bibliotecários do local, o que permite a possibilidade de continuidade no uso do produto.

A divulgação do endereço eletrônico da ‘Biblioteca de memórias e resistência’ será feito pelo *website* do Programa de Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), juntamente com o relatório técnico. Desta forma, o rodapé do *website* contém

as informações do produto, sua vinculação ao programa de mestrado e permite o redirecionamento para este relatório, admitindo o acesso à pesquisa por quem se interessar pela temática.

Paralelo a isso, será realizada a divulgação do produto por meio de notícia nas redes sociais da Biblioteca Cajuí, nos *websites* do Sistema de Bibliotecas e da Câmpus Goiás/UFG. Será verificada a possibilidade de compartilhar o *hiperlink* desta notícia nas mesmas páginas em que foram divulgados a realização da oficina de educação patrimonial (redes sociais e grupos de bate papo da cidade), buscando-se os melhores meios para popularizar o produto e os registros da ação de educação patrimonial realizada na Biblioteca Cajuí.

3.2 Público-alvo

A criação da “Biblioteca de memórias e resistência” é destinada a comunidade interna e externa da UFG, que abrange os usuários do Câmpus Goiás/UFG e os cidadãos da cidade de Goiás-GO. Por se tratar de um produto digital, oriundo de um mestrado profissional, a abrangência de utilização do *website* é indeterminada, pois ultrapassa os limites territoriais geográficos a partir do momento que seu *hiperlink* for disponibilizado e compartilhado.

O fato de a biblioteca trabalhar com temáticas sobre o patrimônio cultural imaterial da cidade permite uma abordagem ampla e necessária. Pressupõe também uma inserção no campo social, despertando o entendimento dos indivíduos enquanto sujeitos e providos de conhecimento sobre os saberes tradicionais, que podem determinar ou não a manutenção de suas origens e identidades.

Pretende-se que o *website* seja um modelo para futuras abordagens na área da educação patrimonial, tanto no campo patrimonial quanto na Biblioteconomia. Ainda, que tenha um alcance ímpar para mostrar como a biblioteca universitária, enquanto órgão de uma universidade, tem grande importância na tríade ensino-pesquisa-extensão. A extensão na universidade tem grande alcance pedagógico, permitindo também que o sujeito/aprendiz forme uma consciência social. Conforme Severino:

A extensão se relaciona à pesquisa, tornando-se relevante para a produção do conhecimento, porque esta produção deve ter como referência objetiva os problemas reais e concretos que tenham a ver com a vida da sociedade envolvente. A relevância temática dos objetos de pesquisa é dada pela significação social dos mesmos. [...] a prática da extensão deve funcionar como cordão umbilical entre a Sociedade e a Universidade [...]” (SEVERINO, 2011, p. 33).

Neste sentido, busca-se também disseminar a ação na comunidade profissional e

acadêmica, por meio de apresentação de relatos de experiência em eventos da profissão ou a publicação de um artigo em revista científica na área de Biblioteconomia ou História, visto que as ações de educação patrimonial no ambiente da biblioteca, na maioria das vezes, são relacionadas ao acervo e sua conservação.

Quanto a devolutiva da pesquisa, esta irá abranger os participantes da oficina de educação patrimonial realizada presencialmente, juntamente com o detentor de saber participante. Terá o objetivo de apresentar o *website* e sua utilização, com a disponibilização do *hiperlink* de acesso a página. Com data a ser definida, acontecerá em ambiente virtual ou no espaço da Biblioteca Cajuí (a ser decidido com os participantes e detentor), permitindo que a ‘Biblioteca de memórias e resistência’ seja disseminada e sua importância refletida pela comunidade.

3.3 O impacto esperado

A intenção na criação da ‘Biblioteca de memórias e resistência’ é que ela seja o pontapé inicial para instituir novas abordagens relacionadas ao patrimônio cultural no ambiente das bibliotecas. Além disso, pretende-se que os detentores de saberes tradicionais, muitas vezes marginalizados, sejam ouvidos e conhecidos em espaços não-formais de educação. Estender à comunidade esta oportunidade, através de um *website* disponível na *internet* e gerenciado por uma biblioteca universitária, permite que as identidades de luta sigam lembradas durante as gerações e possibilita também a preservação destas tradições, para as gerações futuras.

4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO WEBSITE “BIBLIOTECA DE MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS”

Este tópico apresenta as informações necessárias para utilização do *website* “Biblioteca de memórias e resistência”, elaborado como produto deste relatório técnico de mestrado. A princípio, é apresentado o manual, com imagens de suas páginas e informações para navegação e uso e, após, a proposta de aplicação e devolutiva com a comunidade participante das ações de educação patrimonial na Biblioteca Cajuí. Perpetua a importância da “Biblioteca de memórias e resistências” para promoção e compartilhamento das referências culturais da cidade de Goiás participantes da ação, e mostra a biblioteca como patrimônio, lugar de memória e de ações de educação patrimonial da cidade.

4.1 Manual de uso do *website*

A “Biblioteca de memórias e resistência” é um ambiente que visa promover as ações de educação patrimonial realizadas no ambiente da Biblioteca Cajuí/UFG, por meio da disponibilização dos registros audiovisuais das oficinas elaboradas por detentores de saberes tradicionais da cidade de Goiás e mediadas pelo bibliotecário.

O objetivo é mostrar a importância da biblioteca como patrimônio, lugar de memória e também de ações de educação patrimonial, processo educativo com foco no patrimônio cultural que utiliza de várias metodologias para reconhecimento, valorização e compreensão destas referências culturais. Para isso, disponibiliza informações sobre as temáticas do patrimônio cultural, bibliotecas e patrimônio, educação patrimonial e uma coleção audiovisual para que o usuário do *website* veja os registros das oficinas e aprecie informações sobre o detentor de saberes participante da ação.

O acesso a Biblioteca de memórias e resistência é feito pelo endereço eletrônico www.memoriaeresistencia.wixsite.com/biblioteca e/ou <https://bit.ly/bibliotecamemoria>, por meio de qualquer interface que tenha conexão ativa com a internet, inclusive os dispositivos móveis (celulares, *tablets*, *notebooks*, etc). Ao entrar no *website*, o visitante terá acesso a página principal (Figura 38), que trará informações sobre a temática do patrimônio, bibliotecas e educação patrimonial, além de menus no cabeçalho que o direcionará ao assunto que deseja.

Figura 38 - Página inicial do *website* Biblioteca de memórias e resistência

[Início](#) | [Sobre](#) | [Bibliotecas e patrimônio](#) | [Educação patrimonial](#) | [Ações de educação patrimonial](#)



Biblioteca
de memórias e resistência

Biblioteca de memórias e resistência

A concepção da biblioteca de memórias e resistência surgiu da ideia de proporcionar uma forma de preservação e acesso de referências culturais da cidade de Goiás – GO, tendo como mediador do processo o ambiente da biblioteca. É um *website* que permitirá o acesso a registros audiovisuais oriundos de oficinas de educação patrimonial, ministrados por detentores de saberes tradicionais no ambiente da biblioteca, permitindo que os saberes sejam (re)conhecidos e, além de ser conservados, poderão ser compartilhados, servindo como fonte de pesquisa e um instrumento de memória...

Ler mais

Bibliotecas e patrimônio

"A biblioteca, real ou virtual, enquanto concentração de esforços de ordenamento da produção intelectual do homem, permanece como fator essencial do desenvolvimento. E nunca acabará. Muda a sua configuração física, transformam-se as operações de acesso à informação e até tem o nome trocado, mas, na essência, permanece a ação concreta do homem, o grande desafio e jogo humano para não perder o que ele próprio criou".

Luís Milanesi

Saiba mais





Educação patrimonial

As ações desenvolvidas no ambiente da biblioteca, com foco na educação patrimonial, serão aqui disponibilizadas enquanto recurso audiovisual, informacional e cultural para a comunidade.

Clique e conheça mais sobre o assunto!

Conheça já

Biblioteca de memórias e resistência
Website desenvolvido como produto do relatório técnico intitulado "Bibliotecas e patrimônio: valorização de referências culturais por meio de ações de educação patrimonial na Biblioteca Seccional Campus Goiás – Cajui/UFG", elaborado por Jaqueline M. Fernandes, para o Programa de Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina (PROMEP-UEG). Cidade de Goiás, 2022. Disponível em: http://www.promep.ueg.br/conteudo/21846_relatorios_tecnicos. Pode ser utilizado, desde que citada a fonte.

Fonte: Biblioteca de memórias e resistência (2022).

As disposições das páginas do *website* foram criadas refletindo em cada temática abordada neste relatório técnico, possibilitando uma forma simples de sensibilização e uma fonte de informação do leitor no momento da visita a ‘Biblioteca de memórias e resistência’. Desta forma, ele ficará informado e aprenderá, de forma sintetizada, parte dos conceitos norteadores principais para familiarizar com temática do patrimônio, bibliotecas e educação patrimonial.

O menu do *website*, localizado no cabeçalho da página, possui *hiperlinks* que permitem o visitante acessar as páginas com breve explicações das temáticas abordadas. Como já exposto anteriormente no tópico 3, os títulos dos *hiperlinks* são: Início; Sobre; Bibliotecas e patrimônio; Educação patrimonial e; Ações de educação patrimonial na biblioteca. Ao clicar em cada um destes, o visitante é redirecionado para a página selecionada.

Ainda, na página principal, cada uma das três seções permitem o redirecionamento para estas páginas descritas, disponíveis no menu. Ou seja, a primeira seção com título Biblioteca de memórias e resistência (Figura 39) disponibiliza o logotipo da biblioteca e, ao lado, um breve texto sobre a concepção do *website*.

Figura 39 - Seção 'Biblioteca de memórias e resistência'



Fonte: Biblioteca de memórias e resistência, 2022.

Ao clicar no botão ‘Ler mais’, o visitante é redirecionado para a página correspondente ao menu ‘sobre’. Nesta página há um breve relato da concepção e objetivos da Biblioteca de memórias e resistência (Figura 40). Apresenta também a vinculação da pesquisa ao programa de mestrado profissional e as motivações com o produto. Para voltar a página inicial do *website*, basta que o visitante clique em ‘início’ no menu superior da página.

Figura 40 - Página ‘Biblioteca de memórias e resistência’



Fonte: Biblioteca de memórias e resistência (2022).

A segunda seção da página inicial do *website*, corresponde ao menu ‘Bibliotecas e patrimônio’, que traz em sua apresentação uma foto da Biblioteca Cajuí/UFG e, ao lado, uma citação de Milanesi (2002), para introduzir o tema proposto (Figura 41).

Figura 41 - Seção Bibliotecas e patrimônio

Bibliotecas e patrimônio

"A biblioteca, real ou virtual, enquanto concentração de esforços de ordenamento da produção intelectual do homem, permanece como fator essencial do desenvolvimento. E nunca acabará. Muda a sua configuração física, transformam-se as operações de acesso à informação e até tem o nome trocado, mas, na essência, permanece a ação concreta do homem, o grande desafio e jogo humano para não perder o que ele próprio criou".

Luis Milanesi

Saiba mais



Fonte: Biblioteca de memórias e resistência, 2022

A intenção desta página é apresentar a relação das bibliotecas com o patrimônio, tal qual apresentado por meio deste relatório técnico, permitindo que o visitante conheça mais sobre a temática e entenda a importância da biblioteca enquanto um espaço de educação não-formal, que se enquadra como patrimônio, lugar de memória e de ações de educação patrimonial (Figura 42).

Figura 42 - Página 'Bibliotecas e patrimônio'

Início Sobre **Bibliotecas e patrimônio** Educação patrimonial Ações de educação patrimonial

Bibliotecas e patrimônio

A biblioteca é um espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico. É um teatro de uma alquimia complexa, onde a leitura, escrita e a interação entre estas liberam forças e movimentos do pensamento, permitindo diálogos com o passado, criação e inovação. Ela dá sentido aos saberes e conhecimentos da coletividade, através da conservação dos materiais disponíveis em seu acervo. Além disso, apresentam as concepções de cultura, saber e memória, e sua história, no Ocidente, é ligada a cultura e pensamento. Não apenas como lugar de memória, em que os vestígios do pensamento humano através da escrita são depositados, mas também como um espaço dialético, em que cada etapa da história é negociada os limites e funções da tradição, as fronteiras do que é dizível, legível e pensável, a continuação das genealogias e das escolas, bem como o que é acumulado com o tempo nos campos do saber, suas rupturas e reconstruções. Possuem o papel de transmitir a cultura e os saberes, pois são lugares de continuidade, mas também de rupturas de tradições (JACOB, 2008).

As modificações nas formas de registro do pensamento humano pela história elevaram sua produção, tornando-se imprescindível a preservação. O ato de reunir documentos escritos – do papiro ao pergaminho, dos manuscritos ao impresso – para torná-los testemunhos da história, permitiu a construção de arquivos e bibliotecas, tornando o documento um monumento e não apenas um material. Esta é uma expressão do poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro, ampliando sua área de abrangência, visto que atualmente, os documentos abrangem palavras, gestos e são até arquivados tecnologicamente (LE GOFF, 1990).

De acordo com Milanesi (1995, p. 16), "a história da biblioteca é a história do registro de informação, sendo impossível destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem". Nisso, percebemos que as bibliotecas têm muito a contribuir nas temáticas relativas ao patrimônio e à memória. Desta forma, atividades que englobam temáticas tradicionais da comunidade podem ser incluídas no contexto da biblioteca, possibilitando maior envolvimento com a comunidade local e apreensão de conhecimentos, identificações e saberes.

Dar foco ao patrimônio cultural é uma das possibilidades de trabalho que abrangem a mediação e a oportunidade de trabalhar a competência em informação, contribuindo com a construção e compartilhamento de conhecimentos, entendendo e transformando a realidade através de trabalhos de educação patrimonial.

REFERÊNCIAS:
MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Primeiros Passos, 94).
JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990.

Fonte: Biblioteca de memórias e resistência (2022).

Desta forma, ao clicar no botão ‘saiba mais’, o visitante tem acesso a um breve texto com citações de autores pertinentes ao tema e suas devidas referências bibliográficas ao final da página. Ainda, ao terminar a leitura, o visitante pode clicar no menu superior em ‘início’, que retornará a página inicial.

Por fim, a última seção da página inicial do *website* apresenta o tema ‘educação patrimonial’, convidando o visitante para visualizar as ações realizadas no ambiente da Biblioteca Cajuí. Para ilustrar a seção, há uma foto de máscaras em estilo africano, confeccionadas pelo detentor de saber participante da pesquisa, Samuel de Sá (Figura 43).

Figura 43 - Seção Educação patrimonial



Fonte: Biblioteca de memórias e resistência (2022).

Selecionando o botão ‘conheça já’, o visitante não é redirecionado para a galeria com os registros da oficina de educação patrimonial. Antes, ele tem acesso a um referencial teórico sobre educação patrimonial, juntamente com as bibliografias utilizadas para a criação do referido texto (Figura 44).

Desta forma, o leitor consegue ter uma concepção do tema e também de sua importância, para assim, no final da página, clicar no botão ‘Confira o que é educação patrimonial na prática’, e ser redirecionado para a página ‘Ações de educação patrimonial na biblioteca’, que apresenta informações sobre a ação realizada na Biblioteca Cajuí.

Figura 44 - Página ‘Educação patrimonial’

Início Sobre Bibliotecas e patrimônio Educação patrimonial Ações de educação patrimonial

Educação patrimonial

Uma ação educativa envolve ações de construção e compartilhamento de conhecimentos, investigações para se conhecer algo e entender a fim de transformar a realidade de um conjunto de pessoas. Quando estas ações são feitas considerando um patrimônio cultural, trata-se de Educação Patrimonial, que consiste em:

[...] todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORENCIO et al., 2014, p. 19).

A Educação Patrimonial é um processo dialógico e democrático, dentro da perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos. Contudo, para se chegar a este conceito, houve muitas críticas, contornos e ressignificações desde seu surgimento, em meados de 1980. É importante destacar que, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o patrimônio cultural é uma construção social e, por isso, deve ser apropriado socialmente, e a educação patrimonial só é concebida a partir da noção de referências culturais, que pode ser entendida como a diversidade de sentidos e valores atribuídos pelos diversos sujeitos a bens, práticas culturais e produção material (TOLENTINO, 2016).

É uma iniciativa que permite o reconhecimento e apropriação de bens culturais pela comunidade, por meio de ações educativas; não possui uma metodologia pronta, pois enquanto um processo, recorre a várias metodologias de aplicação. Contudo, ao se trabalhar os processos educativos referentes ao patrimônio cultural, deve-se ter em mente que estes são mais efetivos quando são incluídos nas diversas dimensões das vidas das pessoas. Como explica Florêncio (2012), o patrimônio deve fazer sentido e ser percebido nas práticas cotidianas dos sujeitos. Por isso, faz-se necessário associar, de forma contínua, os bens culturais e a vida cotidiana por meio da criação de símbolos ou atribuição de valores a eles.

Toleentino (2019) fortalece a ideia de que as práticas educativas de caráter dialógicas são essenciais para as ações de educação patrimonial, pois partem das possibilidades da construção coletiva do que é considerado patrimônio cultural, e não aquilo que é dado, fetichizado e imposto como patrimônio. O diálogo, a negociação, e muitas vezes os conflitos que podem surgir diante destas ações, implicam em reflexões críticas nas definições e apropriações de patrimônio cultural, não esquecendo de ter os agentes e detentores de saberes tradicionais da comunidade como parceiros ativos de todo o processo. Desta forma, a tarefa da Educação Patrimonial também é questionar estas desigualdades presentes no campo do patrimônio, apresentando a perspectiva libertadora e emancipatória por meio da decolonialidade, ou seja, desmistificando o patrimônio a partir de outras perspectivas, ou como Scifoni (2012) cita, escovar a história a contrapelo e com pretensão de “romper com os processos de patrimonialização que reproduzam os processos de dominação do saber-poder sobre as memórias historicamente subalternizadas de grupos sociais não hegemônicos” (TOLENTINO, 2018, p. 41).

Por se apresentar como uma nova perspectiva sobre os patrimônios, a Educação Patrimonial decolonial [1] procura romper com os processos colonialistas e eurocêntricos em relação ao patrimônio cultural no Brasil, marcado por valorizar locais de repressão e personagens da elite política, militar, religiosa e econômica. Ou seja, é reconhecer a diferença e diversidade, a interculturalidade, dando visibilidade aos saberes não reconhecidos oficialmente, trabalhando a horizontalidade entre diferentes conhecimentos (TOLENTINO, 2018).

REFERÊNCIAS:

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**, v. 1. Fortaleza: Secultfor/ Iphan, 2015. p. 19-30.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2.ed. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átala Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático, 2).

LONDRES, Cecília. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Iphan, 2000.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átala Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático, 2).

TOLENTINO, Átala Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27, p.133-148, Jan./Jul. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/158560/155803>. Acesso em: 25 jun. 2021.

TOLENTINO, Átala Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sílogos**, Rio Grande do Sul, v.1, n.1, p. 41-60, Jan./Jul. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrb.br/jspui/bitstream/123456789/15091/1/Educao_Patrimonial_Decolonial_perspect%20-%20Atala%20Tolentino.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

[1] Sobre a educação patrimonial decolonial, conferir Toleentino, 2018.

CONFIRMA O QUE É EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRÁTICA

Fonte: Biblioteca de memórias e resistência (2022).

Navegando pelo menu superior, ao selecionar o *hiperlink* ‘Ações de educação patrimonial’, o visitante também será direcionado para a página ‘Ações de educação patrimonial na biblioteca’. Na página principal desta seção, há uma breve apresentação do detentor de saber participante da ação realizada no ambiente da biblioteca, que no caso desta pesquisa, é o ceramista e artista visual Samuel de Sá. O conteúdo desta página apresenta uma síntese de seu trabalho e ícones como *hiperlinks* para as suas redes sociais, para eventual contato dos interessados.

Figura 45 - Página 'Ações de educação patrimonial na biblioteca'

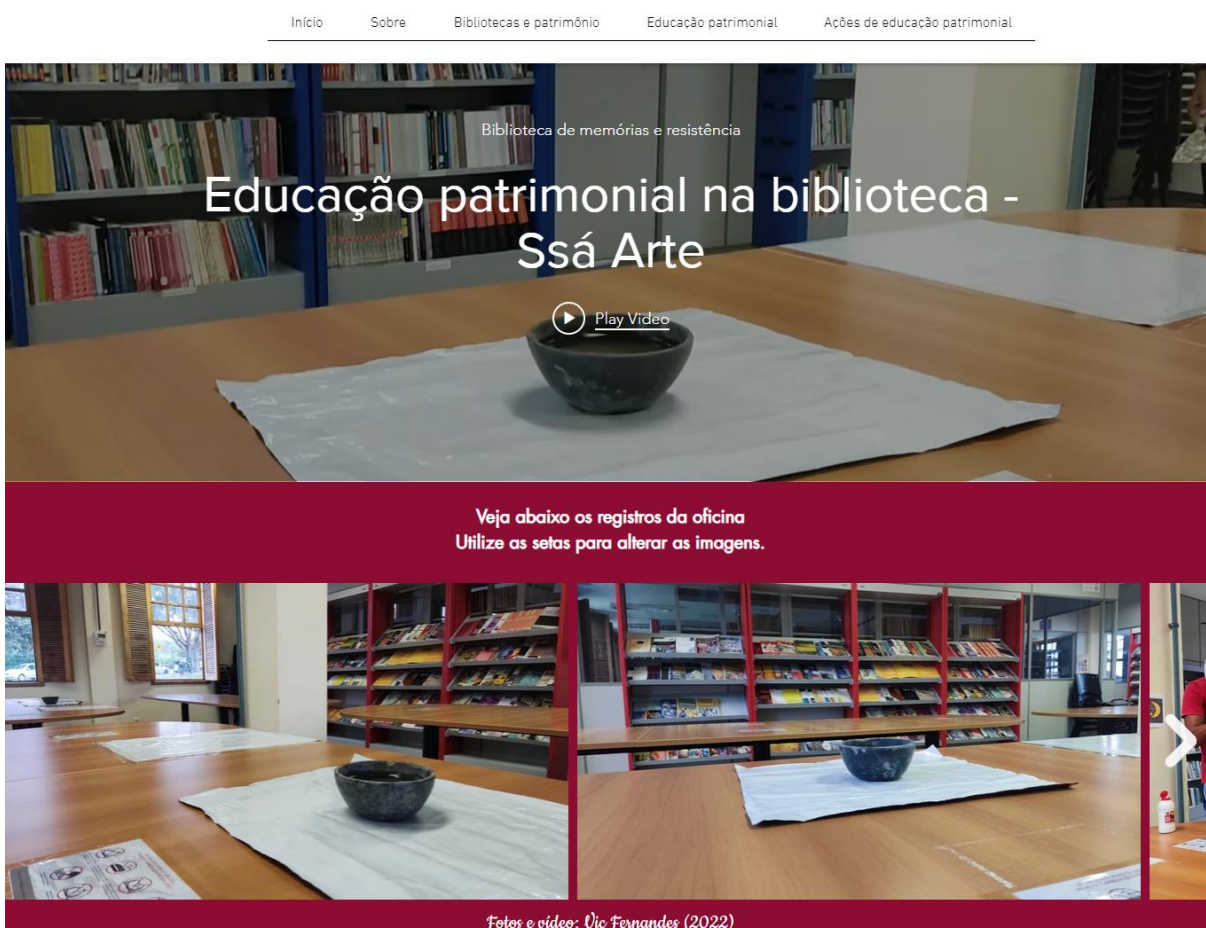


Fonte: Biblioteca de memórias e resistência (2022).

Ao clicar no botão ‘registros da oficina’, o visitante será redirecionado para a coleção criada com os registros colhidos na oficina (Figura 46). A princípio, foi desenvolvido para povoamento do *website*, um videodocumentário com uma síntese dos conceitos norteadores da pesquisa. Nele é apresentado a Biblioteca Cajuí, uma conceituação breve de educação patrimonial, uma pequena entrevista com o detentor de saber, Samuel de Sá, e momentos da realização da oficina. Abaixo do vídeo introdutório, há um carrossel de fotos da ação de

educação patrimonial, em que o visitante pode avançar ou retroceder pela galeria, clicando na seta ao lado das imagens.

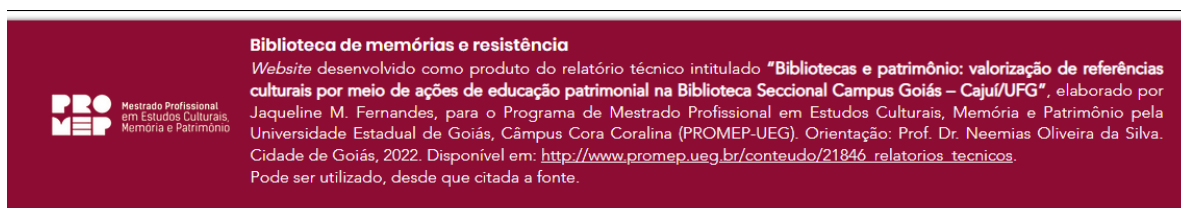
Figura 46 - Página 'Galeria da ação de educação patrimonial'



Fonte: Biblioteca de memórias e resistência (2022).

Por fim, finalizando a apresentação da página inicial, optou-se por inserir no rodapé da página as informações complementares ao visitante sobre a pesquisa, bem como a identificação acadêmica do produto (Figura 47).

Figura 47 - Seção de informações complementares do *website*



Fonte: Biblioteca de memórias e resistência (2022).

Desta forma, o leitor pode ter acesso ao relatório técnico em sua integralidade na página

do programa de mestrado, bem como as informações para citar o *website*, caso precise. Ainda, caso deseje conhecer sobre o programa de pós-graduação, basta clicar no logotipo do PROMEP que será redirecionado para o *website* do mestrado.

4.2 Proposta de aplicação e devolutiva na comunidade participante

A Biblioteca de memórias e resistência pode ser utilizada como fonte de informação de acesso livre e gratuito, elaborado na plataforma online Wix, em diversas circunstâncias: na comunidade escolar, acadêmica, pela própria comunidade da cidade e também pelo detentor do saber participante, que poderá utilizar a sua coleção como um portfólio do seu trabalho e compartilhar com seus pares.

No caso deste trabalho, em especial, a devolutiva será com os participantes da oficina de educação patrimonial e detentor do saber participante, em um encontro *on-line* ou presencial (a ser definido posteriormente), que terá como objetivo apresentar a composição final da pesquisa e da Biblioteca de memórias e resistência. No momento da devolutiva, será apresentado o vídeo introdutório, que apresenta a Biblioteca Cajuí, uma pequena entrevista com o detentor de saber Samuel de Sá e, ao final, os registros da atividade com o convite para acessar o *website*. Após a exposição do vídeo, será apresentada a ‘Biblioteca de memórias e resistência’, ensinando os participantes e o detentor como acessar e utilizar a ferramenta.

Nesta perspectiva, pretende-se fomentar a importância do registro das atividades realizadas no *website* para posterior compartilhamento, visando a preservação e também conhecimento do trabalho aprendido por todos, de forma presencial, por aqueles que não tiveram o contato pessoal o detentor. A oportunidade de a biblioteca oferecer oficinas presencial de educação patrimonial e posteriormente disponibilizar os registros destas ações no *website*, permite que outras pessoas conheçam, mesmo que em formato audiovisual, e tenham a curiosidade de apreciar as referências culturais de sua região.

Possibilita ainda que pessoas que tenham interesse por temáticas específicas tenham acesso a uma fonte de informação de qualidade e que disponibiliza uma variedade de informação e dados sobre as temáticas abordadas. O compartilhamento do vídeo e também do endereço do *website* para participantes da ação e o detentor de saber permite que a comunidade conheça um serviço oferecido pela biblioteca, além de possibilitar conhecer um detentor da cidade e o saber por ele partilhado, despertando o interesse pelas próximas ações que porventura aconteçam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial, em qualquer área do conhecimento, disponibilizar resultados de novas abordagens, ampliando as possibilidades de atuação e auxiliando os profissionais. Logo, este estudo forneceu subsídios para o desenvolvimento de novas possibilidades no ambiente da biblioteca, por meio do produto final, permitindo as trocas de saberes e fazeres dos grupos detentores de saberes tradicionais com a comunidade em ambientes que já trazem, por si, paridades com a função social de preservar, organizar e disseminar elementos culturais e insumos que reafirmam uma identidade individual ou coletiva.

Ainda apresentou subsídios para reafirmar a importância da biblioteca enquanto patrimônio, lugar de memória e local de ações de educação patrimonial, por meio de uma proposta de ação na Biblioteca Seccional Câmpus Goiás – Cajuí/UFG, elaborando um *website* como produto de toda a ação. A ideia era mostrar a possibilidade de atuação da biblioteca em temáticas que saem do acervo bibliográfico e abarcam um tema complexo e rico, que é o patrimônio cultural, respondendo assim a problemática levantada.

Percebemos que a biblioteca, enquanto espaço de disseminação do conhecimento, está evoluindo no sentido de não atender apenas às necessidades informacionais de seus usuários, mas também de acompanhar as mudanças na sociedade, principalmente na formação ética e crítica, visando o protagonismo social. Contudo, deve se apropriar de um novo sentido social, como mediadora do processo de levar o conhecimento à sociedade através de trabalhos sociais e culturais, sobretudo os que se referem à preservação do patrimônio cultural.

O patrimônio imaterial em si carrega traços do cotidiano enraizados na comunidade, e sua promoção pela educação patrimonial permite a aproximação da comunidade com os bens e/ou referências culturais ali disponíveis, criando diálogos entre as diversas manifestações culturais existentes na sociedade. Expandir fronteiras até então delimitadas é fundamental em uma ação de educação patrimonial, que como explicado neste estudo, preza pelo entendimento do patrimônio cultural como tema transversal, interdisciplinar e também transdisciplinar. Além disso, deve ser uma ação que possibilite o uso de espaços públicos e comunitários como locais essenciais ao processo educativo e de formação.

Quanto aos objetivos propostos neste estudo, o referencial teórico apresentou as definições de biblioteca e sua relação com o patrimônio cultural, tentando delinear um contexto entre as temáticas. Ainda, foi possível observar uma abordagem decolonial da cidade de Goiás, que é conhecida por seu centro histórico tombado e conservado, mas que apresenta silenciamentos de narrativas, principalmente as afro-brasileiras, diante da grande quantidade de

negros que contribuíram com a fundação e desenvolvimento da cidade. Estes ainda se encontram em espaços periféricos do centro-histórico, contudo estão (re)conquistando notoriedade e pertencimento, mesmo com entraves e disputas, comuns no campo do patrimônio.

Disponibilizar o espaço da biblioteca para um ator social, ceramista e artista visual mostrar sua arte e identidade, em uma oficina de educação patrimonial que abordou a cultura e estética decolonialista afro-brasileira, permitiu que os participantes além de conhecer o até então desconhecido, aprendessem sobre uma referência cultural. A ação contribuiu com o fazer artístico, processo criativo e a percepção da importância da preservação e reconhecimento dos patrimônios e narrativas não-oficiais. As práticas vivenciadas tornam possível conhecer símbolos, sentimentos, manifestações e memórias históricas, permitindo um novo olhar cultural e patrimonial nos participantes e a representatividade social do detentor de saber.

Importante esclarecer ainda que nos trabalhos de educação patrimonial, é necessário que sejam consideradas todas as forças e relações conflituosas referentes a um patrimônio cultural. O processo de conformação e apropriação dos patrimônios devem ser resultados de análises críticas e reflexivas de todos os envolvidos. Portanto, a participação ativa dos sujeitos sociais produtores das referências culturais, quando se trabalha o patrimônio imaterial, é de grande importância em todas as etapas do processo, visto que a sua participação, de forma ativa e democrática, permitirá que sua voz e olhares não sejam ignorados e nem esquecidos, possibilitando reflexões e quebra de estigmas.

A biblioteca entra neste limiar como uma nova possibilidade, dentro da perspectiva de seu potencial enquanto lugar de memória e ainda da educação patrimonial estar presente em diversos campos de estudo e atuação. Ao evidenciar a atuação do bibliotecário para distintas ações, neste caso, como mediador de ações de educação patrimonial, proporciona novas pesquisas na temática do patrimônio cultural em bibliotecas, que é tão pouco abordada no ambiente acadêmico - e quando abordado, refere-se à conservação preventiva de acervos históricos -, bem como uma maior percepção dos profissionais para a importância de apresentar e promover o patrimônio cultural de sua comunidade. Portanto, faz-se necessário incluir metodologias no ambiente da biblioteca que valorizem a memória, a percepção e o pensamento crítico, visando a construção e promoção do conhecimento destas referências culturais por meio das experiências diretas com os detentores do saber.

Vivemos em uma era digital, onde os objetos e práticas que faziam parte de um passado não muito distante, acarretam, de certa forma, um desinteresse. No entanto, empregando métodos educativos, os contextos que envolvem a memória coletiva, identidades culturais e o patrimônio cultural podem ser incentivados em ambientes não-formais de educação, como a

biblioteca, permitindo que estes assuntos continuem sendo vinculados no cotidiano das novas gerações.

Diante das inovações tecnológicas que nos acompanham, houve a reflexão em apresentar um produto digital, para oferecer uma possibilidade de aprendizagem sobre as referências culturais tradicionais da comunidade de Goiás para diferentes públicos-alvo, focando na potencialidade do acesso e compartilhamento da página *web* além das fronteiras da cidade. Além disso, a visibilidade do detentor de saber será ímpar, uma vez que pode utilizar do produto como um portfólio profissional, permitindo uma ferramenta de divulgação além de seu contato pessoal.

A concepção da criação do *website* “Biblioteca de Memórias e Resistências” surgiu da necessidade da biblioteca, enquanto lugar de memória, oferecer um mecanismo que pudesse preservar e permitir o acesso, por meio de uma memória digital, dos registros de uma determinada referência cultural. Com a inserção destes materiais no *website* em formato audiovisual e disponibilizados na *internet*, os detentores e seus saberes serão (re)conhecidos e, além de ser conservados poderá ser compartilhado, visto que a plataforma servirá como uma fonte de pesquisa e um instrumento de memória, uma vez que a preservação desses registros será um fator de manutenção do grupo/indivíduo na sociedade.

A experiência não possibilita dar voz, mas ouvir as vozes dos detentores do saber e estende à comunidade esta oportunidade, por meio de uma página com acesso público e gratuito, disponível via *web*, permitindo que as identidades de luta sigam lembradas durante as gerações e que possibilite também o resgate destas tradições, pelas gerações futuras.

Por fim, conclui-se que compete aos bibliotecários, em especial, por meio de sua atuação profissional no ambiente da biblioteca, organizar, conservar e divulgar as informações, através de catálogos, murais, redes sociais e espaços de diálogo na comunidade, oferecendo o vislumbre do ambiente enquanto lugar de conhecimento, espaço social, cultural, patrimonial, educacional e de trocas de vivências. Além disso, é essencial criar uma rede de contatos com as instituições de memória e detentores de saberes tradicionais da comunidade, favorecendo o processo dialógico do patrimônio e otimizando sua apropriação pela comunidade, utilizando o processo de educação patrimonial em ambientes de educação não-formal, como a biblioteca.

Espera-se que as reflexões aqui levantadas, a prática realizada e o produto elaborado permitam que os profissionais bibliotecários – ou aqueles que se interessam pelo assunto –, familiarizem-se com a temática da educação patrimonial, abrindo oportunidade de incorporar o patrimônio cultural nas práticas propostas nos espaços formais ou não-formais de educação, especialmente na biblioteca.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam Fábila. **Faculdade de Direito: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás 1898-1960**. Dissertação (Mestrado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2000. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_-_M%C3%ADriam_F%C3%A1bia_Alves.pdf Acesso em: 10 maio 2021.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília/DF: Briquet de Lemos; São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), 2014.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene de (org.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. As influências da arte africana na arte moderna. **Afro-Ásia**, n. 44, p. 37-95, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77022104002>. Acesso em: 27 jul. 2021.
- BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás**. Brasília: UNB, 1970.
- CAMARGO, Goiandira Ortiz de. Tópicos sobre vida e obra da poetisa Leodegária de Jesus. **Leitura EM Revista**, n. 16, p. 146-170, abr. 2020. Disponível em: <https://iiler.puc-rio.br/leituraemrevista/index.php/LER/article/view/232>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- CASA Museu Afoxé Pilão de Prata da cidade de Goiás. 2021. Disponível em: <https://casa-museu-afoxe-pilao-de-prata.negocio.site/>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- ESPAÇO Cultural Vila Esperança. 2021. Disponível em: <https://www.vilaesperanca.org/>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967/20494>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**, v. 1. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 19-30.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2.ed. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In:

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático, 2).

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2.ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FREITAS, Vitor Sousa. **Nosso histórico: a história da Regional Goiás da UFG**. 2019[?]. Disponível em: <https://www.goiias.ufg.br/p/11739-historico>. Acesso em: 10 maio 2021.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. (Coleção Passo a passo, 66).

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, ago. 2008. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>. Acesso em: 11 dez. 2021.

IPHAN. **Educação patrimonial: inventários participativos - manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.

IPHAN. **Goiás (GO)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/362/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

IPHAN. **História - Goiás (GO)**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1477/>. Acesso em: 02 nov. 2021

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Iphan, 2000.

IPHAN. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. 3.ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: compêndio dos editais 2005 a 2010**. Brasília, DF: Iphan, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/pnpivol2.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

IPHAN. **Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento**. Brasília/DF: Iphan, 2017. (Patrimônio cultural imaterial: para saber mais, 2).

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

KARASCH, M. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. **História Revista**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257–283, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/14128>. Acesso em: 23 jul. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990.

LONDRES, Cecília. O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático, 2).

LONDRES, Cecília. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Iphan, 2000.

MACEDO, Eliene Nunes. **Performances afro-brasileiras na cidade de Goiás (GO): diálogos patrimoniais**. 2021. 334 f. Tese (Doutorado em Performances Culturais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11534>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Primeiros Passos, 94).

MONTI, Franco. **As máscaras africanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Os estilos na arte).

MORAES, Karine Nunes de. Extensão universitária na Universidade Federal de Goiás: materialização e ressignificação. **Revista UFG**, Goiânia, v. 19, n. 09, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/58084/32983>. Acesso em: 20 maio 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, n. 10, p. 200-212, 1992.

OLIVEIRA, Marcelo Iury. **Das margens ao centro histórico: patrimônios e turismo na perspectiva dos moradores das áreas periféricas na cidade de Goiás – Goiás**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio cultural: conhecendo um pouco mais. In: PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009. p. 19-41.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.10, p. 07-28, dez. 1992.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Proj. História**, n. 14, p. 41-81, 1997.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência de mágoa e esperança. In: **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p.847-861, set/dez 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/vh/a/JdnBvbdRnR4Mbv4jHFx7RFk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. A historiografia goiana entre dois tempos: Goiás e Goiânia. In: **OP SIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 397-412, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/11063/1/27605-134405-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Josiel Machado. Ação cultural em bibliotecas públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 173-189, jun./dez. 2015.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático, 2).

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**, v. 1. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 195-206.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Andreia Sousa da; FONTES, Sandra Regina. Diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da lei nº 10.639/03. **REBECIN**, v. 4, n. 1, p. 199-214, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin>. Acesso em: 20 out. 2021.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. **A cerâmica que vela e revela: projetos identitários de negros ceramistas em Vila Boa de Goiás (séculos XVIII e XIX)**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. Do lado de lá e do lado de cá de Vila Boa de Goiás: fronteiras culturais e espaciais entre negros e brancos no século XIX. **4º Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba, maio 2009. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/imagens/Textos4/gislainevalerio.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, Rio Grande do Sul, v.1, n.1, p. 41-60, jan./jul. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15091/1/Educacao_Patrimonial_Decolonial_perspect%20-%20Atila%20Tolentino.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos,

dilemas e interfaces. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27, p.133-148, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/158560/155803>. Acesso em: 25 jun. 2021.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira. **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**, 6. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

UNESCO. **Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural**. Paris, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

UNESCO. **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular**. Paris, 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial**. Paris, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

UNESCO. **Carta de Fortaleza**. Fortaleza-CE, 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Universitário. **Resolução nº 001/69, de 14 de janeiro de 1969**. Autoriza o funcionamento de um turno do curso de Pedagogia na cidade de Goiás. Goiânia, 1969. Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_1969_001.pdf. Acesso em: 19 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Regional Goiás. **Regional Goiás receberá nova Biblioteca até 2016**. Goiás: UFG/ Regional Goiás, 2015. Disponível em: <https://www.goias.ufg.br/n/84518-regional-goias-recebera-nova-biblioteca-ate-2016>. Acesso em: 07 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Regional Goiás. **Sobre nós**. Goiás: UFG/ Regional Goiás, 2021. Disponível em: <https://www.goias.ufg.br/p/29693-sobre-nos>. Acesso em: 07 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Sistema de bibliotecas. **Guia do usuário: Sistema de bibliotecas UFG**. Goiânia: ASCOM/UFG, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/guia_usuario_biblioteca_ufg_2019bb2.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Sistema de bibliotecas. **Plano Diretor para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás: PDSibi 2018-2022**. Goiânia: BC/UFG, 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/PDSibi_2018_a_2022.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Sistema de bibliotecas. **Processo nº 23070.016148/2006-31**: Modernização e integração da Biblioteca – Campus Goiás ao Sistema de Bibliotecas da UFG. Goiânia: BC/UFG, 2006.